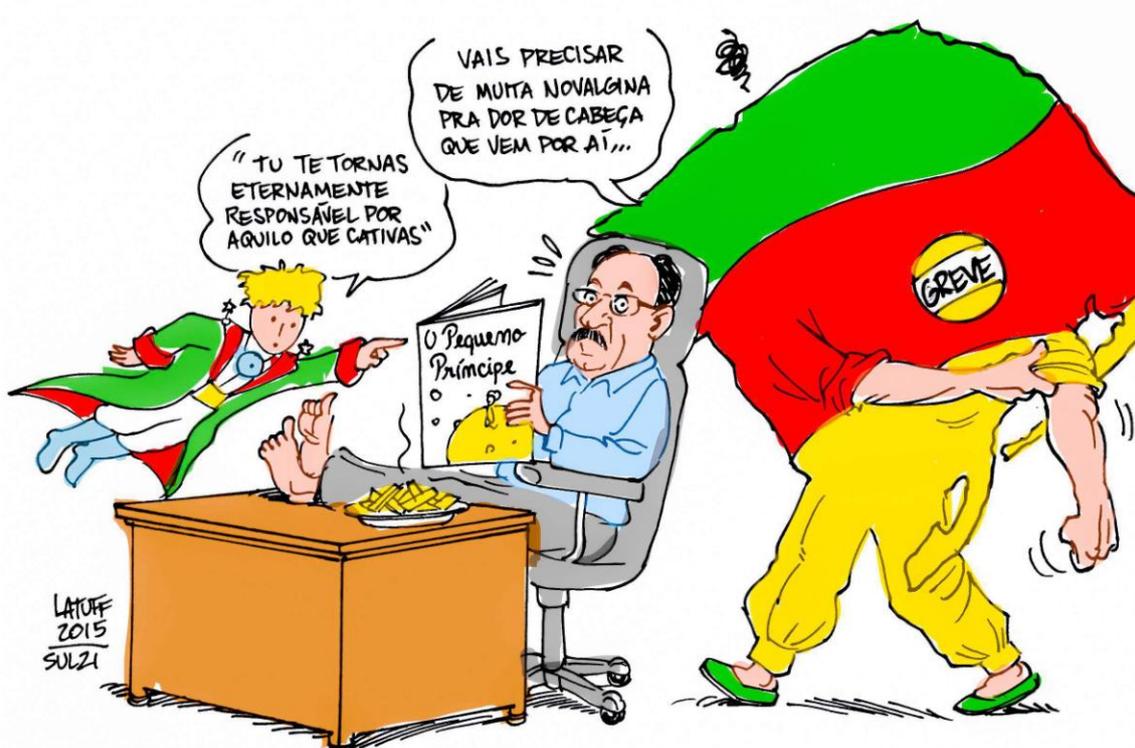


FINANÇAS PÚBLICAS RS _ UM DEBATE NECESSARIO

COLETÂNEA – P.TIMM Org. (para uso em sala de aula)



Introdução- A Província na Berlinda , P.Timm- ago.2015

Índice -

Videos

1.O governo gaúcho quebrou e isso deveria ensinar muito a todo o Brasil - Felippe Hermes

2.O crescimento da dívida segundo o Procurador Milton Ribeiro

3. Desabafo do Procurador Geral do Estado aposentado, Paulo Roberto ThomsenZietlow

4.Os desafios das finanças públicas gaúchas -Alfredo Meneghetti Neto.

5. Em quatro décadas, RS só não gastou mais do que arrecadou em sete anos

6.RS: economia e finanças públicas - Darcy Francisco Carvalho dos Santos

7.vinculações da receita - Darcy Francisco Carvalho dos Santos

8. Nota técnica sobre Finanças no RS :Equilíbrio fiscal e gestão: os desafios das áreas-meio.= Rio Grande do Sul: A mudança se faz com todas as forças. Plano de Governo fogaça/Pompeu 2010-2014.

9. Pacote é insuficiente para reduzir crise nas finanças - ZH

10. “União deve trazer soluções à crise do Estado”, diz Brito sobre Pacto Federativo -Fonte: ALRS

11. O funcionalismo não é o vilão da crise gaúcha – Juremir Machado da Silva

12. Tarso deixou pronta proposta de financiamento – Juremir Machado da Silva

13. Um pitaco: Liberar o Estado de outros pagamentos para pagar os salários - João Gilberto Lucas Coelho

14 – Resposta ao Juremir Machado – Darci Santos & comentaristas

15 -Pacote de Sartori não enfrenta curto prazo e pode ser balão de ensaio para privatizações - Marco Weissheimer

16- As premissas da dívida e a solução conjuntural -Tarso Genro (comentários e anexo do autor)

17. A cartilha neoliberal do guru de Sartori –Juremir Machado

18. O pulo do gato da dívida do RS - Juremir Machado

19. A extinção da FUNDERGS é um absurdo: dez motivos – C.Gutierrez

20 – As razões do Gringo – João Carlos Machado Filho

21 . Abraço simbólico no Jardim Botânico defende manutenção de fundações estaduais

22. Bela jogada do Gov.Sartori – Juremir Machado

23. Agiotagem quebra RS e PR -

24. A Dívida Pública do Rio Grande do Sul: Onde tudo começou? – Fernanda Canofre

25. Porque a renegociação da dívida de Tarso é melhor do que a de Britto - Rachel Duarte

26 .A Dívida Elimina a Autonomia do RS -Josué Martins

27. Entenda a crise financeira do Rio Grande do Sul – O GLOBO

28. Eugênio Couto Terra fala sobre a crise financeira do RS em entrevista ao Sul21

29. Cartade um servidor indignado –Sul21

30. Técnicos rejeitam aumento do ICMS

31 - Procurador de contas pede auditoria urgente da gestão Sartori

32. Nota aos Educadores – CPERGS

33. Governo cria dificuldades para vender soluções. J.Machado

34. Entrevista Gov. Sartori –ZH

**35. Movimento unificado de servidores define próximas ações:
greve independe de parcelamento**

36 – Carta de um servidor

37. Sartori apresenta projeto de lei para privatizar ensino público gaúcho - Rachel Duarte

38. Endividamento dos Estados cai – Ag. Brasil

39. Sartori, Forrest Gump e as nossas façanhas - Ricardo Almeida

40. Os vadios da base do Sartori e os agiotas da Dilma - Juremir Machado

41 . A Dívida Pública do Rio Grande do Sul: Onde tudo começou? – Sul21

42 - Cronologia da política gaúcha recente – Juremir Machado, CP

43 -A Crise no Rs a a solução Sartori – Juremir Machado CP

44. A Província na Berlinda (íntegra da Introdução que abre esta coletânea) –P. Timm

45. NOTA DA FAG -

Outras Fontes –

46 – Benedito Tadeu, C.Politica – Crise no RS

47 = Oposição revela que Gov.Sartori escondeu os recursos.

48 – Propostas de Tarso Genro e Reclamação junto ao Governo Federal

Acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Evolução da dívida pública da Administração Direta do Estado do RS - 1970-98 (Darcy Francisco Carvalho dos Santos e Roberto Balau Calazans). Disponível em http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/vpremio/divida/2afdpVPTN/SANTOS_CALAZA_NS.pdf

Gênese e evolução da dívida pública (Elis Renner Bandeira e Tatiana Rodríguez). Disponível em <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405237eeg-mesa2-geneseevolucadividia.pdf>

Jornal Zero Hora: Como se originou a dívida pública do RS (Juliana Bublitz). Disponível em <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/08/como-se-originou-a-divida-publica-do-rs-4229815.html>

Manifesto do Sindicato dos Engenheiros :

http://www.sengers.org.br/site/images/APEDIDO_RIO_GRANDE_MAIOR_SENGE_.pdf

Videos –Cds

Bruno Lima Rocha

COLUNA DO RÁDIO - Pessoal, abaixo compartilho minha coluna semanal para a Radiocom de Pelotas, no programa Contraponto. Abordo a relação entre o caos orquestrado pelo Piratini no RS e a agiotagem oficial e absurda da rolagem da dívida pública e da dívida interna dos estados e municípios para com a União.

Estratégia & Análise

A relação entre a política gaúcha e a política federal

Em entrevista ao programa Contraponto (28.08.2015), o cientista político Bruno Lima Rocha comenta a relação entre a política gaúcha e a política federal. O programa Contraponto vai ao ar de segunda à sexta, às 8h30min, podendo ser ouvido – ao vivo – pelo www.radiocom.org.br

Para fazer download da entrevista clique neste link: <http://migre.me/rIPx9>

Ciência Gaúcha à beira do açude

<https://www.youtube.com/watch?v=xmClGjVMjLE&feature=youtu.be>

Economista explica a crise financeira do governo do RS

<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/07/economista-explica-crise-financeira-do-governo-do-rs-veja-o-video.html>

Economista e conselheiro da Agenda 2020 falou ao RBS Notícias.

Darcy Carvalho dos Santos explica como governos triplicaram o déficit.

Do G1 RS

O economista Darcy Carvalho dos Santos, conselheiro da Agenda 2020, falou ao RBS Notícias, da RBS TV, sobre a crise nas finanças do Rio Grande do Sul. Nesta sexta-feira (31), foi **confirmado o parcelamento** dos salários dos servidores estaduais, o que gerou protestos da categoria. Em entrevista à repórter Guacira Merlin, Darcy explicou como sucessivos governos esgotaram os recursos públicos e triplicaram o déficit nas contas do estado (*veja o vídeo acima*).

No final da manhã desta sexta, o secretário da Fazenda, Giovani Feltes, anunciou oficialmente o parcelamento de salários dos servidores estaduais do Executivo. Nesta sexta, último dia útil do mês, os servidores receberam a primeira parcela, de no máximo R\$ 2.150. Outra parcela, de R\$ 1 mil, deve ser depositada até o dia 13 de agosto. Para os funcionários que recebem salário superior a R\$ 3.150, o restante será pago até 25 de agosto.

Governo do Rio Grande do Sul

Em pronunciamento, governador [José Ivo Sartori](#) pede aos servidores:

"Pelo bem da sociedade gaúcha, não paralisem as suas atividades. Esta crise não começou agora, vem de longo tempo e não foi criada em 7 meses. É preciso solidariedade de todos para o bem do povo gaúcho".

Confira

<https://www.facebook.com/GovernodoRS/videos/1185957328098092/?fref=nf>

Introdução

A Província na berlinda...

Paulo Timm

Os últimos dias foram agitados no Rio Grande e, particularmente, em Porto Alegre, depois que os servidores do Estado receberam apenas uma pequena parte de seus salários. Com efeito, como viver sem receber o que se tem direito pelo exercício do trabalho?

O Governador Ivo Sartori, há sete meses (!) no exercício de suas funções, alegou falta de dinheiro em caixa. Se disse alarmado com a crise das finanças públicas no Estado, que desconhecia. Me pergunto: Como se candidatou sem ler os inúmeros livros e artigos, fora entrevistas de autoridades e técnicos regionais? Imperdoável. Teria sido melhor agüentar o tranco do que confessar ingenuamente o despreparo.

Já na terça feira, dia 11, porém, o Governador recuou, depositando o restante da folha. Preferiu transferir o calote para os pagamentos devidos à União, com o conseqüente congelamento das contas estaduais pela Fazenda Nacional. Vergonha! A verdade é que o fato desencadeou uma série de debates na imprensa, uns defendendo as medidas do Governador, outros, sobretudo Juremir Machado, atribuindo ao parcelamento dos salários uma manobra política preparatória à apresentação de um Programa de Ajuste de inspiração neoliberal, calcado em privatizações desnecessárias, cortes de benefícios salariais injustificados e mudanças no sistema previdenciário dos servidores.

O pacote de medidas encaminhado na última sexta-feira (7) pelo governador José Ivo Sartori (PMDB) à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul não apresenta propostas de curto prazo para resolver o problema do pagamento

dos salários dos servidores públicos, concentrando-se em propor mudanças na Previdência dos novos servidores e a extinção de algumas estruturas do Estado. Entre as principais propostas da terceira fase do chamado “ajuste fiscal gaúcho”, aparecem a criação da previdência complementar para os futuros servidores estaduais, a extinção das fundações Zoobotânica (FZB), de Produção e Pesquisa em Saúde (Fepps) e de Esporte em Lazer (Fundergs), e a retirada da necessidade de realização de plebiscito para a privatização da Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Cesa).

Do confronto de idéias, dois consensos:

1- Há mais de 20 anos o Governo se arrasta com uma situação deficitária, gastando mais do que arrecada, pelo critério de Caixa e enrolando-se com uma dívida impagável (?). Impagável, aliás, não pelo seu peso sobre o PIB Regional, mas pelo seu custo em juros escorchantes, maior parte junto à União.

Evolução do estoque da dívida do RS em R\$bi

	Governo	Ano	Dívida	Varição
Collares	1994		R\$ 22.	23,5
Britt	1998		R\$ 50.222	122,3
	Olívio	2002	R\$ 50.091	-0,3
	Rigotto	2006	R\$ 51.012	1,8
Yeda	2010		R\$ 50.507	-1,0
Tarso	2014		R\$ 54.795	8,5

Fonte: Balanço Geral do RS – Publicado por Juremirem O pulo do gato da dívida do RS

<http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/>

2- Há uma visível insuficiência na relação do ICMS no Estado em sua relação com a Receita Tributária e PIB, relativamente a outros Estados, ao tempo em que as transferências negociadas declinam em importância evidenciando o peso da extorsão fiscal da União sobre o Estado.

Sobre estes consensos, duas inspirações têm e continuam animando as forças políticas do Estado quanto à recuperação fiscal. As forças mais conservadoras inspiram-se no princípio da responsabilidade fiscal e preferem atuar no sentido da Reforma do Estado e do corte de despesas, não raro recorrendo às iniciativas de privatização. A esquerda, inspirada economicamente no modelo keynesiano que justifica, sob certas circunstâncias, o recurso ao déficit público

como compensatório às lacunas de demanda efetiva , daí derivando uma função do Estado como promotor da cidadania e do desenvolvimento, prefere o caminho do fortalecimento de fontes de receita. Os casos paradigmáticos deste antagonismo podem ser vistos no confronto Yeda Crusius x Tarso Genro. Yeda perseguiu o equilíbrio das contas, via administração de gastos. Tarso, generoso, recorreu ao fundo dos depósitos judiciais, somado à busca de recursos contratuais ou de investimento federal.

Ambas inspirações políticas têm virtudes e vícios. A visão da responsabilidade fiscal tem a vantagem de apontar para o princípio do equilíbrio fiscal, descuidando, porém, de situar o desequilíbrio numa narrativa mais ampla que a condiciona. A visão dita desenvolvimentista detém esta narrativa, mas não sabe definir os limites do compromisso ético do Estado, resvalando não raro para a irresponsabilidade fiscal a que os detratores denominam como “populismo”.. Na verdade, qualquer solução de longo prazo para as finanças públicas do Governo RS repousará tanto em medidas racionalizadoras de sua despesa, numa reorganização institucional do Estado com vistas à modernização da economia, quanto em medidas de reforço de receitas, aliás, embutidas nesta reorganização. Algumas indagações, entretanto, ainda persistem, apesar da abundância de informações na bibliografia disponível.

1-A economia riograndense vive uma crise estrutural, comparativamente à outras economias estaduais?

2-O tamanho do Estado na economia gaúcha é excessivo, , relativamente à outras economias regionais de porte semelhante?

3-O Rio Grande do Sul tem um número excessivo de servidores, relativamente à sua população, quando comparado com outros Estados da Federação e mesmo Brasil? Tem mais inativos sobre ativos do que outros Estados? Por que? A legislação aqui é mais flexível ou o estamos pagando, hoje, por algum tipo de gastos maiores que outros Estados no passado, como, por exemplo, educação?

4-O salário médio dos servidores públicos ativos e inativos no RS é mais alto do que em outras unidades do país? E com relação à categorias especiais como Professores e Policiais civis e militares?

5-Como se tem comportado a relação Receitas Próprias /Receitas de Transferências Constitucionais no Estado ao longo do tempo e relativamente a outros Estados da Federação?

6-Qual o balanço das transferências de renda entre Rio Grande do Sul e o resto do país nos últimos 10anos, a título de extração fiscal e Investimentos Diretos da União, transferências pessoais e subsídios ao capital, bem como relação de preços de produtos dirigidos para fora do Estado e importados, e , finalmente, derivados da gestão cambial.

Quando tivermos, por fim, respostas a tais indagações de forma a identificar melhor as entranhas das nossas relações com a economia do resto do país, e formos capazes de vislumbrar um Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado com melhor definição aí da variável autônoma Estado, talvez consigamos visualizar um caminho mais seguro para o equilíbrio das finanças públicas neste processo. Por ora, fica o conselho de combinar medidas de controle de gastos simultâneas à captação de recursos no curto prazo.

1.O governo gaúcho quebrou e isso deveria ensinar muito a todo o Brasil

Felippe Hermes · On 05/08/2015

<http://m.bercadopopular.org/2015/08/o-governo-gaucha-quebrou-e-isso-deveria-ensinar-muito-a-todo-o-brasil/>

Poucos estados se comparam ao Rio Grande do Sul quando o assunto é participação política na história nacional. Em toda a história brasileira, foram 6 os presidentes gaúchos, que comandaram o país em um terço do tempo que se passou desde a queda da monarquia.

Três deles – Médici, Costa e Silva e Getúlio Vargas – comandaram ditaduras e ostentam a nada honrosa marca de maiores assassinos de opositores políticos da história republicana.

Ernesto Geisel entrou para a história por duas criações controversas: a abertura política após o regime militar, que de tão lenta demorou mais de 10 anos, e uma crise econômica que deu origem a duas décadas de inflação descontrolada.

Até Dilma Rousseff, que fez carreira política no Rio Grande do Sul, entra na história por sua “Nova Matriz Econômica”, muito semelhante às políticas implementadas pelo conterrâneo Geisel, e que – como era de se esperar – acabou em resultados parecidos: crescimento baixo, inflação disparando e apenas 7,7% de aprovação popular na pesquisa mais recente (feita em julho de 2015).

Como se não bastasse, o Rio Grande do Sul também é conhecido por ter o movimento separatista mais forte do Brasil, reforçando a imagem de que o gaúcho “renega” a cultura brasileira e possui uma identidade distinta. Fora das peculiaridades locais, da cultura e tradição, há um aspecto nacional entretanto que une gaúchos a todos os brasileiros: instituições pautadas pela defesa inveterada do Estado, pelo extrativismo e pelo corporativismo na economia.

Neste aspecto tão tipicamente brasileiro, definido pelo best-seller Bruno Garschagen como “amar o Estado enquanto se odeia os políticos”, o Rio Grande se destaca com êxito: trata-se do único lugar do país onde nenhum governador conseguiu a reeleição.

A cultura política dos gaúchos ainda é marcada pela figura de Leonel Brizola, que governou o estado entre 1959 e 1963, pouco antes do estado começar a enfrentar um problema que seria constante durante 4 décadas: o descontrole nas contas públicas. Nos últimos 43 anos, o governo gaúcho gastou menos do que arrecadou em apenas 7.

Quem leu o noticiário dos últimos dias sabe que a conta da farra chegou em 2015: o atual governador, no cargo há apenas 7 meses, teve que parcelar o salário dos funcionários públicos e a crise no estado é ainda pior que a que atinge todo o país. Agora a instabilidade é a regra. Mas como um dos estados mais ricos do país chegou a esta situação?

A história é didática e traz alerta a todos os brasileiros.

O Rio Grande do Sul quebrou

O RS tem dois bancos estatais (o maior deles é o Banrisul, fundado por Getulio Vargas em 1928, quando era governador) e durante muito tempo, os governadores utilizaram “seus” bancos para financiar os gastos públicos e mascarar déficits por meio de inflação e criação de moeda.

A prática pode soar estranha aos brasileiros de hoje, [mas era bastante comum antes do Plano Real e ajuda a explicar o caos inflacionário dos anos 70 a 90](#). Por décadas, as contas foram maquiadas pelos bancos estaduais, e o uso dela no Rio Grande do Sul transformou o estado no mais endividado do país.

Durante as reformas econômicas dos anos 90, o Governo Federal tentou resolver a situação. No início do processo que culminaria na criação do que se chamou de [“tripé macroeconômico”](#), o então presidente FHC renegociou as dívidas estaduais, substituindo diversos títulos públicos “podres” por uma dívida única com o governo federal. Em troca, os estados deveriam comprometer 13% de sua arrecadação para pagar a dívida durante 30 anos.

Depois da renegociação, seria esperado que os governadores controlassem a causa central do problema: os gastos desenfreios. Mas o que se viu no Rio Grande do Sul foi o oposto. O governo estadual tentou enfrentar o déficit público por diversas vias: aumento de impostos, combate a sonegação, corte de investimentos, congelamento de novas contratações e, claro, mais endividamento! Mas sem cortar o mal pela raiz, a conta obviamente chegaria, e chegou em 2015.

Para se ter uma ideia da situação enfrentada pelo atual governo, o déficit deste ano está estimado em 13% do orçamento – ou seja, em valores nominais, o governo vai gastar R\$5,4 bilhões a mais do que arrecada. Boa parte pode ser explicada por uma característica peculiar do governo gaúcho: trata-se do único governo estadual que gasta mais com a herança de gestões passadas do que com políticas que visam o presente ou o futuro. Os gastos com previdência chegam a 29% do orçamento, as pensões estão em 7% e a [dívida em 14,7%](#).

A [previdência pública estadual é de longe o quadro mais crítico e o que levanta maior alerta para o Brasil](#). O número de aposentados e pensionistas é maior do que o de funcionários na ativa. O resultado pode ser resumido nesta estatística assustadora: **o déficit da previdência gaúcha, sozinho, custa mais do que a soma de todos os investimentos em educação, saúde, segurança, infraestrutura, esporte, lazer e cultura.**

Por conta disso, o Rio Grande do Sul é o estado que menos investe no país, em relação a sua receita. A situação agrava ainda mais os problemas enfrentados pela própria economia gaúcha e faz do RS o estado que menos cresceu nos últimos 15 anos (dado também decorrente de secas e quebras de safra, já que a agricultura e a indústria ligada a ela correspondem por 1/3 do PIB estadual).

Empurrar o problema com a barriga não adiantou

A explicação para o descontrole nas contas públicas estaduais, que podem até mesmo sofrer uma intervenção federal, está em uma questão mais profunda: trata-se de uma opção política.

Em 2005, a Assembleia Estadual aprovou por ampla maioria a criação de uma lei que permitiria ao governo sacar até 70% dos depósitos judiciais – um fundo onde as partes de um processo depositam um valor que será devolvido quando o juiz decidir o mérito da questão. Em resumo, se você entra na justiça pedindo uma indenização de alguém, a outra parte do processo pode ser obrigada a depositar o valor neste fundo para garantir que você receberá se estiver certo, e o governo aprovou uma lei que o permite pegar parte desse dinheiro para ele.

Durante um período de 6 anos, o fundo servia como recurso de emergência, do qual sacaram-se R\$2 bilhões. No período seguinte, quando o petista Tarso Genro assumiu o governo, sacar o dinheiro alheio virou regra. Tarso sacou em 4 anos 270% mais do que os 2 governadores que o antecederam.

Tarso optou politicamente por “não gerar um déficit social”, investindo o dinheiro de empréstimos (junto a bancos como BNDES e BID), em aumentos salariais para funcionários públicos e gastos de custeio. O resultado dessa escolha é fácil de ser observado.

Os depósitos judiciais são remunerados de acordo com a taxa de juros do Banco Central, neste caso, os R\$ 7.7 bilhões sacados por Tarso dos depósitos, possuem um custo aproximado de R\$ 1 bilhão anuais em juros. Para efeito de comparação, o custo que o saque de Tarso deixa ao governo atual é pouco menor do que o de todo o resto da dívida estadual com a União.

Este ano, em meio a crise que faz do desemprego no país o maior em 5 anos, e o PIB ter uma queda de prováveis 2%, o governo estadual simplesmente quebrou. As receitas do orçamento eram falsas, estavam superestimadas, enquanto as despesas estavam subestimadas.

Para contornar a situação o governo decidiu cortar gastos (medida insuficiente), e provavelmente terminará por aumentar impostos.

Outra medida a ser anunciada em breve é a privatização de algumas das 16 estatais do estado, nas áreas de energia, armazenagem, bancos, mineração, gás natural, saneamento e até mesmo artes gráficas (sim, o governo gaúcho possui uma gráfica!). A única questão a ser encarada neste ponto, trata de uma

lei que determina a realização de plebiscitos para aprovação do processo de privatização.

Mas o que há a se observar diante do caos, é a verdadeira natureza do Estado. Os salários de julho terminarão de ser pagos dia 13 de agosto (cerca de 70% dos funcionários terão recebido tudo nesta data), motivo pelo qual o funcionalismo se prepara para uma greve geral.

As lições para o Brasil

O Rio Grande do Sul é o mais perfeito exemplo do como os políticos agem para preservar antes de tudo a si mesmo, deixando a sociedade em segundo plano. Na situação atual, não é raro encontrar aqueles que se referem ao ex-governador Tarso Genro como “aquele que pelo menos pagava em dia”, numa clara alusão de que a relação com o funcionalismo é o parâmetro a se avaliar um governo. Se o salário dos funcionários públicos está aumentando e em dia, tudo bem, ainda que isso prejudique todos o “resto” dos gaúchos e até mesmo os próprios funcionários no longo prazo.

A conta pode demorar e ser empurrada com a barriga, mas ela sempre chega.

Muitos negam a crise, creditam a situação atual a uma tentativa do atual governador de forçar privatizações, aumentos de impostos e medidas nesta linha, mas a única certeza que podemos ter a respeito é a de que, quando um governo gasta mais do que arrecada, ele vai falir (e tentará levar toda sociedade junto).

A população brasileira é mais jovem que a gaúcha, mas está envelhecendo e as regras da previdência seguem sem fazer o menor sentido econômico, especialmente quando se trata de funcionários públicos. No plano nacional, os cerca de 935 mil aposentados e pensionistas do serviço público geram um déficit anual de R\$ 62 bilhões, enquanto os outros 28 milhões de aposentados do INSS geram um déficit que equivale a pouco mais da metade.

Boa parte da classe média brasileira estuda para concursos públicos porque o governo paga bem, dá estabilidade e tudo aquilo que todo mundo conhece, mas a “república dos concurseiros” tem um custo. Quando eu digo que o Brasil não corre o menor risco de dar certo, é por saber que no futuro próximo nenhum político vai querer desarmar essa bomba para não ter que enfrentar o chororô.

Ou o Brasil inteiro aprende que nada que o governo oferece é gratuito e que não dá para ser irresponsável com os gastos públicos, ou a próxima geração de brasileiros entrará no mercado de trabalho tendo que pagar 60% de carga tributária sem receber quase nada de volta. A outra solução é aprovar uma lei revogando a matemática

2.O crescimento da dívida segundo o Procurador Milton Ribeiro:

Euclides Triches aumentou a dívida do RS em 194%, <—

SynvalGuazzelli em 36%, <—

Amaral de Souza em 79%, <—

Jair Soares em 39%, <—

Pedro Simon em 0,1%,

Alceu Collares em 24%, <—

Antônio Britto em 122%, <—

Olívio Dutra em -0,3%,

Germano Rigotto em 1,8%,

Yeda Crusius em -1%

Tarso Genro em por volta de 10% (não encontrei o valor exato).

3. Desabafo do Procurador Geral do Estado aposentado, Paulo Roberto ThomsenZietlow (publicado no Facebook):

Um desabafo de quem perdeu a saúde trabalhando. O Sr. Sartori merece críticas não por ser o responsável por esta situação. Merece críticas por sua covardia e vilania. Deixou para avisar aos servidores públicos do parcelamento no último dia e sequer publicou os contracheques, com o nítido propósito de não recorrermos ao Judiciário. Aliás, publicou o contracheque com valores integrais para tentar dar alguma defesa processual ao Estado. Pagou em dia CCs políticos da AL, que só servem para fazer campanhas para estes políticos inúteis. Borrou-se para nos dar explicações, deixando o Estado sem a voz de seu comandante. Deixou o Bannisul, um banco público, cobrar dos servidores estaduais todos os empréstimos e juros, sem observar o calendário de pagamento parcelado. Desrespeitou os servidores, acima de tudo. Tenta vender a imagem de que seus Secretários também serão afetados é uma mentira: A MAIORIA DE SEUS SECRETÁRIOS SÃO DEPUTADOS E GANHARAM DA ASSEMBLÉIA OU DA CÂMARA FEDERAL, EM DIA. Não é pela falta de dinheiro. É PELA FALTA DE RESPEITO COM OS SERVIDORES! Deixou velhos e inválidos como eu sem grana para sequer comprar os remédios. Não teve o mínimo critério humanitário em suas escolhas. Esconde-se como guri de colégio que fez merda! É tão incapaz, que nem à herança maldita atribui o caos. Quanto ao Secretário Feltes, EU NÃO SOU TEU "COLEGA SERVIDOR"! Eu fiz concurso público. Não entrei no Estado fazendo conchavos e demagogias eleitoreiras como Vossa Excelência! Eu estudei. Não entrei pela portas dos fundos! Se não tivesse estudado, talvez hoje eu fosse um político como o Senhor. Felizmente, não sou. Tenho dignidade na cara. Já vi muitos inúteis serem Secretários ou até Governador, mas como este pessoal aí, eu não tinha visto ainda. Meu Deus, o que o Rio Grande fez! Este é o Timoneiro que conduzirá o barco avariado até um porto seguro? Hoje é um dos dias mais tristes da minha vida como servidor do Estado do Rio Grande do Sul. Dia igual, só vivi quando me comunicaram de minha triste aposentadoria.

4.Os desafios das finanças públicas gaúchas

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Programa de Pós-Graduação em Economia Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 50 – Sala 1105 CEP 90.619-900 – Porto Alegre – RS

Nome: Alfredo Meneghetti Neto.

Qualificação: economista da FEE e professor da PUCRS.

Endereço: rua Pedro Ivo, 385, aptº. 501, bairro Mont' Serrat, Porto Alegre.

E-mail: a.meneghetti@terra.com.br

Área temática: Finanças Públicas.

Palavras chaves: finanças municipais, gastos sociais, setor público.

Resumo

O objetivo deste trabalho foi construir conhecimento sobre os desafios das finanças públicas gaúchas, privilegiando as últimas evidências numéricas. Foram trazidos vários aspectos da evolução das receitas e despesas e seus impactos na economia gaúcha.

De uma forma geral foi constatado que o Estado sempre gastou mais do que arrecadou, o que consolidou uma situação de déficit orçamentário permanente e que certamente impactou as decisões do gestor público. Foi concluído que uma receita fraca e incapacitada de acompanhar o crescimento da economia resultou na diminuição da qualidade da prestação do serviço público, atestada pelo fato da diminuição dos investimentos públicos e da quantidade de servidores, justamente em áreas fundamentais do estado (saúde, educação e segurança).

Nesse sentido, esse artigo contribui para tornar evidente essa situação de crise nas contas públicas e apresentar os principais desafios, sugerindo mais esforço por parte dos pesquisadores, privilegiando mais estudos na área de finanças públicas.

4-CONCLUSÃO

Através do estudo das finanças públicas do Rio Grande do Sul, nos últimos 30 anos, foi constatado que o Estado sempre gastou mais do que arrecadou, o que consolidou uma situação de déficit orçamentário permanente e que certamente impactou as decisões do gestor público. Uma das razões desse desequilíbrio pode ser encontrada na arrecadação do ICMS que não mostrou uma boa performance. Sempre existiram muitos dispositivos legais e constitucionais que enfraqueceram as receitas públicas gaúchas. Houve um aumento da 26

defasagem do crescimento do ICMS em relação a economia, causado pelos inúmeros benefícios fiscais e também por uma política tributária que poderia ter uma ênfase maior no combate a sonegação. Também a fiscalização gaúcha pode ser melhorada em vários aspectos como foi visto no item 4.

Uma receita fraca e incapacitada de acompanhar o crescimento da economia resultou na diminuição da qualidade da prestação do serviço público, atestada pelo fato da diminuição dos investimentos públicos e da quantidade de servidores, justamente em áreas fundamentais do estado (saúde, educação e segurança). Por outro lado o quadro de pessoal está mostrando uma tendência de aumento dos aposentados, o que permite supor que em um futuro próximo o mesmo poderá apresentar dois aposentados para cada ativo. Isso significa que o Estado irá gastar o mesmo patamar histórico com pessoal, mas somente 1/3 dos funcionários prestarão serviços à sociedade. É necessário, portanto, reformular urgentemente a política de aposentadoria e incrementar o ritmo dos concursos públicos no Rio Grande do Sul.

Outro fato que também agravou o quadro de crise das finanças foram os encargos da dívida, que aumentaram muito tornando cada vez mais rígido o orçamento público. Isso significa um ônus insustentável para as gerações futuras, pois o estado pela sua inoperância pode trazer dificuldades para a economia. O Governo gaúcho poderá se transformar em um obstáculo para os investimentos da agropecuária, indústria e comércio nos próximos anos, pois não terá recursos para continuar mantendo o pagamento do custeio da máquina.

Assim sendo o que deve ser enfatizado é que persistem vários desafios: fazer com que a economia gaúcha possa acompanhar mais de perto o crescimento da economia brasileira, ajustar a defasagem do ICMS e o PIB gaúcho, aumentar o investimento público, voltar a negociar com o governo federal os pagamentos da dívida pública e principalmente o resarcimento da Lei Kandir, rever os incentivos fiscais dando mais transparência e principalmente tornar a fiscalização mais ostensiva.

Finalmente convém ainda lembrar que os problemas levantados por este estudo não são somente das finanças públicas gaúchas mas sim de todo um sistema tributário nacional, que está a exigir profundas reformas para que a sociedade possa receber o retorno justo dos impostos que está pagando. 27

REFERÊNCIAS

- BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Secretaria da Fazenda, 2009.
- BOLETIM DEE. Porto Alegre: Secretaria da Fazenda, n.47, set. 2003. Disponível em: <http://www.sefaz.rs.gov.br/Site/index.aspx>
Acesso em: 12 dez. 2011.
- BOLETIM INFORMATIVO DE PESSOAL. Disponível em: http://www.sefaz.rs.gov.br/sef/DOC-CON_1.aspx?p-nomeGrupo=Boletim+Informativo+de+Pessoal&cod-grupo=43&al=l_bol_inf_pessoal.
Acesso em: 12 dez. 2011.
- BORDIN, L.C.V. ICMS gastos tributários e receita potencial. In: FINANÇAS públicas: VII Prêmio do Tesouro Nacional 2002; coletânea de monografias. Brasília: ESAF, 2003.
- MENEGHETTI NETO, A.; RUCKERT, I. N. Avaliação das finanças públicas estaduais – 1970-91. In: FARIAS, L. A. E. (Coord.). Estado do Rio Grande do Sul nos anos 80: subordinação, imprevidência e crise. Porto Alegre: FEE, 1994. p.61-173.
- MENEGHETTI NETO, A. As contas gaúchas pioram e dificultam a continuação do déficit zero. Carta de Conjuntura FEE, v.18, n.10, out. 2009a.
- MENEGHETTI NETO, A. O comportamento do ICMS e do PIB gaúcho: uma nota técnica. Boletim da Assessoria Econômica, Secretaria da Fazenda, v.9, n.23, jun. 1995.
- MENEGHETTI NETO, A. O desempenho das finanças públicas em 2008. Indicadores Econômicos FEE, v.36, n.4, p.53-64, 2009.
- MENEGHETTI NETO, A. O efeito da inflação sobre a arrecadação do ICMS. Indicadores Econômicos FEE, v.18, n.3, p.181-193, 1990.
- RELATÓRIO E PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: exercício 2010. Porto Alegre: Tribunal de Contas, 2010.
- RIO GRANDE DO SUL. Governador (Tarso Genro). Proposta orçamentária 2011: mensagem. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/> Acesso em: 12 dez. 2011.

SITE DA PESQUISA APLICADA AO SETOR

PÚBLICO. <http://sites.google.com/site/spublico/home?pli=1> Acesso em 03.04.2012.

A PROCERGS esteve presente esclarecendo dúvidas sobre o sistema

Setor público gaúcho

[Banco de dados](#)

- [Publicações oficiais](#)
- [Estudos](#)
- [Indicadores fiscais](#)

Indicadores fiscais do Rio Grande do Sul

- [Arrecadação do ICMS](#)
- [Inscrição em dívida ativa](#)

- [Resultado primário](#)
- [Resultado nominal](#)
- [Despesa com pessoal](#)
- [Despesa com investimentos](#)
- [Despesas com os encargos da dívida](#)

- Do mesmo autor:
- [Os impasses do RS](https://sites.google.com/site/spublico/estudos2). Texto encaminhado ao 46º JORNADAS INTERNACIONALES DE FINANZAS PÚBLICAS, Córdoba, Argentina. - <https://sites.google.com/site/spublico/estudos2>

[Os desafios de finanças públicas](https://sites.google.com/site/spublico/estudos2). 6º Encontro de Economia Gaúcha. Pucrs, junho de 2012. - <https://sites.google.com/site/spublico/estudos2>

MENEGHETTI NETO, A. A crise das finanças públicas gaúchas. In: CONCEIÇÃO, Octávio A. C.; GRANDO, MarinêsZandavali; TERUCHKIN, Sônia Unikowsky; FARIA, Luiz Augusto Estrella (Org.). **O movimento da produção**. Porto Alegre: FEE, 2010. (Três décadas de economia gaúcha). Disponível em: <http://www.fee.tche.br/3-decadas/downloads/volume2/7/alfredo-meneghetti.pdf>. Acesso em 20.01.2011.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 2008. Brasília:

Ministério da Previdência e Assistência Social. Disponível em:

O movimento da produção. (Três décadas de economia gaúcha, v. 2). 2010 **206**

Meneghetti Neto, A. A crise das finanças públicas gaúchas.

<<http://www.mpas.gov.br/conteudoDinamico.php?id=423>>. Acesso em: **3 nov. 2009**.

BALANÇO GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Secretaria

da Fazenda, 2009.

BOLETIM DEE. Porto Alegre: Secretaria da Fazenda, n. 47, set. 2003.

Disponível

em: <<http://www.sefaz.rs.gov.br/Site/index.aspx>>. Acesso em: 11 nov. 2009.

BOLETIM INFORMATIVO DE PESSOAL. Disponível em:

<<http://www.sefaz.rs.gov.br/sef/>>. Acesso em: 21 out. 2009.

BORDIN, L. C. V. ICMS gastos tributários e receita potencial. In: FINANÇAS públicas: VII Prêmio do Tesouro Nacional 2002; coletânea de monografias. Brasília: ESAF, 2003.

GRUPO DE TRABALHO DA QUALIDADE DO GASTO E DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 21.10.2009. Disponível em:

<<https://sites.google.com/site/publicors/>>. Acesso em: 4 nov. 2009.

INDICADORES FISCAIS DO RIO GRANDE DO SUL, 29.03.2010. Disponível em:

<<https://sites.google.com/site/spublico/indicadores2>>. Acesso em: 29 mar.2010.

MENEGHETTI NETO, A.; RUCKERT, I. N. Avaliação das finanças públicas estaduais — 1970-91. In: FARIAS, L. A. E. (Coord.). **Estado do Rio Grande do**

Sul nos anos 80: subordinação, imprevidência e crise. Porto Alegre: FEE, 1994.

p. 61-173.

MENEGHETTI NETO, A. As contas gaúchas pioram e dificultam a continuação do

déficit zero. **Carta de Conjuntura FEE**, v. 18, n. 10, out. 2009a.

MENEGHETTI NETO, A. O comportamento do ICMS e do PIB gaúcho: uma nota técnica. **Boletim da Assessoria Econômica**, Secretaria da Fazenda, v. 9, n. 23, jun. 1995.

MENEGHETTI NETO, A. O desempenho das finanças públicas em 2008. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 36, n. 4, p. 53-64, 2009.

MENEGHETTI NETO, A. O efeito da inflação sobre a arrecadação do ICMS. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 18, n. 3, p. 181-193, 1990.

PRESSER, M. F. O comportamento recente do IGP-DI — uma nota técnica. **Jornal da Unicamp**, Campinas, p. 2, 18-24 ago., 2003.

RELATÓRIO E PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: exercício 2008. Porto Alegre: Tribunal de Contas, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Governador (Yeda Rorato Crusius). **Proposta** O movimento da produção. (Três décadas de economia gaúcha, v. 2). 2010 **207**

Meneghetti Neto, A. A crise das finanças públicas gaúchas. **orçamentária 2010: mensagem**. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/>>. Acesso em: 22 out. 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Disponível em: <<http://www.sefaz.rs.gov.br/Site/>>. Acesso em: 12 out. 2009.

SANTOS, D. F. C. dos; CALAZANS, R. B. **As idéias no seu lugar: quanto se comprometeu em dívida no RS?** Disponível em: <<http://www.sindaf.com.br/Downloads/Arquivo/Artigos/>>. Acesso em: 18 mar.2010.

O

5. Em quatro décadas, RS só não gastou mais do que arrecadou em sete anos

19/09/2014 - <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/economia/noticia/2014/09/em-2min40s-entenda-o-rombo-nas-financas-publicas-do-estado-4601270.html>



Foto: Arte / Zero Hora

Em 2min40s, entenda o rombo nas finanças públicas do Estado

O principal desafio de quem assumir o comando do Palácio Piratini a partir de janeiro de 2015 será **financeiro**. Para explicar o problema, que afeta diretamente a vida da população, Zero Hora preparou um vídeo especial. Com gráficos animados e linguagem acessível, a jornalista Juliana Bublitz mostra que o caos nas finanças do Estado vem de longa data. Desde 1971, o Tesouro estadual só não gastou mais do que arrecadou em sete anos. Nos outros 36, fechou as contas no vermelho. Nesse mesmo período, a dívida pública cresceu 2.660%.

Para entender o que isso significa e ficar por dentro do tema que vem pautando as eleições no Rio Grande do Sul, assista à gravação. O material, com arte de Michel Fontes e imagens de Bruno Alencastro e Diego Vara, é uma continuidade de outra produção do tipo, apresentada em agosto do ano passado, sobre a **história do endividamento do Estado**.

[Veja as propostas dos candidatos ao Piratini na série Vida Real](#)

6.RS: economia e finanças públicas

<http://www.sul21.com.br/jornal/rs-economia-e-financas-publicas/>

*Darcy Francisco Carvalho dos Santos** - 1/jul/2014

O Estado do RS tem a quarta economia do País e, no entanto, atravessa uma crise financeira que vem de quatro décadas. Diversas são as causas, tanto pelo lado da receita, como pelo da despesa.

Há vários anos ocupamos o primeiro lugar em gastos com previdência e no endividamento, e ficamos nas últimas posições, quando não na última, em margem para investimentos e também nos próprios investimentos. Esses, por sua vez, vêm sendo realizados com recursos de empréstimos ou do caixa único, hoje formado predominantemente pelos depósitos judiciais, que foram praticamente esgotados nos últimos anos.

As causas dessa crise estão tanto na receita como na despesa. Pelo lado da receita ela tem duas vertentes principais, que são a queda da participação dos estados na carga tributária nacional e o crescimento reduzido do PIB estadual, num ritmo menor que o nacional. A participação dos estados na receita disponível nacional baixou de 34% do PIB em 1960 para 24,6% em 2012. Isso não que dizer que não cresceu em termos absolutos, porque passou de 5,9% para 9,1% no período, ou seja, mais de 50%.

Podemos citar, ainda, a reduzida participação no Fundo e Participação dos Estados, onde a Região Sul, com 80% da produção e 56% da população, fica com apenas 15%, tocando para o Rio Grande apenas 2,35%.

Ao longo dos anos, a União provocou uma série de desonerações do principal tributo estadual, o ICMS, o que contribuiu para prejudicar a nossa situação financeira.

Quanto ao PIB estadual, se tomarmos o período de 1998 a 2013, veremos que ele cresceu numa média de 2,3% ao ano, num comportamento semelhante a um eletrocardiograma, porque apresenta período de altas e de quedas, às vezes grandes. Segundo a Fundação de Economia e Estatística, em 29 anos, entre 1981 e 2009, houve decréscimo do PIB em 11 deles. As piores quedas ocorreram em 1990 (-6,6%); 1985 (-5%); 2005 (-2,8%). E as maiores altas: 1993 (10,8%) e 1992 (8,3%). As causas básicas dessas variações estão nos preços dos produtos exportados, no câmbio e, principalmente, nos problemas climáticos. Em 2005, a produção agropecuária caiu 26,1% em decorrência de grande seca. Em compensação, no ano seguinte a agropecuária cresceu 50,1% e o PIB estadual, 4,7%.

O peso da agricultura no PIB estadual é pouco menos de 10%, mas sua influência atinge 40% devido ao efeito contágio com os demais setores. Dessa constatação surge uma conclusão lógica de que o Estado precisa fazer investimentos que permitam utilizar as chuvas que caem em quantidade suficiente, mas nem sempre na época adequada. E para isso encontra a barreira da carência de recursos.

Nos últimos três anos, ocorreu seca em 2012, quando o PIB estadual caiu 1,4%. Em 2011 havia crescido 5,1% e no ano passado expandiu-se em 6,3% (reestimativa no número inicial de 5,8%). Na média, o crescimento no triênio foi

de 3,3%, superior ao crescimento nacional, mas devido ao alto desempenho da agropecuária, já que a indústria cresceu apenas 1,7%.

Outro aspecto a destacar quanto ao crescimento da receita são as desonerações fiscais que andam em torno de 35% do ICMS potencial e que nenhum governo consegue reduzi-las, porque grande parte tem origem na Constituição Federal e outra parte está atrelada às cadeias produtivas locais e a outras finalidades que necessitam desse incentivo.

Em 2010, elas estavam em 34,64% do ICMS potencial e em 2011 foi para 35,86%, um crescimento nominal de 15%, quando a inflação foi pouco mais de um terço dessa marca (Parecer Prévio do TCE de 2012, p.79, tabela 1.44).

Embora se ouça seguidamente que o Estado do RS é o que mais concede isenções fiscais, até por sua localização distante do mercado consumidor do Sudeste que lhe condiciona a concedê-las, não é o que se verifica quando se compara com a evolução do ICMS e do PIB do Estado com a média nacional.

Entre 1995 e 2010, o PIB do Estado do RS cresceu a uma taxa média de 2%, período em que o PIB nacional cresceu 3,2%. Nesse mesmo período, a taxa de crescimento do ICMS foi de 5% no Brasil e de 4,2% no RS. Fazendo-se a relação, constata-se que a taxa de crescimento do ICMS no Brasil foi 1,6 vezes a do PIB, enquanto no RS essa relação foi de 2,1 vezes. Isso prova que o RS não concede isenções fiscais maiores que a média brasileira, o que não quer dizer que isso não ocorra em relação a alguns Estados, tomados isoladamente.

Finalizando, podemos concluir que pelo lado da receita as duas principais medidas para melhorar a situação das finanças estaduais são o crescimento do PIB estadual e uma revisão do pacto federativo, este último muito difícil, porque a União dificilmente abrirá mão de receita.

** Contador, economista, coautor do livro "O Rio Grande tem saída?", ex-auditor público externo do Tribunal de Contas do Estado e ex-auditor de finanças públicas da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul*

7.vinculações da receita

Agosto/2011

Darcy Francisco Carvalho dos Santos

Contador e economista

Conclusão

Apesar da sensível melhora da situação financeira do estado nos últimos anos, com a formação de um superávit primário de cerca de R\$ 7 bilhões entre 2007 e 2010, fruto de um ajuste fiscal que se iniciou em 1999, permanece uma situação em que é impossível ao mesmo tempo zerar o déficit e cumprir integralmente as vinculações constitucionais da receita.

Em 2009 não houve déficit orçamentário, mas ficaram sem cumprir R\$ 2 bilhões ou 9% da receita corrente (RCO) em educação, saúde e outras vinculações. Se fossem cumpridas integralmente as vinculações, o déficit seria de 12% RCO, resultante da soma de 66% das vinculações constitucionais e 46% das despesas fixas (não decorrentes de vinculação), estando incluído

nesse último percentual menos de 3% de investimentos.

O grande nó estrutural está no fato de que, para eliminar esse déficit, o incremento necessário de receita será de três vezes esse percentual, ou seja, entre 35 a 36%, porque de cada três reais arrecadados, dois reais são despendidos automaticamente, no caso de cumprimento integral das vinculações. Para cumprir os R\$ 2 bilhões referidos, o incremento necessário de receita seria de R\$ 6 bilhões.

E para atingir esse percentual leva anos, lapso de tempo em que as despesas fixas (não decorrentes de vinculação) já terão crescido. É o caso da despesa com pessoal, o maior item de despesa, cujo crescimento vegetativo anual é de 3%. Integram o rol dessas despesas fixas todas as secretarias e órgãos (exceto saúde e educação, cujas despesas são vinculadas), uma parte da dívida e os Outros Poderes, que, embora tenham reduzido seu ritmo de crescimento de despesa, ainda apresentam evolução superior às demais secretarias e órgãos.

O mais grave das vinculações é que quanto mais cresce o grau de comprometimento da receita, maior é o incremento necessário de receita para atingir o equilíbrio.

16

Foram feitas duas projeções da evolução da receita de dois grandes agregados de despesa para o período 2011-2002, uma com previsão de crescimento da receita corrente de 5% ao ano e outra com 6%.

Na primeira delas, somente em 2022 é que seria eliminado o déficit e, assim mesmo, os investimentos possíveis seriam de apenas 0,5% da receita corrente. Na segunda, o déficit seria eliminado em 2019, mas apenas com 1,6% de investimentos, chegando a 7,9% em 2022.

A verdade é que a despesa do Estado do Rio Grande do Sul não cabe dentro de sua receita por duas razões: a primeira delas decorre do alto índice de vinculação da receita; e a segunda tem origem na dimensão da despesa fixa, especialmente pelo expressivo valor da folha de inativos e pensionistas, que atinge 115% da folha de ativos, num total de R\$ 6,8 bilhões em 2010. Os gastos com previdência do Estado do Rio Grande do Sul estão em torno de 30% da receita corrente líquida, percentual esse que na média dos estados atinge 14%.

Além disso, o Rio Grande do Sul despendeu com o serviço da dívida mais de R\$ 2,2 bilhões anuais em 2010, atingindo 10% da receita corrente líquida. E o pior é que esse valor seria bem maior se não fosse o limite de 13% da receita líquida real estabelecido no acordo de 1998. A dívida não assumida pela União no acordo citado foi rolada mediante um novo empréstimo com o BID, que acabou reduzindo os gastos com juros e encargos.

Por tudo isso, para cumprir integralmente as vinculações constitucionais em caráter permanente, necessita um grande crescimento da arrecadação, forte contenção de despesa e conviver com margem negativa para investimentos por mais dois períodos governamentais.

Isso não quer dizer que em algum exercício isoladamente, com o ingresso de receita extra ou com a utilização do caixa único, caso em que ocorrerá déficit, não se possa cumprir as vinculações. Mas em caráter permanente não há como cumpri-las na íntegra, a não ser no longo prazo e nas condições referidas.

17

É necessário mudar esse paradigma em que se medem as realizações dos governos pelo que gastam. Os governos devem ser medidos pelo que fazem e nesse processo serão mais eficientes se fizerem o máximo possível em quantidade e qualidade com o mínimo de gastos. Mas, para isso, precisamos alterar as constituições federal e estadual. Então, o problema econômico, passa por uma solução política. Aguardemos.

Porto Alegre, 3 de agosto de 2011.

8. Nota técnica sobre Finanças no RS = Equilíbrio fiscal e gestão: os desafios das áreas-meio.

Programa de Governo Campanha 2010 – G.Rigotto

3.1. A recuperação do equilíbrio fiscal sustentável: uma tarefa ainda inacabada.

3.1.1. Introdução.

O compromisso com o equilíbrio fiscal é uma obrigação natural de todo governante responsável. No caso do Governo estadual gaúcho, em vista da magnitude dos desequilíbrios gerados ao longo do último quartel do século vinte, esse dever de vigilância constante sobre as contas converteu-se na tarefa prioritária de tratar de por fim aos déficits recorrentes, o que só vem sendo possível realizar graças a um esforço persistente e longo, realizado por várias administrações desde o início da década passada.

O reconhecimento de que era incontornável e urgente caminhar nessa direção teve lugar quando as transformações da economia brasileira após o Plano Real tornaram inviável a continuidade da rolagem contínua dos títulos públicos estaduais. Foi essa situação que levou o Governo Federal a conceber e implementar o plano de refinanciamento das dívidas dos Estados, dentro de cujo escopo a União assumiu centralizadamente os passivos existentes, convertendo-se a partir daí em credora principal das unidades federadas. No

caso do Rio Grande do Sul, o contrato de renegociação foi firmado em 15 de abril de 1998.

Para entender o que foi a administração fiscal dos últimos anos, é muito importante ter em vista que, associado ao contrato de refinanciamento da dívida, foi pactuado também um plano de ajuste fiscal do setor público estadual, cuja meta principal traduziu-se no compromisso combinado de conseguir um aumento contínuo da Receita Corrente (em especial da arrecadação do ICMS) e o de controlar as despesas tão rigidamente quanto possível, em especial a despesa com pessoal.

O esforço empreendido pelo Governo Estadual desde então, ainda que implicando a redução dos investimentos e afetando a qualidade e a expansão dos serviços públicos, fez com que, progressivamente, se obtivesse a melhora da situação fiscal do Estado. No período mais recente os resultados desse esforço se tornaram mais visíveis, o que se deveu tanto a preservação prioritária do compromisso com o ajuste fiscal, quanto ao significativo crescimento da receita, resultante do bom momento porque passa a economia brasileira e gaúcha, sem desconsiderar melhorias na gestão da receita própria.

3.1.2. A trajetória recente das finanças estaduais

Em uma apreciação mais pormenorizada da evolução das contas públicas do Rio Grande do Sul no período recente cabe ressaltar os elementos seguintes.

Com relação ao mais importante dos indicadores de desempenho das contas, o **resultado orçamentário**¹, a primeira observação a fazer é que, a partir do Plano Real, ele foi positivo nos exercícios de 1997, 1998, 2007, 2008 e 2009.

Importa destacar, porém, que nos dois primeiros desses anos, 1997 e 1998, o superávit se deveu aos ingressos de receitas de capital extraordinárias, decorrentes das privatizações. Do mesmo modo, o expressivo valor do superávit em 2007, de R\$ 623,2 milhões, resultou do aporte ao caixa do Tesouro Estadual, de R\$ 1,287 bilhão,

¹ Resultado Orçamentário: é o resultado da conta da execução orçamentária, tomando-se por base as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, estas da competência originária de um determinado exercício financeiro.

fruto da venda de ações do BANRISUL², acrescido ainda de outra receita extra: o repasse de R\$ 210 milhões, feito pela União, que teve origem em negociações desenvolvidas pelo Governo Rigotto com a União, cujo ponto de partida foi o pedido de compensação por investimentos feitos pelo Estado em rodovias federais.

Também em 2008 o resultado positivo foi condicionado pelo ingresso de recursos extraordinários, neste caso resultantes da operação de refinanciamento da dívida extra-limite pelo Banco Mundial, cujo empréstimo teve seu primeiro desembolso no mês de setembro, no valor de 650 milhões de dólares, equivalentes a R\$ 1.192.009.846,26. Como seria de se esperar, graças a esse aporte, a receita total foi suficiente para cobrir todos os compromissos de despesa, restando um saldo orçamentário positivo, de R\$ 443 milhões. Se retirarmos esse valor da Receita— que foi de R\$ 24.442.772 — constataremos que ter-se-ia mantido o déficit orçamentário, cujo valor teria sido de R\$ 749.357.000, eis que a despesa total do exercício foi de R\$ 24.000.074.000.

Em 2009, desta feita sem o ingresso de receitas extraordinárias, foi obtido um superávit orçamentário de R\$ 10 milhões, a custa, contudo, de redução do investimento programado e, sobretudo, de uma antecipação de receitas do exercício de 2010 que alcançou 252 milhões de reais³. Para 2010, com a recuperação da economia gaúcha e com o correspondente incremento da arrecadação tributária, espera-se que as contas fechem em equilíbrio. No entanto, o resultado orçamentário até junho é deficitário em torno de R\$ 400 milhões, principalmente em decorrência do crescimento das despesas de capital.

É muito claro, portanto, que os resultados orçamentários positivos dos exercícios de 2007 e 2008 foram conseguidos graças ao ingresso de receitas de capital não repetíveis, ficando também claro que na falta dessas, como já se viu no exercício de 2009, muito embora a economia já começasse a recuperar-se, as contas voltaram a ficar apertadas, exigindo manobras especiais, como a antecipação de receitas do ano entrante.

² Esse montante teve, originalmente, destinação para os fins específicos das Leis n^{os} 12.763/07 (Fundo de Equilíbrio Previdenciário – FE-PREV) e 12.764/07 (Fundo de Garantia Previdenciária Pública Estadual – FG-PREV).

³ Basicamente antecipação do pagamento do IPVA.

Não obstante a evidência de que o saneamento das contas rio-grandenses ainda não foi concluído e permanece como um desafio ainda a vencer, não se pode negar que a evolução dos resultados primários no curso dos últimos anos, evidencia uma clara tendência de melhora das contas, pois tivemos balanços positivos nos exercícios de 2002 (R\$ 30 milhões), 2004 (R\$ 36 milhões), 2005 (R\$ 572 milhões), 2006 (R\$ 454 milhões), 2007 (R\$ 954 milhões), 2008 (R\$ 2.150 milhões) e 2009 (R\$ 1.627 milhões). Essa linha evolutiva mostra, portanto, que os elevados déficits incorridos no período que vai de 1970 a 2001 ficaram para trás, devendo ser considerados como improváveis, exceto sob condições de crise econômica grave, combinada ao descontrole do gasto.

Uma visão um pouco mais detalhada da evolução da situação fiscal do Estado no período mais recente requer, contudo, que sejam visualizadas não apenas as contas de resultado, mas também, com maior detalhamento e em separado, as tendências de evolução da despesa e da receita. Nesses sentido, convém observar o seguinte.

As despesas com pessoal — o maior agregado dos gastos do governo estadual — são crescentes. Com efeito, considerando como total de despesas com pessoal os valores pagos aos servidores ativos, inativos e aos pensionistas, há, desde 2008, uma tendência ascensional, causada, principalmente, pela decisão de pagamento dos benefícios originados na denominada “Lei Britto”. Tais “atualizações” salariais, quando somadas aos demais reajustes concedidos pelo atual Governo, representam um aumento anual (2008 a 2010) da despesa em torno de R\$ 1 bilhão de reais, absorvendo, praticamente, o incremento da receita líquida do ICMS. Além disso, em virtude de que a atual administração e o contingente de servidores da Secretaria da Educação e da área da Segurança Pública não conseguiram um acordo salarial em 2010, permanecem passivos virtuais para 2011. É verdade, de outra parte, que, embora crescentes, as despesas com pessoal vem aumentando em ritmo inferior àquele em que evolui a Receita Corrente Líquida, o que se deveu, em parte, a contenção do ritmo de expansão do quadro de servidores ativos que de 1998 a 2008 cresceu apenas 0,6%⁴, contra um crescimento da população gaúcha no mesmo período de 7,4%. Também as denominadas Outras Despesas Correntes (ODC), mais conhecidas como despesas de custeio e/ou manutenção, apesar de alguns anos

⁴ O crescimento total das matrículas foi de 3,3%, influenciado pelo crescimento do número de inativos que foi de 16,8.

apresentarem oscilações mais expressivas, na média, tem sua participação na RCL cadente.

Também muito importante no quadro evolutivo da despesa estadual tem sido a drástica redução dos gastos com investimentos. No período de 1999 a 2002, os investimentos representaram 7,3% da RCL, no período 2003 a 2006, este índice caiu para 5,5% e, entre 2007 e 2009 ficou próximo de 4%. O desempenho ao longo do primeiro semestre de 2010 indica um forte incremento das despesas de capital, o que, no entanto, na intensidade que está a ocorrer, parece ser antes uma particularidade do chamado ciclo político dos gastos orçamentários do que uma elevação definitiva do patamar de investimentos do Estado. Assim, o nível dos investimentos em 2010, para não comprometer o equilíbrio das contas, depende criticamente da manutenção do forte ritmo de crescimento das economias brasileira e gaúcha.

Visualizado o quadro das finanças estaduais pela ótica do principal tributo estadual, o ICMS, o que convém primeiramente alertar é que a evolução da receita, embora seja globalmente positiva, em especial nos últimos anos, apresenta vários períodos com taxas de crescimento real negativo, como ocorreu nos exercícios de 1999, 2002, 2003, 2004, prejudicados pelos efeitos das secas que reduziram agudamente o desempenho da economia estadual, assim como, mais recentemente, em 2009, em função da crise financeira internacional que, embora relativamente menos prejudicial ao Brasil e ao RS, trouxe prejuízos às atividades econômicas e, em consequência, às finanças públicas.⁵

Também é oportuno observar que se é verdade que a receita tributária gaúcha vem, gradativamente, aumentando a sua participação na receita total⁶, não é menos verdade que, na contra-mão, as receitas originadas de transferências inter-governamentais da União tiveram sua participação nesse mesmo agregado reduzida. Em 2009 foram da ordem de R\$ 2.866 milhões participando em 13,1% das receitas, contra 15,84% em 2006.

⁵ Nos últimos anos a variação percentual da arredação do ICMS, calculada a partir de uma série corrigida pelo IGP-DI, foi a seguinte: **1998: 1,6; 1999: -1,2; 2000: 6,5; 2001: 7,7; 2002: -2,5; 2003: -1,4; 2004: -2,1; 2005: 11,7; 2006: 2,0; 2007: -1,3; 2008: 8,8; 2009: 0,0.**

⁶ Em 2002 foi de R\$ 8.079 milhões, representando 70,37% da receita total; já em 2006 alcançou R\$ 12.753 milhões, o percentual sobre este último agregado tendo sido 76,33%; em 2009, o montante arrecadado foi R\$ 16.789 milhões e a participação na receita total representou 77,20%.

Essa situação é consequência dos insuficientes e decrescentes ressarcimentos pelas perdas de receitas estaduais causadas pela legislação federal que desonera tributos estaduais para exportações, seja através do Fundo de Participação das Exportações, IPI-Exportações, da Lei Kandir, do chamado Auxílio Financeiro das Exportações e de outras formas instituídas ao longo do período.

Tal penalização da contribuição rio-grandense ao esforço exportador do país, torna-se incompreensível e inaceitável, sobretudo quando se a compara com a escandalosa injustiça existente no atual padrão de distribuição federativa dos ingressos vinculados à exploração do petróleo, o qual baseia-se no fenômeno aleatório de uma proximidade geográfica do litoral estadual das reservas nacionais existentes no subsolo do mar territorial brasileiro. Sob esta ótica, deve-se dizer que não há providência mais justa, judiciosa e eficaz para restabelecimento do equilíbrio federativo e melhora das contas estaduais do que a consubstanciada na emenda proposta pelo Senador Simon, com base na proposta do Deputado Ibsen Pinheiro.

Para finalizar esta avaliação global da situação das contas estaduais, cabe ainda averiguarmos como ela se apresenta sob a ótica de outro instrumento padrão de avaliação da situação financeira de entes públicos, o que tem em vista a chamada Situação Líquida Financeira Ajustada da Administração Direta. Neste caso, em valores atualizados pelo IGP-DI, verifica-se que tal situação evoluiu de uma posição negativa de R\$ 2,3 bilhões ao final de 1998, para R\$ 5,5 bilhões também negativos ao final de 2006. Em 2009, o montante desse passivo estava em R\$ 4,2 bilhões, tendo havido, portanto, alguma melhora. Esse quadro tem origem no uso dos recursos do chamado Caixa Único, assim como dos recursos provenientes dos depósitos judiciais, recursos esses que, na situação de crise fiscal crônica dos últimos anos, foram uma fonte de financiamento do Tesouro Estadual.

Para concluir pode-se observar que o maior desafio da gestão fiscal no Rio Grande do Sul continua sendo manter o equilíbrio das contas de forma consistente e duradoura, de modo a:

- i) recuperar sustentavelmente a capacidade de investimento do Estado e, assim, direcionar maior quantidade de recursos para as demandas mais reprimidas do setor de infraestrutura e de logística, tão importantes para a competitividade da economia gaúcha;

- ii) recuperar a capacidade de prestação de serviços do setor público gaúcho, principalmente nas áreas de educação, de saúde e de segurança, mas também em outras áreas, como a da promoção da inovação, da assistência social e do fomento ao desenvolvimento regional, o que exige que recursos, inclusive destinados a melhora das remunerações.

3.1.3. Perspectivas.

Como é de amplo conhecimento, as economias brasileira e gaúcha iniciam o ano de 2010 com previsão de boa recuperação econômica, devendo-se registrar que todos os principais institutos de análise econômica, prevêem que o crescimento do País não ficará abaixo de 4% nos próximos quatro anos, apesar da lenta recuperação da economia mundial. Essas previsões lançam uma luz importante no cenário em que se inserem as finanças estaduais, pois parte dos recorrentes déficits adveio do baixo crescimento da economia gaúcha (e nacional) no passado, o que reduziu, sobretudo, o desempenho das receitas

Isto abre perspectivas bastante promissoras de:

- i) ampliar os investimentos na infra-estrutura do Estado, que a cada dia se mostra mais limitada e que, em alguns casos, se encontra mesmo bastante deteriorada;
- ii) poder desenvolver uma política de valorização dos servidores, elemento importante na estratégia da tão necessária melhora da prestação dos serviços públicos estaduais;
- iii) reforçar a integração do Estado por meio de uma política de desenvolvimento regional;
- iv) e, por último, conseguir obter um paulatino decréscimo nos estoques de passivos acumulados.

É claro, no entanto, que esse cenário está sujeito a riscos. Dentre estes cabe relevar os seguintes:

- i) a dependência da economia gaúcha a intempéries, notadamente secas prolongadas;
- ii) um não descartado agravamento da crise internacional, com reflexos sobre o crescimento econômico brasileiro e gaúcho;

- iii) um descontrole na política de pessoal que possa levar a compromissos além da capacidade do erário;
- iv) ampliação das obrigações do Tesouro sob a forma de vinculações orçamentárias, impostas pela União.

Esses riscos, no entanto, fazem parte das condições naturais, econômica e institucionais em que vivemos e devem ser objeto de atenção e ação do Governo.

Assim, as ameaças provenientes das situações de estio precisam ser enfrentadas com uma política decidida e forte de estímulo à lavoura irrigada. O agravamento potencial da crise econômica internacional, ainda que seja uma variável que obviamente foge ao controle do Governo Estadual, recomenda que se tenha como uma diretriz das políticas de fomento a máxima de que o estímulo a ser dado às atividades econômicas direcionadas ao mercado interno não deve ser menor do que aqueles que beneficiem os exportadores. Já a política de pessoal deve ser gerenciada com grande atenção, os avanços que precisam ser feitos nessa área devendo ser avaliados à luz das disponibilidades abertas pela evolução das receitas. Por fim, eventuais decisões federais criando vinculações adicionais de receitas devem ser objeto de atenção e negociação política com vistas de assegurar ritmos de implantação ou compensações que permitam aos Estados em geral, e ao Rio Grande do Sul especialmente, preservarem a evolução favorável das finanças estaduais.

De qualquer modo, as projeções para os próximos anos, baseadas em confiança no crescimento da economia brasileira e gaúcha, permite estimar que, se acompanhadas de melhorias na administração de receitas, como o desenvolvimento de sistemas de informática e de formas de controle e monitoramento de contribuintes, haverá continuidade no crescimento das receitas do ICMS e do IPVA. Tal perspectiva certamente permite traçar cenários mais favoráveis para o quadriênio 2011-2014. Assim, por exemplo, se a economia gaúcha crescer, no período, a taxas médias de 3,5% e a taxa de inflação ficar num patamar médio de 4,5% ao ano; não aumentando as ODCs em relação a RCL, e buscando controlar o aumento da despesa com pessoal abaixo do crescimento da receita do ICMS, será possível investir na ordem de 10% da RCL.

Tal patamar não recupera os níveis históricos dos investimentos do governo estadual, mas seriam os mais elevados desde 1998. Admitindo-se um crescimento médio do PIB gaúcho, superior a 5%, a recuperação do nível de investimentos poderia ultrapassar a média de 12% da RCL. No entanto, cabe mencionar, que pelo fato das fontes de financiamento público antes utilizadas — como o aumento da carga tributária

e o endividamento interno — estarem esgotadas, o momento exigirá criatividade no gerenciamento das contas. Um cenário favorável de crescimento das receitas representa a melhor das situações para equacionar passivos de curto e longo prazo de forma clara e transparente. **Mesmo que isso venha a ocorrer, será importante promover no futuro próximo a adequação do modelo de previdência para os servidores à legislação federal, nos termos das reformas de 1998 e 2003.**

3.1.4. Prioridades da gestão fiscal

A administração das finanças públicas continuará a requerer do futuro Governo extrema dedicação e rigor na realização da receita, no controle da despesa e no gerenciamento da dívida pública. Todavia, é forçoso reconhecer que a situação fiscal do Estado nos últimos anos acarretou, além de uma grande e indesejável redução dos investimentos, uma também muito indesejável deterioração dos serviços públicos, situação que obriga a que se tenha uma estratégia de recuperação progressiva em ambas as frentes.

Para conseguir avançar nessa direção, algumas questões são cruciais e seu correto equacionamento vital para o Estado. Assim, por exemplo, no contexto das relações federativas, além da já mencionada pauta de divisão dos ingressos vinculados à exploração do petróleo, em cujo contexto cabe ao Governo mobilizar todas as forças de nossa sociedade em defesa do interesse estadual, está também legalmente agendada a discussão sobre a nova redistribuição do Fundo de Participação dos Estados, processo em que se exigirá do Governo gaúcho não só o máximo de empenho e competência técnica, mas também o máximo de habilidade política. Nessa frente não é admissível que o Estado não consiga melhorar sua posição relativa, sobretudo em vista da evidência acumulada a respeito das perdas tributárias que tivemos em consequência da política nacional de desoneração e estímulo às exportações.

No que se refere a Dívida Estadual, não é mais possível que o Estado carregue um custo de financiamento tão elevado. Hoje, a dívida é praticamente a mesma de quando se estabeleceu o contrato de seu refinanciamento em 1998, embora se pague mais de R\$ 2 bilhões ao ano. Assim, é imperioso ter como referência para pagamento dos juros, não a indexação pelo IGP-DI, acrescida de uma taxa de 6%, mas um indexador de longo prazo, como, eventualmente, a TJLP, assim como é imprescindível que se antecipe a rediscussão do resíduo que se acumula anualmente, pois não é possível que o pagamento das dívidas dos Estados sejam eternizados.

Quanto à reforma tributária, que, inexoravelmente, deverá ser implementada nos próximos anos, é preciso liderar movimento para que se redistribua o produto da arrecadação dos tributos de modo a aumentar a parte dos Estados e municípios, sem o que ter-se-á consagrado a tendência atual de transformar a República Federativa do Brasil em um Estado de fato unitário, com todos os inconvenientes e mesmo malefícios que daí decorrem em um país de dimensões continentais como é o Brasil.

3.1.5. A política de incentivos fiscais.

Com relação à política de incentivos fiscais, deve-se assinalar, antes de mais, que o Rio Grande do Sul é o mais austral dos estados brasileiros, distante dos centros econômicos produtores e consumidores do País. Esta é a razão pela qual, com vistas a manter a competitividade da economia gaúcha, os sucessivos governos fizeram uso da renúncia fiscal como instrumento tanto para atrair investimentos — notadamente no uso do FUNDOPEM —, como também para manter unidades de produção no Estado e/ou garantir a competitividade de vários setores da matriz produtiva gaúcha, o que, aliás, convém observar, foi feito, em escala muito maior do que no caso anterior, notadamente mediante os mecanismos dos *créditos presumidos* e das *reduções das bases de cálculos*. O que quer simplesmente dizer que, caso não fossem concedidos incentivos às indústrias para aqui permanecerem, ou se instalarem, ou se expandirem, os investimentos teriam rumado para outras localizações, especialmente no quadro de guerra fiscal aberta que tivemos nos últimos anos.

De qualquer modo, considerando o que já se disse na parte deste documento dedicada ao exame das características estruturais da economia gaúcha, é evidente que esses instrumentos podem e devem continuar a ser usados, ainda que de maneira cada vez mais criteriosa — o que não quer dizer menos intensa, mas, isto sim, cada vez mais afinadamente com o conhecimento preciso dos efeitos multiplicadores dos investimentos e atividades econômicas que forem beneficiados.

De uma maneira geral, as políticas de incentivo devem ser direcionadas para compensar desvantagens tributárias de empresas sediadas ou por sediar-se no RS relativamente a concorrentes de outros Estados. Essa diretriz envolve, potencialmente:

- a) Todas as indústrias da chamada “matriz tradicional”, como a coureiro-calçadista e móveis, dentre outras, cujos projetos de implantação ou expansão fossem para competir em preço
- b) Indústrias “novas” no RS.

As prioridades que poderiam ser enquadradas no grupo b) podem ser exemplificadas pela listagem seguinte:

- ◆ Componentes eletrônicos e todos os setores intensivos em tecnologia e que venham a diversificar a matriz industrial nacional;
- ◆ “Vazios industriais” em geral, que venham a contribuir para elevar a competitividade de determinadas cadeias, como foi o caso da planta de MDF, atraída pelo Governo Olívio Dutra;
- ◆ Plantas industriais (empresas privadas e cooperativas) que venham a constituir mercado para produtos agrícolas da pequena propriedade (beneficiadoras de hortifrutigrangeiros) em especial as que estejam inseridas no mercado mundial, como foi o caso da Nestlé no Governo Rigotto;
- ◆ Empresas da “matriz tradicional” com projetos de reconversão de padrão de competição. Uma empresa calçadista, por exemplo, que se proponha a competir em *design* com a Itália e não em preço com a China;
- ◆ Empresas que transformem grãos como soja e milho em especialidades químicas, de alto valor agregado, utilizadas nas indústrias de papel, têxteis, plásticos, lubrificantes, produtos químicos e farmacêuticos;
- ◆ Estabelecimentos agrícolas que adotem a irrigação de culturas de sequeiro e pastagens. Como a agricultura não recolhe ICMS, seria considerado o montante que difere para ser recolhido no elo seguinte da cadeia produtiva e o mecanismo de apropriação do incentivo seria através de pagamento do Tesouro do Estado direto ao banco financiador dos equipamentos, ou direto ao agricultor quando o projeto for executado com recursos próprios.

3.1.6. A gestão fazendária.

Antes de concluir o presente apanhado da situação fiscal do Estado, convém considerar, em uma outra frente, os aspectos internos da gestão fazendária, com relação a qual ações importantes são as seguintes:

- impulsionar o Profisco – programa de modernização SEFAZ;
- buscar novas operações de crédito de modernização fiscal;
- intensificar a áreas de análise de risco e inteligência fiscal na Receita Estadual, inclusive com a utilização das informações da Nota Fiscal Eletrônica
- qualificar as políticas de controle do gasto público;
- introduzir um programa do tipo *Exija a Nota e ganhe IPTU* (mantendo a Nota é Minha), no qual o consumidor é incentivado a exigir a nota/cupom fiscal das suas compras, em função de benefício de crédito para redução de IPTU a pagar, projeto que precisa ser regulado, evidentemente, mediante convênio entre o estado e os municípios
- manutenção dos programas de Educação Fiscal
- agilizar os procedimentos de cobrança da dívida ativa, de forma a reduzir o estoque dos valores atuais e solucionar a situação dos devedores do estado, trazendo-os para a formalidade.
- promover ações preventivas de fiscalização para evitar a sonegação de tributos, estabelecendo acompanhamento setorial da arrecadação, com contato permanente entre fisco e contribuinte, de forma consultiva e de orientação, e operações presenciais nos estabelecimentos previamente selecionados.
- promover ação fiscalizadora mais efetiva mediante a criação de grupos de trabalhos de inteligência fiscal, baseados nas informações do banco de dados da Nota Fiscal Eletrônica.

9. Pacote é insuficiente para reduzir crise nas finanças

Fonte: Zero Hora

Data: 05/08/2015

Medidas de austeridade em curso, projetos aguardando votação e um conjunto de propostas prestes a ser enviado à Assembleia podem render pelo menos R\$ 2 bilhões extras ao caixa do Estado até o fim de 2015 – e, no mínimo, mais R\$ 2,3 bilhões no próximo ano. Apesar de importantes para amenizar a crise, os valores serão insuficientes para tirar as finanças do vermelho antes de 2017 e para solucionar em definitivo as dificuldades de pagamento dos servidores.

Na última sexta-feira, sem condições de arcar com a folha de julho, a cúpula do Piratini anunciou o parcelamento dos contracheques acima de R\$ 2.150. A decisão revoltou os funcionários públicos. Na segunda-feira, muitos deles paralisaram atividades e disseminaram uma onda de protestos pelo Rio Grande do Sul.

O governo espera que a gravidade da situação sensibilize os deputados e force a aprovação do novo pacote em gestação – parte deverá se apresentar até sexta-feira. A maioria das ações terá reflexos apenas a partir de 2016. Se as previsões se confirmarem, somente três terão impacto concreto ainda neste ano, sendo que duas já estão em andamento.

Uma delas é o decreto de contenção de gastos assinado pelo governador José Ivo Sartori em janeiro e prorrogado até dezembro. A outra é a revisão do orçamento de 2015, com diminuição média de 21% nas verbas das secretarias. Ambas tendem a gerar economia de R\$ 1,07 bilhão, de forma pulverizada.

A terceira iniciativa, com efeito mais imediato e significativo, é a ampliação do limite de saques dos depósitos judiciais de 85% para 95% do saldo. Se autorizada, a alternativa permitirá a injeção de R\$ 1 bilhão no Tesouro estadual.

Como a proposta será encaminhada ao parlamento em regime de urgência, terá de ser votada em 30 dias. Com isso, o dinheiro poderá ser sacado em setembro e ajudará a pagar o funcionalismo sem atrasos por três meses (a cada mês, faltam cerca de R\$ 360 milhões). O principal problema será superar os entraves em agosto, provavelmente o período mais difícil do ano, já que não haverá nenhuma saída para o rombo. O ponto de corte para o parcelamento dos salários poderá cair para R\$ 1 mil.

Na prática, as deficiências financeiras devem prosseguir pelo menos até 2016, sem contar que não há garantia de aprovação de todos os projetos. Em janeiro, técnicos do Piratini previam que o Estado gastaria R\$ 5,4 bilhões além da arrecadação em 2015. Com os R\$ 2,07 bilhões complementares (economia e depósitos), o rombo será menor, mas a conta continuará negativa em cerca de R\$ 3,3 bilhões. Caso se concretize, será o maior déficit registrado desde 1985, na administração de Jair Soares. Na época, as despesas superaram as receitas em R\$ 6,55 bilhões (em valores atualizados). O período foi marcado por profunda crise econômica, aumento de gastos com pessoal e rolagem de dívidas antigas que geraram uma bola de neve.

Perspectivas são piores para 2016

Será mais complicado para o governo assegurar os R\$ 2,3 bilhões extras previstos para 2016. Motivo: 85% do valor depende da elevação das alíquotas do ICMS, medida que deverá ser proposta nos próximos 15 dias. Última a tentar o tarifaço, a governadora Yeda Crusius (PSDB) fracassou. Por enquanto, não há consenso sobre o tema nem entre os deputados do PMDB, partido de José Ivo Sartori – que, aliás, havia se comprometido a não aumentar impostos. Apesar disso, a cúpula do governo avalia que o cenário caótico contribuirá para a aprovação.

Mesmo contando com essa fonte de recursos, o Piratini terá de encontrar outra forma de engordar a arrecadação. O déficit previsto para 2016 é de R\$ 6,1 bilhões, ainda maior do que o de 2015.

Uma alternativa, na avaliação do economista Alfredo Meneghetti Neto, professor da PUCRS, seria reforçar a fiscalização na cobrança de impostos:

– Em 2010, o Estado tinha 16 postos fiscais fixos. Hoje, são apenas seis. É o tipo de corte que não deveria ter sido feito.

Outras medidas com impacto financeiro a partir de 2016 – que estão em tramitação na Assembleia – são o aumento do Imposto sobre Doações ou Transmissões Causa Mortis (ITCD) e a redução dos "créditos presumidos", incentivos fiscais destinados a atrair investimentos.

Outras ações

O governo apresentou ou vai apresentar medidas sem repercussão imediata, mas que, em longo prazo, tendem a amenizar a crise financeira. Confira as principais:

Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual

Projeto enviado à Assembleia para criação de lei visando ao equilíbrio financeiro, com regras para limitar crescimento da despesa.

Limites à incorporação de FG

Proposta em tramitação impede que o servidor público incorpore função gratificada (FG) para fins de aposentadoria, se tiver obtido o benefício ao exercer o cargo em outro poder.

Licença-prêmio, só para quem fizer curso

Proposta sugere que a licença-prêmio seja autorizada só se o servidor usar o período do benefício para fazer curso de capacitação.

Câmara de Conciliação de Precatórios

O novo órgão viabilizaria o pagamento de precatórios por acordo direto com os credores, com deságio de até 40% da dívida.

Alteração na previdência do funcionalismo

Quem ingressar no serviço público terá de contratar previdência complementar se quiser receber acima do limite do INSS (R\$ 4,6 mil).

Revisão das estruturas de fundações

O governo estuda extinguir, fundir ou incorporar a secretarias instituições públicas de segundo escalão. Estão em análise 20 fundações em atividade.

10. "União deve trazer soluções à crise do Estado", diz Brito sobre Pacto Federativo

Fonte: ALRS

Data: 05/08/2015

Retomando os trabalhos após recesso parlamentar, a Comissão de Assuntos Municipais e a Comissão Especial do Novo Pacto Federativo discutiram na manhã desta terça-feira (04) a questão da melhor distribuição dos recursos entre União, Estados e municípios. Conforme o deputado Adolfo Brito (PP), na audiência pública foram colhidas sugestões de entidades e lideranças políticas a fim de criar um documento, que será remetido ao Congresso Nacional.

Na oportunidade, Brito foi taxativo ao dizer que o assunto é muito importante, mas que o tema tem sido debatido há mais de 20 anos e, no momento, é necessário que todos os poderes sentem para discutir a grave crise que aflige os Estados, em especial o Rio Grande do Sul, que mal consegue efetuar o pagamento da folha.

Ainda segundo o parlamentar, "temos que repartir melhor o bolo", pois, dos recursos arrecadados, cerca de 60% vão para a União, 25% para os Estados e apenas 15% para os municípios.

"A população está sofrendo! Precisamos de grandes investimentos na área da infraestrutura, educação e, ainda, mais recursos para a saúde e a segurança. É extraordinário que levemos propostas, mas é a Federação que, inicialmente, deve acertar a situação nacional e trazer soluções", afirmou Adolfo Brito.

11. O funcionalismo não é o vilão da crise gaúcha

<http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/?p=7391>

Postado por JuremirMachado em 5 de agosto de 2015 - Correio do Povo

Os funcionários não são os responsáveis pela crise nas finanças do Rio Grande do Sul.

Nem a Previdência Social.

Nem a incompetência dos governos de esquerda. Nem mesmo dos de direita.

Tem ideólogo querendo transformar o Estado numa Grécia para diminuir o valor das aposentadorias atuais.

Seria um crime político, um abismo de insensibilidade social e uma forma de botar fogo no Estado.

A mesma ideologia prega o aumento do tempo de contribuição, ou seja, de anos trabalhados pelos funcionários.

Uma professora teria de trabalhar 30 anos em vez de 25 anos para se aposentar. Ou mais.

Esse tipo de mudança depende de legislação federal.

Os verdadeiros vilões, os responsáveis pelo rombo das contas do Rio Grande do Sul são outros, todos com nome e sobrenome: a Lei Kandir, os incentivos fiscais a empresas e os juros exorbitantes da dívida com a União.

A Lei Kandir, aprovada em 1996, acabou com uma das principais fontes de receita do Estado: o ICMS sobre produtos primários e semielaborados para exportação. A União fez isso para melhorar os dados da balança comercial. Prometeu compensações.

As compensações pingam raramente. O Pará perdeu 20 bilhões de lá para cá.

Os incentivos fiscais para atrair empresas fazem com que toda a “nova planta industrial” do Rio Grande do Sul nada recolha para os cofres públicos. Esse é o resultado mais expressivo da chamada Guerra Fiscal. Uma guerra em que todos perdem.

Salvo as transnacionais.

A dívida com a União é uma obra de Kafka. Em 1998, 25 Estados brasileiros deviam R\$ 93,2 bilhões.

Em 2014, depois de pagar R\$ 158 bilhões, eles deviam R\$ 369,36 bilhões. Em 2015, já são R\$ 423,4 bilhões.

Por quê? Quando se deu o acordo com a União, a partir de 1997, foi fixado um indexador de correção da dívida: o IGP-DI mais 6% a 9%. O IGP-DI é calculado a partir dos preços de matérias-primas agrícolas e industriais. Parecia um baita negócio.

Até 2012, contudo, o IGP-DI disparou 247%. Os devedores se ferraram. A União é a Angela Merkel dos seus Estados. Tirou a principal fonte de receita de Estados como o Rio Grande do Sul, com a Lei Kandir, e suga os recursos com os juros da dívida.

Em 2014, graças ao esforço do Rio Grande do Sul, a dívida com a União foi renegociada. Passou-se do IGP-DI mais 6% para o IPCA (custo de vida das famílias) mais 4%. A lei foi aprovada. O Ministério da Fazenda, porém, caiu nas mãos do tucano Joaquim Levy, que se recusa a regulamentar a nova legislação. O prefeito petista de São Paulo, Fernando Haddad, foi à justiça exigir que a vigência imediata da lei. O mesmo fez o prefeito peemedebista do Rio de Janeiro.

Por que José Ivo Sartori não faz o mesmo? Porque não quer. Isso estragaria o quanto pior melhor?

Mesmo assim seria possível, sem a regulamentação da lei, mas em função dela, pedir novos empréstimos de até 2 bilhões.

É a chamada ampliação da margem fiscal. A regulamentação é necessária para quem tem ressarcimentos a receber.

Para novos empréstimos, no caso do RS, é só meter a cara.

Tarso Genro deixou pronta uma proposta de captação de recursos junto ao banco mundial.

Por que Sartori não a usa?

Porque tem outros planos.

Vale lembrar que privatizar leva tempo e exige plebiscito. Não menos de um ano.

Só a CEE, a Corsan e o Banrisul têm valor elevado.

Mexer na Previdência, criando uma previdência privada complementar, não terá efeitos a curto prazo.

Aumentar o ICMS só trará dinheiro novo em 2016.

Aumentar de 85% para 95% o uso dos depósitos judiciais dará uns R\$ 900 milhões. Uma folha de pagamento.

Como produzir dinheiro novo?

Contando bem o que tem em caixa, usando os depósitos judiciais, pedindo novos empréstimos, combatendo a sonegação, revendo os incentivos fiscais, pressionando o governo federal a devolver o que tirou com a Lei Kandir, promovendo crescimento e fazendo política em Brasília para conseguir ajuda. Lula ajudou governos de oposição com dinheiro a fundo perdido.

No plano mais do que imediato, o dinheiro virá dos depósitos judiciais e, se necessário, de empréstimos no Banrisul.

O governo anterior obteve mais de cinco bilhões em financiamentos.

Sartori é um homem sensível. Pode estar sendo influenciado por algum mau conselheiro.

Um Estado não é um empresa nem uma pessoa que não deve viver de cheque especial.

Essas metáforas são simplórias.

A vida, como dizia o poeta, é muita mais complicada.

Minha avó concordava.

11. Tarso deixou pronta proposta de financiamento

<http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/?p=7405>

Postado por Juremir Machado em 5 de agosto de 2015 no Correio do Povo

Tarso Genro ajudou a renegociar a dívida dos Estados com a União.

O objetivo era diminuir o estoque da dívida até 2027 e abrir espaço para novos empréstimos imediatos.

A pressão política teria de continuar para diminuir as parcelas mensais pagas à União.

De acordo com Tarso, a situação atual, mesmo sem a regulamentação da lei aprovada em 2014, permite novos empréstimos.

Ele deixou pronta para o governo Sartori a Proposta de Captação de Recursos via Financiamento com o Banco Mundial.

Abrange quatro Áreas Potenciais:

- 1) Consolidação Fiscal: 200 milhões de dólares
- 2) Melhorias em Infraestrutura de Transportes: Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias (CREMA), Ligações Regionais: 200 milhões de dólares
- 3) Agregação de valor à pecuária gaúcha: rastreabilidade bovina: 30 milhões de dólares
- 4) Aprimoramento da gestão pública: assistência técnica em parcerias público-privadas; implantação da infraestrutura estadual de dados espaciais (IEDI): 10 milhões de dólares.

O documento detalha cada item.

Total: 430 milhões de dólares.

Para executá-lo basta pedir a chancela do Ministério da Fazenda.

Se não pedir, não terá resposta.

Leva quase um ano para obter o dinheiro.

O governo Sartori já perdeu sete meses.

12. Um pitaco: Liberar o Estado de outros pagamentos para pagar os salários

João Gilberto Lucas Coelho – Ex vice governador do RS

Um pitaco no mais delicado assunto da atualidade no RS, com respeito às posições e circunstâncias das partes envolvidas. Para pagar salários e serviços em andamento é preciso dinheiro vivo em volume suficiente. Leio muita coisa sobre aumento de tributos (princípio da anualidade, só no ano que vem e até lá?), venda de estatais ou patrimônio (queima-se o patrimônio e ele se vai num ou dois meses e depois? Além disto demora o processo). Empréstimos internacionais (demoram e são recursos carimbados, o RS já está em dificuldades por ter usado em anos passados dinheiro financiado para investimentos em despesas correntes e não consegue prestar contas da forma correta para continuar recebendo). O Supremo está num beco sem saída: salário é verba alimentar essencial para o sustento de cada família e, portanto, a decisão óbvia é a de que o patrão tem de pagar; adiantaria uma decisão judicial mandando pagar se realmente os cofres do Estado não tiverem o volume suficiente de recursos? Talvez, o STF tenha uma grande oportunidade de tomar uma decisão histórica: liberar o Estado das penas se atrasar o pagamento da dívida para usar os valores nos salários. Afinal, juros de especulação ou do sistema financeiro não são “verbas alimentares”. Ouvi, há pouco, numa emissora de rádio que este tema parece ter entrado na conversa do Governador com alguns Ministros do Supremo. Tinha pensado na mesma direção. Seria uma decisão de enorme repercussão para repor as prioridades: essa regra hoje internacionalizada de primeiro satisfazer o tal de mercado especulativo é o que de mais desumano e anti-social existe e responsável por crises no mundo inteiro.

14 . Resposta ao Juremir – Darci Santos & Comentários

11/ago/2015 - <http://www.sul21.com.br/jornal/resposta-ao-jornalista-juremir-por-darcy-francisco-carvalho-dos-santos/>

Resposta ao jornalista Juremir (por Darcy Francisco Carvalho dos Santos)

Nos últimos dias o colunista do Correio do Povo, Juremir Machado da Silva, resolveu me atacar, com impropérios, chamando-me de neoliberal e de guru do governador Sartori. Que orgulho teria se isso fosse verdade!

Na realidade pouco conheço o governador Sartori, com quem mantive escassos contatos e no passado distante. Se ele está fazendo algumas coisas

que constam do meu livro, é por mera coincidência. e está agindo corretamente, porque lá estão, fora de qualquer modéstia, as soluções para o Estado do Rio Grande do Sul sair da crise.

O jornalista em questão, recentemente publicou uma matéria onde anexa a parte do livro “O Rio Grande tem saída?”, p. 301/2012, onde estão as sugestões feitas por mim para o Estado sair da crise, que citarei algumas, ao mesmo tempo em que pergunto, se elas são proposições neoliberais:

1) Fazer a reforma da previdência, visando corrigir o problema das aposentadorias precoces, onde 87% dos servidores se aposentam com cinco ou dez anos a menos, sendo a metade com 50 anos de idade mínima e ¼ sem essa exigência. Levando em consideração que nos países ricos as pessoas estão se aposentando com 65 ou 67 anos, a maioria países sociais-democratas, eu pergunto onde está o neoliberalismo em defender isso?

2) Modificar os critérios da pensão por morte, onde uma pessoa jovem com todas as condições para trabalhar pode ficar até 50 anos ou mais, dependendo da situação, recebendo uma alta remuneração paga pelo contribuinte. Isso é neoliberalismo?

3) Alterar o plano de carreira do magistério, um plano da década de 1970, o mais velho do País, anterior à vigência de LDB, que define carreiras que não existem mais, que só vai pagar um salário melhor par o professor no final de sua carreira, quando ele está deixando a sala de aula. Se eu fosse demagogo e populista, eu defenderia isso, mas prefiro ser o que sou, responsável com o futuro de meu Estado.

4) Aposentadoria complementar, se o Estado mais rico do país, São Paulo, e a União, já adotaram. A União, no atual governo.

5) Alterar o acordo da dívida, visando pagar menos e zerar o saldo devedor, onde está o neoliberalismo?

6) Rever os altos salários iniciais e algumas categorias, como condição para pagar melhor outras que recebem muito pouco, na opinião do próprio jornalista. Isso é neoliberalismo, Sr. Juremir?

7) Extinguir a licença- prêmio, um privilégio vergonhoso do servidor público o qual muitos órgãos de elite pagam em dinheiro, quando não se consegue para uma melhor remuneração para o magistério, por exemplo. Isso é neoliberalismo, Sr. Juremir? Só para seu esclarecimento, este instituto não existe mais na União.

8) Alterar as regras das incorporações das funções gratificadas na aposentadoria, passando para a média em vez da última. Isso é uma regra aprovada pela reforma previdenciária de 2003, do Presidente Lula. Onde está o neoliberalismo, Sr. Juremir?

9) Evitar a concessão de reajustes salariais reais. Se o Estado não está conseguindo dar nem a inflação, como vai dar aumentos reais? Aumentos reais, quer dizer acima da inflação. O Senhor não é obrigado a saber isso, afinal o Senhor não é da área. Diga-me onde está o neoliberalismo nisso?

10) Conter o crescimento das outras despesas correntes. Par quem não sabe, isso é economizar no consumo. Não é isso que fizemos na nossa casa, quando o dinheiro escasseia?

11) Mudança no pacto federativo, visado melhorar a distribuição das receitas? O Senhor é contra isso?. Seria bom deixar claro para seus leitores.

Vou ficar por aí para não me alongar muito.

Sei que é uma luta desigual, porque não sou jornalista e não tenho uma coluna diária num importante jornal da Capital. Mas vou continuar usando dos escassos recursos de que disponho, um blog pessoal, para continuar rebatendo acusações que beiram a idiotice e nem parecem vir de um jornalista que há tanto tempo detém um espaço tão importante na imprensa gaúcha.

Senhor Juremir, eu quero é acabar com os privilégios e com as regras que conduzem à aposentadoria precoce, para, com isso, sobrar mais recursos para aplicar em saúde, educação e segurança. Vou lhe dizer uma coisa que o Senhor não sabe, porque não leu o meu livro (citado), na página 245, onde mostra que entre 1971 e 1974 o Estado do RS aplicava 1,9% do PIB em educação e 1,1% em previdência e agora despense 1% em educação e 2,9% em previdência. Está transferindo para previdência o que deveria aplicar em educação. Estamos com os olhos na nuca, olhando para trás e nos cegando diante do futuro. E o Senhor defende essas coisas e muita gente lhe segue achando que o Senhor é que está certo. Há uma certa hora em que a cegueira é um mal irreparável, assim disse José Ingenieros.

O que acontece é o que Senhor não se conforma com minhas previsões de que o seu partido estava conduzindo o Estado para o descalabro financeiro, embora uma grande parte da crise seja estrutural e venha de trás. Se o Senhor ler a página 150 do livro citado, verá que eu já falava em Estado Ingovernável e se ler a 298 verá que eu já previa um déficit anual de R\$ 4 bilhões até 2019. E isso que o livro de fevereiro de 2014, quando grande parte dos reajustes salariais foi concedida em abril/2014, quando o livro já havia sido lançado.

O governo passado concedeu reajustes que chegam a três vezes o crescimento provável da receita para muitas categorias, até 2018, e ainda esgotou os recursos que vinham financiando os déficits, contrariando o art. 21, combinado com o 16 e 17 da lei de responsabilidade fiscal, e o Senhor ficou quieto, quando eu denunciava sempre que podia na imprensa.

É que eu não sou populista, tenho compromisso com o futuro de meu Estado, embora não represente nada na política. A única coisa que Deus me deu foi o entendimento das coisas e a honestidade de propósitos diante delas. E disso não vou me afastar, nem que o Senhor queira com esses ataques traiçoeiros.

Se há uma coisa de que tenho orgulho é de pensar assim. Se isso é neoliberalismo não me interessa. Prefiro ser neoliberalista a ser neobobista, dizendo coisas que nem eu entendo o que é.

.oOo.

Darcy Francisco Carvalho dos Santos é contador, economista, coautor do livro "O Rio Grande tem saída?", ex-auditor público externo do Tribunal de Contas do Estado e ex-auditor de finanças públicas da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul.

O Sul21 reserva este espaço para seus leitores. Envie sua colaboração para o e-mail op@sul21.com.br, com nome e profissão.

12 comentários para "Resposta ao jornalista Juremir (por Darcy Francisco Carvalho dos Santos)"

1.  F. disse:

11 de agosto de 2015 às 8:00

sentiu o golpe... hauhauhauha

2.  *Felipe X* disse:

11 de agosto de 2015 às 8:25

Darcy tem razão e Juremir para variar só tem clichês.

3.  *Leonardo* disse:

11 de agosto de 2015 às 8:39

O magistério tem privilégios? Quer ver meu contracheque? Quer visitar uma sala de aula?

4.  *Elvis A dos Santos* disse:

11 de agosto de 2015 às 8:41

Que pretensão hein...

“...Se ele está fazendo algumas coisas que constam do meu livro, é por mera coincidência. e está agindo corretamente, porque lá estão, fora de qualquer modéstia, as soluções para o Estado do Rio Grande do Sul sair da crise...”

Só faltou o autor do texto, um anti-petista famoso, descrever suas ligações com partidos como DEM, Novo e afins..

5.  *Eros Thanatos* disse:

11 de agosto de 2015 às 8:54

O Sr. Darcy Francisco Carvalho dos Santos reclama que não tem espaço na mídia, mas está sempre nos Veículos da RBS defendendo governos como Sartori e Yeda, mas, também, atacando quando a administração está nas mãos do PT, alias o Sr Darcy era um habitue dos programas do Lasier Martins (um liberal travestido de trabalhista). Como os “neo-liberais” gostam de comparar coisas incomparáveis. A iniciativa privada visa lucro, o estado foca em questões sociais e investimentos para alavancar o desenvolvimento. Well, deve ser a visão de contador que funciona na configuração neuronal deste senhor, cujo principal lema é superestimar as despesas e subestimar a receita. Os neoliberais como o Sr. Santos também são pródigos em suas pregações a favor que verbas de programas sociais e financiamentos subsidiados para consumo da população sejam canalizadas para os grandes conglomerados empresariais. Os neoliberais como o Sr. Francisco analisam relatórios que desprezam se o dinheiro que salvaria vidas num hospital, comprariam remédios para população de baixa renda ou construiriam casas populares seja cooptado para “estimular” o deus-mercado (aumentar o patrimônio dos rentistas). Encerrando... Com o avanço tecnológico e científico podemos projetar um futuro em que o horário de trabalho diminua e com isso precisaremos de benefícios sociais mais amplos como aposentadorias “precoces” para irrigar o deus-mercado do Sr. Carvalho funcione, mas quer que o neo-liberal enxergue um pouquinho além de sua tabuada do estado mínimo para a população e estado máximo para os grandes grupos empresarias como a RBS e Rede Globo é esperar que o sargento Garcia capture o Zorro...

6.  *Nathan* disse:

11 de agosto de 2015 às 9:00

“Alterar o plano de carreira do magistério, um plano da década de 1970, o mais velho do País, anterior à vigência de LDB, que define carreiras que não existem mais, que só vai pagar um salário melhor par o professor no final de sua carreira, quando ele está deixando a sala de aula. Se eu fosse demagogo e populista, eu defenderia isso, mas prefiro ser o que sou, responsável com o futuro de meu Estado.”

Parei de ler aqui.

Juremir estava certo.

7.  *leandromiranda* disse:

11 de agosto de 2015 às 9:27

parabensdarcy... só acho que tu não devias sequer trocar ideias com um cara como Juremir, que não passa de pelego panfletário.

8.  *Marcelo B* disse:
11 de agosto de 2015 às 9:28

Darcy, Parabéns pelo excelente trabalho que vem fazendo e mostrando claramente com números e soluções cabíveis e estruturadas de como (uma das formas) de começar a resolver a crise. Juremir é populista e demagogo e faz parte da esquerda caviar. Depois de defender abertamente que o Estado tem que se endividar através de empréstimos e saques no depósito judiciais sem a necessidade de rever despesas e receitas, percebi que Juremir é adepto da mágica do Tarso. Ele deve estar adorando este momento, pois só agora que está tendo projeção.

9.  *Shakur* disse:
11 de agosto de 2015 às 10:13

O que esse senhor Darcy propõe é tudo que destruiu a economia global, todas as receitas que geram hoje uma desigualdade brutal no planeta, o que enfraqueceu nações e fortaleceu muito os bancos e mega corporações. Como pode querer mais disso né? como pode?...ainda quer queimar o Juremir, tá bom...

10.  *Breton* disse:
11 de agosto de 2015 às 10:21

O Darcy poderia divulgar o salário dele, q pelo oq consta, possui várias incorporações q ele condena. Aliás, ele gnaha dentro do teto??? Dúvida cruel. Licença Prêmio no executivo não pode ser vendida, apenas gozada, e, tirando o tempo de trabalho do servidor, não envolve quaisquer custos ao Estado. A informação é mentirosa. LP representa um acréscimo de férias de 18 dias por ano para o servidor. Vergonhoso? Vergonhoso é um servidor q se beneficiou de todos os privilégios possíveis vir cantar de arauto da moralidade. Sou a favor de cortar salários, baixar teto, inclusive ir contra certos direitos adquiridos, pena que não pode, aí esses arautos da decência com direitos adquiridos ficam livres para gargantear o fim dos direitos dos outros (muito menos expressivos q os seus). Agora, lp não tem nada a ver com isso.

11.  *Jairo* disse:
11 de agosto de 2015 às 10:33

Parei de fazer considerações quando li o item 10. Comparar economia do Estado com economia caseira é brincadeira. Os reflexos se produzem de forma diferente.

12.  *a* disse:
11 de agosto de 2015 às 10:38

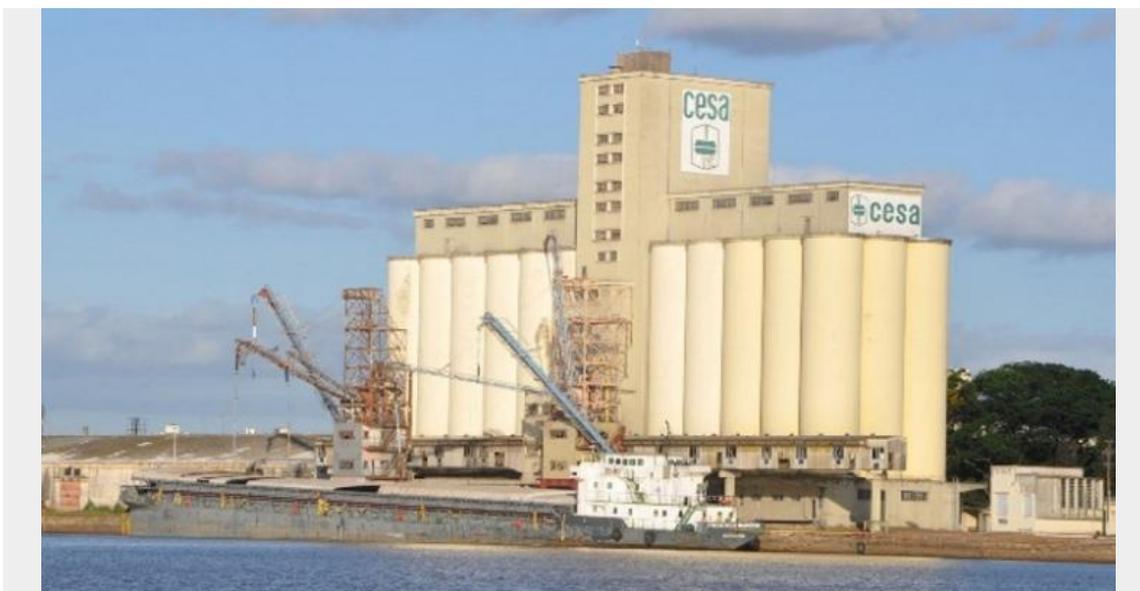
É óbvio que tem que haver uma reforma da previdência no Estado. Não sei onde o Juremir está com a cabeça ao negar isso.

O problema do presente artigo são os itens 9) e 10). É ali que tá o neoliberalismo, ou austeridade, ou agenda RBS, ou seja qual for o nome que se queira dar a essa política equivocada que usa a crise como justificativa para o sucateamento dos serviços públicos.

15. Pacote de Sartori não enfrenta curto prazo e pode ser balão de ensaio para privatizações

<http://www.sul21.com.br/jornal/pacote-de-sartori-nao-enfrenta-curto-prazo-e-pode-ser-balao-de-ensaio-para-privatizacoes/>

Marco Weissheimer



Oposição desconfia que a proposta de fim da exigência de plebiscito para privatização ou extinção da CESA seja um balão de ensaio para futuras tentativas de retirar a obrigatoriedade do plebiscito para empresas públicas maiores. (Foto: Divulgação)

O pacote de medidas encaminhado na última sexta-feira (7) pelo governador José Ivo Sartori (PMDB) à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul não apresenta propostas de curto prazo para resolver o problema do pagamento dos salários dos servidores públicos, concentrando-se em propor mudanças na Previdência dos novos servidores e a extinção de algumas estruturas do Estado. Entre as principais propostas da terceira fase do chamado “ajuste fiscal gaúcho”, aparecem a criação da previdência complementar para os futuros servidores estaduais, a extinção das fundações Zoobotânica (FZB), de Produção e Pesquisa em Saúde (Fepps) e de Esporte em Lazer (Fundergs), e a retirada da necessidade de realização de plebiscito para a privatização da Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Cesa).

O governo do Estado não aceitou incluir no pacote de medidas a proposta feita pela oposição para aumentar o limite de saque dos depósitos judiciais, medida que geraria recursos para assegurar o pagamento em dia da folha do funcionalismo. Nesta segunda-feira (10), representantes das bancadas da

oposição na Assembleia visitaram a Defensoria Pública, o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça pedindo apoio para a proposta que permite o aumento do limite de saques dos depósitos judiciais pelo governo, de 85% para 95%. O projeto de lei nº 295, propondo essa ampliação do limite de saques dos depósitos judiciais, foi protocolado na Assembleia Legislativa, na semana passada, pelas bancadas do PT, PCdoB, PTB, PPL e PSOL.

A comitiva de parlamentares foi formada pelos deputados Luiz Fernando Mainardi (PT), Pedro Ruas (PSOL), Stela Farias (PT) e pelo coordenador da bancada do PCdoB, André Coutinho. Segundo o líder da bancada do PT, deputado Luiz Fernando Mainardi, o objetivo dessa proposta é apresentar uma alternativa de curto prazo para evitar parcelamentos e garantir o pagamento dos salários do funcionalismo em dia. Ainda segundo Mainardi, se essa medida for adotada, poderão ser sacados R\$ 1,1 bilhão, quantia suficiente para pagar a folha salarial integralmente e sem atrasos nos próximos três meses, dando tempo ao governo para buscar outras alternativas de aumento de receitas. O Defensor Público-Geral do Estado, Nilton Leonel Arnecke Maria, e o presidente do Tribunal de Contas do Estado, elogiaram a iniciativa e a busca de proposta que aponte alternativas viáveis para o Poder Executivo.

CESA: um balão de ensaio?

Ao apresentar a chamada terceira fase do ajuste fiscal o governo não detalhou o impacto financeiro de medidas como a extinção das fundações. A proposta de retirar a necessidade de plebiscito para a privatização da Companhia Estadual de Silos e Armazéns chamou a atenção da oposição e de entidades sindicais que desconfiam que a mesma seja um balão de ensaio para futuras tentativas de retirar a obrigatoriedade do plebiscito para empresas públicas maiores. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do Estado do Rio Grande do Sul (Sindiágua) manifestou preocupação com essa possibilidade, em boletim divulgado nesta segunda: “Nossa preocupação é de que este movimento do governador seja para testar a reação dos deputados já visando a privatização de todas as estatais”.

Em novembro de 2002, a Assembleia aprovou, por unanimidade dos votos, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 122/02), de autoria do deputado Vieira da Cunha (PDT), que acrescentou um novo parágrafo ao artigo 22 da Constituição Estadual, propondo que futura alienação, transferência do controle acionário, cisão, incorporação, fusão ou extinção da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás), somente sejam realizadas e aprovadas após serem submetidas a plebiscito popular. Também foi aprovada emenda de autoria do deputado Paulo Azeredo (PDT), e mais 20 parlamentares que incluiu a CESA entre as estatais atingidas pela emenda constitucional. No mesmo ano, foi aprovada outra PEC incluindo o Banrisul e a Companhia Regional de Saneamento (Corsan) entre as empresas que só poderão ser privatizadas mediante aprovação de um plebiscito popular.

Os projetos para a extinção de fundações e para a CESA

[Os projetos encaminhados pelo governo](#) propondo a extinção de fundações e a retirada da exigência de plebiscito para uma possível venda ou extinção da CESA são os seguintes:

Projeto de Lei PL 299 2015, autorizando a extinção da Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (Fundergs), cujas atividades passarão a ser desenvolvidas pela Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer.

Projeto de Lei PL 300 2015, autorizando a extinção da Fundação Zoobotânica, com atividades transferidas à Secretaria do Meio Ambiente.

Projeto de Lei PL 301 2015, extinguindo a Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (Fepps), cujas atividades passarão a ser desenvolvidas pela Secretaria da Saúde. Servidores não estáveis serão exonerados e os cedidos à Fundação retornarão aos seus órgãos de origem.

Projeto de Emenda Constitucional PEC 243 2015, excluindo de artigo constitucional a obrigatoriedade de plebiscito para os casos de alienação, transferência do controle acionário, cisão, incorporação, fusão ou extinção da Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Cesa).

16- As premissas da dívida e a solução conjuntural

<http://www.sul21.com.br/jornal/as-premissas-da-divida-e-a-solucao-conjuntural/>

Por Tarso Genro - 10/ago/2015, 8h15min

A fusão do Direito com a Política, desde que feita de maneira aberta e não seja orientada pelos interesses privados, que se destinam a demolir o que o Estado tem de “social” e “democrático”, é uma das conquistas mais importantes da democracia na modernidade. Cesare Pavese, no seu “Ofício de Viver” – diário monumental em que, no seu final, ele se despede da vida, assolado por um pessimismo quase mórbido – escreve numa passagem soberba: “A prova de teu desinteresse pela política é que, acreditando no liberalismo (= à possibilidade de ignorar a vida política), gostarias de aplicá-lo de maneira tirânica.” Nada como gerar fragmentação, inconformidade, instabilidade, anarquia institucional, para promover o apoio a soluções tirânicas e simplórias. Soluções criadas a partir da urgência e do caos, onde o “vale tudo” substitui a razão e a mídia – ideológica e partidarizada – substitui a reflexão política dos partidos e a participação da sociedade civil. A combinação do “vamos fazer agora o que ninguém teve coragem de fazer” com a desqualificação do diálogo político e com a supressão dos partidos – como agentes fundamentais para constituição da vida pública – pode levar novamente para uma crise ainda maior do que esta que estamos vivendo nesta conjuntura.

A Lei Complementar 148/2014, que reestruturou a dívida do Estado com a União, abriu um espaço fiscal – já utilizável neste final de ano de 2015 – de mais de 4,5 bilhões de reais. Este resultado não pode ser tratado como uma conquista de um Governo, mas deve ser tido como conquista de um Estado, cuja situação é a mais crítica do país. Esta situação crítica instalou-se, a partir das negociações feitas pelo Ministro Malan, com o Governo peemedebista da época, que adicionou, ainda, àquela dívida negociada em condições desfavoráveis, os bilhões de precatórios do não pagamento da Lei Britto, que até hoje compõem mais de 70% do valor destes, que, somados às Requisições de Pequeno Valor, são sacados, todos os dias, do Tesouro Estadual.

O tratamento desta questão – como encará-la e como resolvê-la- é o que dividiu as forças políticas no Rio Grande, e que resultou na vitória da atual coalizão de forças que dirige o Governo. Ressalto, ainda – para finalizar a introdução ao tema que vou abordar- que todos os aumentos salariais, conquistados pelos trabalhadores do Estado, que reverteram o arrocho a que eles estavam submetidos, tiveram apoio da oposição, que hoje é Governo. A mesma oposição que também militou, na Assembleia, para que os aumentos fossem ainda maiores do que aqueles que nós concedemos. A implementação do “programa” vencedor é uma tarefa política e institucional do atual Governo, mas a reversão da situação da dívida pública é uma tarefa de todas as forças políticas do Estado. As condições institucionais, para isso, estão dadas pela Lei Complementar 148, duramente conquistada pelo nosso Governo, com o apoio, na oportunidade, de todos partidos do espectro político gaúcho.

A partir da aprovação da Lei e da sanção presidencial, qualquer Governo (além de outras medidas relacionadas com a arrecadação), pode lidar com três possibilidades, em relação ao equacionamento da dívida. A primeira delas seria combinar novos financiamentos para investimentos, junto ao BID, BIRD, CAF (Corporação Andina de Fomento), com a reabertura do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF), obtendo aval da União, também para a contratação de financiamentos de novas operações de crédito, inclusive para “trocar” dinheiro mais caro, com juros elevados, por dinheiro mais barato, com juros mais baixos.

A segunda medida, que também dependeria, evidentemente, da capacidade de pressão e articulação nacional do Governo Estadual, bem como da força política que estivesse como hegemônica no Governo Federal (que hoje, aliás é o PMDB, o mesmo partido do Governador), seria o reescalonamento em definitivo, consensual, da dívida. Nesta hipótese, permitindo a utilização dos valores que são pagos, mensalmente, para amortizá-la, em investimentos de infraestrutura complementares às obras do Governo Federal, e/ou para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor, originários do calote da Lei Britto, créditos majoritariamente -em termos jurídicos- “alimentares”, que constituem o principal “sufoco” do Tesouro Estadual.

Estas duas primeiras medidas poderiam ser combinadas entre si, bem como - se necessário- apoiadas por uma terceira medida, baseada numa solução pela Justiça, uma “solução jurisdicional”. Esta, hoje, tendo em vista a Política Monetária que está sendo imposta ao país e a ausência de encaminhamento, pelo Governo atual, das duas primeiras possibilidades, parece ser a única que nos resta. Na nossa opinião ela deve ser apoiada pela oposição, desde que articulada política e juridicamente pelo Governo, porque todas as decisões importantes do STF, sempre são decisões onde a Lei sofre, não só um processo interpretativo “dogmático”, mas também uma interpretação política, segundo os princípios gerais de Direito e as normas que regem a solidariedade federativa.

Circula a informação que aportará, na nossa capital, para uma discussão com o Presidente Aquino, do Tribunal do Justiça, o Ministro do STF, TeoriZavasky. O Ministro Teori solicitou vistas no processo em que é pedida a intervenção no Estado, medida que não só não resolve a questão do financiamento do Estado, mas também, se deferida, violaria a soberania popular, que outorgou ao PMDB e aos seus aliados, o dever de governar o Rio Grande. Do encontro destes dois Juízes, cuja formação jurídica e dignidade institucional ninguém duvida,

poderemos ter uma solução mediada, para que o Estado volte a funcionar. E para que se retome a normalidade, pelos menos sob dois ângulos essenciais, para que o resto possa ser debatido num clima de normalidade política: o pagamento em dia dos servidores públicos e o custeio para segurança pública, inclusive com a contratação imediata de mais policiais civis e militares, que já estão devidamente concursados, para que se retomem os níveis mínimos de segurança no Rio Grande.

Explico-me. Nas circunstâncias atuais, não estão em jogo somente os valores que constituem a Federação e as relações de solidariedade, que os entes da União devem compor, para solucionar impasses contratuais feitos em outras circunstâncias: taxas de juros ainda mais estratosféricas que as atuais, inflação mais elevada que a atual e exigências de privatizações massivas, para a composição dos acordos da dívida com a União. Embora o acordo tenha sido festejado pelas forças políticas governistas à época (e midiáticas que as apoiam), como a “libertação” de um problema histórico do Rio Grande, as privatizações, o arrocho salarial subsequente e os termos do acordo com a União, só agravaram os problemas de financiamento do Estado. Por isso estão em jogo, neste momento, débitos de natureza diversa, que o Rio Grande é responsável, perante credores qualitativamente diferentes.

Para verificar a real possibilidade desta solução jurisdicional, precisamos lembrar dois fatos. Primeiro, que face à inércia corporativa das maiorias que comandam o Poder Legislativo, em assuntos de alta relevância política para o país, o STF -“para o bem e para o mal”- tem inaugurado, através de diversas decisões, um ativismo judicial inédito na história do Poder Judiciário brasileiro, que ampliou seu Poder Normativo até os limites do inimaginável, no que se refere à tradição da tripartição dos Poderes. Assento esta primeira premissa, para dizer que será uma novidade benigna, se o STF estender, este seu ativismo, para encaminhar uma interpretação possível à aplicação imediata da Lei Complementar 148, que nos dá já em 2015, uma folga imediata de 4,6 bilhões, como apontamos acima.

A segunda premissa que deve ser esclarecida é a “natureza”, jurídica e política, das dívidas que o Estado é compelido a pagar. De um lado, a dívida de amortização dos créditos da União (negociados em oportunidade adversa, que resultou em valores finais artificiais e impagáveis no seu desdobramento histórico), através de valores que, na verdade, financiam os “rombos” da União, que coloca os seus papéis no mercado financeiro mundial, pagando juros mais baixos do que aqueles cobrados dos Estados. Esta é uma situação concreta, originária de outro período, que fulmina a legitimidade das cláusulas contratuais acordadas naquele período e, atenção, já reconhecidas como espúrias pela lei Complementar 148. Concorrendo com estas “obrigações de pagar”, em relação à União temos, de outro lado, dívidas de “natureza alimentar”, como são os salários em atraso e a maioria dos precatórios e, principalmente, as Requisições de Pequeno Valor.

Em consequência, mesmo que as duas dívidas sejam consideradas “legais”, dentro do sistema jurídico em funcionamento, elas não tem a mesma natureza. Nem o mesmo grau de legitimidade. Até porque o resultado da negociação da dívida com a União, foi o imposto por ela, com base numa relação de forças que praticamente constrangeu os Estados a aderirem aos seus termos. Um dos credores, portanto, é o mais importante causador da crise estrutural. Não é o Governo Federal atual, nem o anterior: é o ente jurídico União Federal, que se

configurou como credor -pelo menos de boa parte da dívida- não só menos legítimo (pela natureza da mesma), mas também por principal causador do impasse, o que já é reconhecido em Lei Complementar. Esta Lei Complementar pode ser interpretada pelo Supremo, de forma a privilegiar os créditos alimentares, salariais – judicializados ou não – atendendo o interesse público concreto que está em jogo.

O Ministro Teori pode propor ao Pleno do STF, já na esteira do ativismo que este órgão superior de Justiça vem adotando, medida liminar de caráter cautelar, que permita o Estado subtrair, mensalmente, até o limite de 4,6 bilhões, no ano de 2015 – se for necessário – os recursos necessários para pagamento de créditos de caráter salarial e alimentares, dando efeito imediato à Lei Complementar 148 e evitando, desta forma, a intervenção federal. A aplicação da decisão poderia ser fiscalizada, diretamente pelo Supremo, na sua execução mensal, para que ela não tenha desvio de finalidade. Isso oportunizaria, ao mesmo tempo, o funcionamento normal das instituições, para que o Governo governe e o debate sobre o futuro do Estado, flua de maneira democrática e civilizada e não se aproveite a crise para destruir as funções públicas do Estado, para privatizar sob a pressão desesperadora do custeio, sucateando educação, saúde e segurança pública e montando o cenário trágico de uma crise ainda muito maior.

.oOo.

Tarso Genro foi governador do Estado do Rio Grande do Sul, prefeito de Porto Alegre, Ministro da Justiça, Ministro da Educação e Ministro das Relações Institucionais do Brasil.

15 comentários para “As premissas da dívida e a solução conjuntural”

1.  Marcelo B disse:

10 de agosto de 2015 às 9:22

É, sempre o mesmo discurso mágico depois da derrota. Agora é possível fazer o que não deu pra fazer nos 4 anos anteriores. Fácil é ficar atrás do balcão dizendo que pode e que deve, mas quando está do outro lado se diz que não dá e nem pode. Santa Catarina e Bahia seguiram a cartilha da “austeridade” após a renegociação da dívida, o resto dos Estados, e por duas vezes resolveu ir contra mão e gastar mais do que deveria. E hoje estamos aqui lendo os discursos bonitos de que podemos e que temos maneiras simples de sair deste buraco que ficou mais fundo depois de... Deixa pra lá. É sempre assim, o que está na reserva é sempre a solução dos problemas, mas quando entra as vezes é só mais um que não ajuda em nada.

2.  Marcelo B disse:

10 de agosto de 2015 às 9:31

Leia-se “e o resto dos Estados, e o RGS por duas vezes resolveu ir contra mão, gastar mais do que deveria”.

Bom saber que o ex-Governador agora tem o pó de piri-pimpim que prometeu a 4 anos atrás...

3.  Marcelo B disse:

10 de agosto de 2015 às 12:00

O ministro Miguel Rossetto informou que não há chance de que a diminuição do percentual de comprometimento da dívida do Rio Grande do Sul com a União aconteça brevemente, só ficaria para 2017 ou 2018. O governo gaúcho ficará na mão, nesse aspecto?

Eliseu Padilha – O governo se prepara para, em 2015, iniciar a negociação com os Estados para essa implementação, mas hoje há impossibilidade, pelas razões que todos conhecemos, de fazer essa revisão. E não é só para o Rio Grande do Sul. É uma lei que se aplica a todos os Estados do Brasil que vai, em tese, criar oxigênio para algumas contratações, podendo ter algum investimento em infraestrutura, como no caso do Rio Grande, que tem as piores contas públicas de todo o Brasil.

“A tolerância com os atrasos que têm ocorrido parece que estão dentro dessa margem de compreensão política que o Rio Grande está merecendo”, diz. No entanto, ele admite que essa revisão “vai criar oxigênio” para contratações e investimentos em infraestrutura para estados como o Rio Grande do Sul, “que tem as piores contas públicas de todo o Brasil”

Como assim piores contas publicas? As mesmas foram aprovadas com louvor pelo conselho do TCE, não os técnicos que sabem do que se trata, mas os conselheiros políticos. Não entendi sua frase Ministro. Explique-se.

4.  *luiz disse:*

10 de agosto de 2015 às 12:38

Posição coerente e respeitosa do Tarso (que o PT não recebe da oposição) negando-se a compactuar com a intenção de intevernção federal no estado, uma impeachment branco de cuhho jurídico que não resolve a situação e desrespeita o voto legítimo dos gaúcho no Sartori. Sem contar que faz propostas concretas e viáveis para o RS sair da crise, considerando que o PMDB está com muito poder institucional no governo e no Congresso.

5.  *Madalena Fronge disse:*

10 de agosto de 2015 às 15:16

Sim, ex-governador Tarso, “nada como gerar fragmentação, inconformidade, instabilidade, anarquia institucional, para promover o apoio a soluções tirânicas e simplórias”, o senhor certamente fala de cátedra do tema, já que nada promove mais fragmentação e os demais aspectos do que um partido que, no governo, assume a mesma cartilha dos precedentes, mas mantém o discurso revolucionário e pomposo dos tempos de oposição e resistência. Um partido que faz as mais espúrias alianças em todos os níveis em nome da governabilidade, afunda o comprometimento do orçamento público para “honrar” os compromissos com as mais podres alianças e depois ainda quer posar de vestal. Ora, meu caro ex-governador, será que não é tempo de menos retórica e mais autocrítica?

6.  *Luís Augusto Fischer disse:*

10 de agosto de 2015 às 15:23

O texto redimensiona a história de dois capítulos da dívida gaúcha — e esse fato, esse esforço, é absolutamente central para que não se jogue tudo na mesma vala. O argumento do governador Sartori, ainda que nem mesmo enunciado por ele, vai na direção contrária, e equivocada, que é a de tratar todo o problema como uma questão contábil, um problema aritmético. (Se fosse para pensar na relação entre dívida e gestão, valeria mesmo pensar em termos mais amplos e evocar o caso dos Estados Unidos, com uma dívida enorme, que eles podem gerir porque ditam parte da regra do mercado por serem os donos da maquininha de fazer dólares.) Falta história ao debate, assim como falta política a ele. Faço apenas um reparo, quando à clareza do texto: no segundo parágrafo, ao relatar o caso da nova lei, de 2014, o texto passa imediatamente a comparar este momento com a conjuntura do acordo feito por Britto e Malan, origem do sufoco atual. Por clareza, seria conveniente distinguir mais claramente, no enunciado, os dois momentos.

7.  *Éder Rodrigues* disse:

10 de agosto de 2015 às 16:50

O problema da “mesma vala” é que foi o próprio PT que se jogou nela. Ou os mensalões e as maracutaias superfaturadas da Copa não são negociatas federais, estaduais e municipais do PT com tudo o que sempre esteve à direita? Não é só o RS que está em questão. O RS está na mesma vala suja do país. Não é só adendos técnicos à discussão o que está em questão. É preciso um exame às claras do quanto o PT se degradou.

8.  *Marcelo B* disse:

10 de agosto de 2015 às 17:24

Tão logo teremos a Lei Tarso, seja no piso dos professores ou de outros servidores querendo na justiça os aumentos irresponsáveis, sem receita.

9.  *flavio* disse:

10 de agosto de 2015 às 21:21

Vamos ter que recorrer à justiça, não por reajustes(justos uma vez que vínhamos de dois não governos-rigoto e yeda), mas pelos salários “roubados” por esse governo pífilo, incompetente e subserviente aos empresários como Gerdau e RBS, de olho em abocanhar alguma fatia de possível privatária. O que vai acontecer é o mesmo que já houve com o famigerado Brito, vai vender, arrochar, parar o estado, e, conseqüentemente, não desenvolvê-lo. Depois outro governo que reconstrua tudo e pague os roubos que certamente a justiça reparará.

10.  *flavio* disse:

10 de agosto de 2015 às 21:22

O lambe-botas voltou!

11.  *LUIS AUGUSTO FIALHO DE FIALHO* disse:

10 de agosto de 2015 às 23:58

Aumentos irresponsáveis aprovados na Assembléia Legislativa pelo partido que hoje governa o RS, bom que se diga.

12.  *Eduardo B* disse:

11 de agosto de 2015 às 0:19

Em relação ao governo e à militância do governo atual que aqui se manifesta, repetindo seus mantras escutados na BandNews ou lido na RBS, acho que serão necessários diagramas, desenhar algo, começar do básico. Vão fazer passeata pedindo o fim da FZB e deixem esses assuntos com quem entende.

13.  *Tarso* disse:

11 de agosto de 2015 às 6:30

O professor Fischer faz uma observação que me parece correta sobre o texto, que merece, sim, um esclarecimento. A Lei complementar que reestruturou a dívida pública foi votada e sancionada num momento bem diferente, em termos financeiros e políticos, daquele em que foi acordada -com o Governo Federal- a sua consolidação, na gestão do Governador Britto. Condições estas, praticamente impostas pela União Federal. Quanto aos mais: o artigo apenas faz uma proposta concreta para a conjuntura, que, na minha opinião, interessa tanto ao governo como a Oposição. Não é uma proposta mágica. Aliás, leio nos jornais de hoje, que o Governo do Estado reteve o pagamento das amortizações da União, para pagar os salários (valores de natureza alimentar), falta apenas, no roteiro proposto pelo artigo, o acolhimento judicial sugerido, para que o Estado não sofra sanções. Agradeço os demais comentários ao artigo.

14.  *Marcelo B* disse:

11 de agosto de 2015 às 10:01

Flavio, Lambe-Botas? hahuhauhuhuhuhaha, parece que de lado oposto fazemos a mesma coisa, porém você como cargo político ou alto funcionário público que deve estar sofrendo sem função gratificada e hora extra e talvez (não, isso é somente pra gente nova no Estado) sem aposentadoria integral e eu do lado privado, sofrendo com aumento de inflação, com risco constante de desemprego, sem condições de empreendedorismo, pois segundo a sua cartilha, empresariado é coisa do demônio, que só serve pra escravizar e sonegar a alta carga tributária que deve ser repassada ao Governo. Não me espanta que esteja defendendo com unhas e dentes a sua estabilidade do lado de dentro. Mas entenda, preciso defender a minha estabilidade do lado de fora.

15.  *Marcelo B* disse:

11 de agosto de 2015 às 10:08

Olha, agora temos a BandNews também como mídia golpista conservadora oligopólica responsável pela dívida do Estado. Falta ainda o Jornal do Comércio, Correio do Povo, Rádio Guaíba e a TVE, a não esta, a TVE é Estatal e agora não está mais sendo aparelhada para vender o populismo. "O populismo adora tanto o pobre que multiplica-os".

Anexo –

Quem fez mais contra a crise financeira do RS? | Tarso Genro

<http://leituraglobal.org/quem-fez-mais-contr-a-cri-se-financeira-do-rs/>

É importante ressaltar, para uma boa leitura da ZH de hoje, no que concerne a dívida do Estado, medidas fundamentais, de natureza estrutural, que o atual governo teve a coragem de tomar para combater este legado de décadas, consolidado com o acordo feito pelo Governo Britto em 98:

1. Parece incrível, mas o jornal não sabe que o atual governo – com maioria na Assembleia – já aprovou o Fundo de Aposentadoria, que vincula todos os novos servidores públicos, vencendo as resistências das altas corporações que tentaram bre-car o projeto no Legislativo; repito, o jornal desconhece que esta questão está solucionada, por iniciativa do atual Governo;

2. Não é verdadeira a afirmativa de que a modificação dos indexadores só tem efeitos “no longo prazo”: imediatamente, nós abateremos da dívida do Estado mais ou menos R\$ 15 bilhões, abrindo um espaço de financiamento imediato de US\$ 1 bilhão! Ora, se isso não é considerado uma conquista extraordinária (reduzir a dívida e abrir novo espaço fiscal!), é porque o olhar sobre o tema é ideológico e distorcido.

E esse olhar está revelado na crítica aos aumentos dados aos funcionários públicos, que sofriam um brutal arrocho salarial. Ou seja, abater da dívida R\$ 15 bilhões não é nada, mas voltar ao arrocho é uma boa solução. Trata-se, na verdade, de passar como mercadoria-notícia uma “tese” sobre o Estado: para ter solução é preciso pagar mal os servidores e, portanto, rebaixar a qualidade dos serviços públicos.

De outra parte, convém lembrar que uma das maiores pressões sobre o caixa do tesouro são as requisições de valores e os precatórios. Originários de onde, principalmente? Dos aumentos dados pela famosa “Lei Britto”, que não foram pagos pelos sucessivos Governos e que estouraram agora. Essa deve ser a qualidade de gestão recomendada pelo Editorial de ZH.

Venho dizendo – desde o início do meu Governo – que não temos divergência sobre o fato de que existe uma crise financeira estrutural no Estado. A divergência é sobre como sair dela. O nosso Governo, com o Fundo de Aposentadoria já aprovado e com a reestruturação da dívida, já acordada, deu dois passos fundamentais para uma saída de médio e longo prazo. Quem não reconhece isso, ou está em campanha eleitoral, ou não gosta de lidar com o mundo real, porque ele desmente suas utopias de direita fundadas na ideologia do Estado Mínimo.

17. A cartilha neoliberal do guru de Sartori

<http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/>

Postado por JuremirMachado - 7 de agosto de 2015 –

Sartori achou um guru.

O guru entregou-lhe um plano de governo.

Duas páginas de um livro com sugestões para desmontar um Estado.

O guru chama-se Darcy Francisco dos Santos.

O título da obra pergunta: O Rio Grande tem saída?

O autor responde: sim.

Se as suas recomendações forem seguidas.

Algumas das suas recomendações constam no pacote enviado por Sartori à Assembleia Legislativa.

Ei-las.

Alguém poderá dizer que os investimentos de hoje serão o crescimento de amanhã, valendo a pena, por isso, nos endividarmos. Pode ser verdade, mas se nos endividarmos sem formar superávit primário para o pagamento dos serviços da dívida, a situação ficará insustentável. Por isso é que necessitamos acabar com a sequência dos déficits históricos estaduais se, de fato, quisermos manter um desenvolvimento sustentável.

A seguir fazemos algumas sugestões para o Estado, muitas das quais podem gerar efeitos imediatos. Outras, porém, produzirão resultados a médio e longo prazos e muitas delas dependem de mudanças na Constituição federal, mas os governos estaduais devem tomar a iniciativa de fazê-las. Pode haver outras soluções, mas de natureza não operacional, que não resolvem o problema; apenas o retardam e, por isso, o agravam.

1. Fazer a reforma da previdência, conforme recomendações constantes do capítulo 6, onde se destacam:

- a) Aumento da idade mínima e do tempo de contribuição das aposentadorias especiais, que hoje beneficiam 87% dos servidores.
- b) Modificar os critérios de pensão por morte.
- c) Previdência complementar.

2. A aposentadoria em si não cria despesa; apenas modifica a situação funcional do servidor de ativo para inativo. Ao contrário, cessam algumas vantagens funcionais. O que aumenta a despesa é reposição do servidor que se aposenta. Por isso a redução da taxa de reposição física dos servidores é um dos principais mecanismos para a redução da despesa com pessoal, mas para isso precisa melhorar a produtividade dos que remanescem, sob pena de colocar-se em risco a prestação dos serviços.

3. Alterar o plano de carreira do magistério, estabelecendo diferenças entre classes e níveis que permitam valorizar o professor sem comprometer as finanças estaduais. O professor deve ganhar melhor em toda sua carreira e não apenas quando está próximo a deixar a es-

cola. E com isso permitir o pagamento do piso nacional, deixando de criar passivo trabalhista.

4. Alterar o acordo da dívida sob condições que possibilitem a redução do fluxo anual de pagamentos, tendo para isso que dilatar o prazo contratual, para que o saldo devedor seja zerado no final.

5. Rever os altos salários iniciais de algumas categorias.

6. Extinguir a licença-prêmio.

7. Alterar as regras de incorporação de função gratificada na aposentadoria, passando para a média.

8. Evitar a concessão de aumentos reais de salários, concedendo apenas reajustes para compensar a inflação.

9. Conter o crescimento das outras despesas correntes.

10. Embora não tenha muito reflexo na contenção de despesas, reduzir o número de secretarias. Fazer também uma reforma administrativa ampla, envolvendo os quadros de pessoal, no tocante a atribuições e quantitativos.

11. Mudanças no pacto federativo com vistas a aumentar a participação dos Estados na carga tributária nacional.

12. Rever as desonerações fiscais para ver se há alguma margem de redução.

13. Alterar a tributação vigente no *e-commerce*.

14. Estudar a possibilidade de implementação de um programa de fiscalização pela população, a exemplo da Nota Fiscal Paulista.

15. Ampliar a capacidade dos órgãos ambientais em analisar projetos de irrigação e ampliar a distribuição de energia elétrica adequada para o uso de sistemas de irrigação por aspersão. Com isso, seria aumentada sensivelmente a produção do agronegócio.

16. Na mesma linha do item anterior, incentivar a produção agrícola. Segundo Saadi (2007), o Estado do RS tem todas as condições para desenvolver a produção agrícola, alavancando as demais atividades produtivas, com reflexo na renda e na arrecadação do Tesouro estadual. Segundo o mesmo autor, somente com esse incremento na produção agrícola, é possível incrementar o PIB estadual em 9%.

Não era preciso se dar o trabalho de procurar o óbvio neoliberal, mas o impresso sempre dá alguma segurança.

Eis o pai da criança.

O nome dela é Estado Mínimo dos Santos.

18. O pulo do gato da dívida do RS

<http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/>

Postado por Juremir Machado em 6 de agosto de 2015 -

Quando foi mesmo que o RS se encalacrrou?

No governo de quem?

Quando foi que a dívida do RS deu um pulo do gato e nunca mais pôs as patinhas no chão?

Por que foi mesmo?

Evolução do estoque da dívida do RS

Collares	1994	R\$ 22.593	Varição: 23,5
Britto	1998	R\$ 50.222	122,3
Olívio	2002	R\$ 50.091	-0,3
Rigotto	2006	R\$ 51.012	1,8
Yeda	2010	R\$ 50.507	-1,0
Tarso	2014	R\$ 54.795	8,5

Fonte: Balanço Geral do RS

Perguntinha: como se faz a mágica de renegociar vantajosamente e ficar devendo muito mais?

19. A extinção da FUNDERGS é um absurdo: dez motivos

Postado por JuremirMachado 8 de agosto de 2015 –

<http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/>

Por Cláudio Gutierrez

1. A FUNDERGS não tira dinheiro do caixa do Estado, capta recursos para o Estado. De seu orçamento de 20 milhões para 2015, 16,5 milhões vem de fora do RS. A FUNDERGS capta mais de cinco vezes o que custa.

2. Uma Secretaria poderia fazer o mesmo que a Fundergs faz? Não! Se tentar fazer sairá mais caro, mais burocratizado e mais lento, pelos entraves legais. Uma fundação gerencia recursos captados, realiza editais públicos para projetos sociais esportivos, celebra e acompanha convênios e promove atividades diretas de mais forma mais ágil, técnica e econômica que uma secretaria de estado.

3. Está na contramão do movimento nacional. O Brasil está desenvolvendo organismos qualificados para gestão do esporte e o Ministério do Esporte, nesse momento, está encaminhando a construção de um sistema nacional de esporte e lazer. Aqui o Governo extingue seus órgãos gestores de esporte e lazer: Secretaria e Fundergs.

4. Desestimula investimentos para o RS: quem no Ministério do Esporte vai reivindicar ou avalizar o envio de recursos a um Estado que desprestigia o setor esportivo em sua estrutura de governo?

5. Na contramão do ciclo olímpico brasileiro: Todos os Estados fortalecendo as políticas e programas de esporte, aproveitando o momento em que se marca um ano para a Olimpíada do Rio; o RS extinguindo o locus privilegiado da formulação de políticas e análise de projetos de esporte para o Estado.

6. A extinção da Fundergs fragiliza o Centro Estadual de Treinamento Esportivo. O CETE mantém seis centros de excelência no esporte e mais dezenas de atividades, em uma oferta de alta qualidade, com 4 mil usuários dia. Sem a Fundergs se reabre o caminho para privatizar o CETE.

7. A privatização das funções da Fundergs sai mais caro ao Estado: o projeto de privatizar o CETE, pronto ao final do Governo Yeda, previa um repasse mensal do Estado ao terceiro no valor de R\$200 mil ao mês (para manter uma oferta de escolinhas pagas). O CETE público, gratuito e equipado no padrão olímpico (17 milhões de investimento captado em convênio da Fundergs) custa ao Estado R\$ 100 mil ao mês! A metade do que custaria se privatizado, com serviços pagos e de baixa qualidade (dados de 12/2014).

8. Gastar pouco em esporte economiza muito em saúde. O Brasil vive uma virada epidemiológica. As doenças que predominam não são mais as infectocontagiosas, mas as Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs). Nosso Ministério da Saúde está aliado à Organização Mundial da Saúde no desenvolvimento da Estratégia Global para enfrentamento das DCNTs, que se baseia em dois pilares: atividade física e alimentação saudável. Manter a Fundergs é barato e promove saúde; manter hospitais é caro e remedia doenças.

9. Gastar pouco em esporte e lazer economiza muito em segurança: em um país de 500 anos, onde quase 400 foram de escravidão, o desenvolvimento de políticas esportivas e de lazer é compromisso fundamental na construção do imaginário de uma sociedade democrática, que inclui as mulheres e homens que com seu suor constroem o país. Políticas públicas de esporte e lazer distribuem os bens econômicos e culturais, socialmente produzidos. O contrário disso é o esporte e o lazer como signos de distinção, de privilégio, o que

alimenta o imaginário da exclusão que sempre explode em violência. Manter a Fundergs é barato, promove educação e segurança; manter presídios é caro e corrige o mal feito.

10. A Fundergs foi criada no Governo Olívio, mantida nos governos Rigotto e Yeda, fortalecida no Governo Tarso. Extingui-la agora provocaria uma ruptura de continuidade na política estadual de esportes e um retrocesso de 15 anos! Condena o próximo governo a começar do zero.

Por tudo isso, extinguir a Fundergs não só nos deixa mais pobres, como fecha a porta para acessar e distribuir riquezas e bens sociais e culturais tão necessários para desenvolver o Estado.

Prof. Dr. Cláudio Augusto Silva Gutierrez

Coordenador do Bacharelado em Educação Física

Coordenador do Polo Regional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer Unisinos/Fundergs

Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq OTIUM: Esporte, Saúde e Qualidade de Vida

20 - AS RAZÕES DO GRINGO

O espaço hoje é do jornalista **João Carlos Machado Filho**, o Machadinho (www.machadofilho.com):



Não tenho vínculo com o PMDB, não dependo do governo estadual, mas tenho uma admiração pessoal pelo José Ivo Sartori. Antes que os mais afoitos se exaltem, explico.

Quando o Sartori era deputado estadual, eu trabalhava na Assembleia, na imprensa. Foi quando conheci melhor o Sartori, com seu jeito e sotaque de serrano. Gente muito boa, por sinal. Uma vez por mês, a gente fazia um jogo de futebol de salão entre jornalistas e

deputados. A coisa acabava num churrasco e o Sartori sempre trazia um garrafão de vinho lá de Caxias. Era uma festa que só acabava quando o “garafon” estivesse vazio. Hoje leio nos jornais, vejo na televisão e escuto no rádio, críticas de todo o tipo contra o Sartorão. Para alguns, acho que até meio no embalo do que os outros falam, ele está maltratando o Estado e principalmente o funcionalismo. Claro que não sou favorável ao parcelamento de salários. Até acho que muitos servidores estaduais ganham muito pouco, mas esta é uma outra história. O que me impressiona, é ler, ver e ouvir pessoas criticando e dando palpite sobre coisas que, em alguns casos, nem sabem o que é e como funciona. Querer, por exemplo, que o governador faça empréstimos, que use o dinheiro dos depósitos judiciais, como outros fizeram, é não pensar que, a partir da assinatura do contrato, os juros começam a corroer ainda mais as finanças estaduais. É mais ou menos como fazer um empréstimo para pagar as contas que estão no SPC. Logo virão outras e mais empréstimos. Sair distribuindo aumentos, como já foi feito aqui no Rio Grande, sem o compromisso de ter que pagar no futuro, é uma irresponsabilidade sem tamanho. Tanto é verdade que o ex-governador, que pretendia ser governador novamente, disse, um ano antes de sair, que seu sucessor seria tão somente um pagador de salários, sem poder investir um centavo em obras ou coisas parecidas. Ele sabia bem o que seria o futuro. Há os que sugerem que Sartori busque um financiamento de mais de US\$ 400 milhões no Banco Mundial. Dito assim parece ser uma solução aceitável, mas será que os que sugerem tal medida pensaram nos juros e no aumento da dívida do Estado antes de sugerir? Pelo que conheço do Gringo, sou quase capaz de afirmar que, assim que a tempestade passar, os funcionários públicos, revoltados com toda a razão, ainda lembrarão, sem mágoas, o que o Sartori está fazendo. É só ter calma!

-

Aí um amigo comum, petista, comentou: "A impressão que dá é que o cara é melhor parceiro de pelada do que governador, mestre". Diplomata, o Machado respondeu: "Acho que ele é melhor nas duas coisas, amigo".

21 . Abraço simbólico no Jardim Botânico defende manutenção de fundações estaduais

FREDY VIEIRA/JC

<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=204764>



Protesto iniciou com abraço simbólico no Jardim Botânico

Centenas de servidores públicos do Estado realizam um protesto na manhã desta terça-feira (11) contra a extinção de três fundações estaduais propostas pelo governo do Estado para conter a crise. A manifestação iniciou com um abraço simbólico no Jardim Botânico de Porto Alegre e seguiria em caminhada até a sede da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), no centro da Capital, mas devido a chuva, o protesto se concentrou apenas na Rua Dr. Salvador França.

A terceira fase do ajuste fiscal do governo José Ivo Sartori prevê extinção de três fundações estaduais - a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB), a Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (Fepps) e a Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (Fundergs). Servidores públicos e sindicatos da categoria temem que, se a proposta for aprovada pela Assembleia Legislativa, vários projetos tocados por esses órgãos sejam interrompidos.

Os rumores de que os locais seriam privatizados com a extinção do órgão são negados pela Sema. Por meio da assessoria de imprensa, a pasta afirma que o Jardim Botânico seria administrado como unidade de conservação e o zoológico passaria por processo licitatório para a realização de algumas concessões. O cuidado com os animais, contudo, permaneceria sendo feito pelo Estado.

COMENTÁRIOS

Iorgue - 11/08/2015 - 16h16

Balela! Ciência é atividade fim do Estado, justamente porque é deficitária!
Zoológicos e jardins botânicos não geram lucro financeiro (só cognitivo).

Paulo Ricardo - 11/08/2015 - 16h27

Não é necessário uma Fundação específica para cuidar do Jardim Botânico. Uma secretaria estadual pode dirigir os cuidados necessários além de suas outras atividades[

22. Bela jogada de Sartori ao dar calote

Postado por Juremir Machado em 12 de agosto de 2015 –

<http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/?p=7461>

A política é um tabuleiro de xadrez ocupado por jogadores que, muitas vezes, não conhecem as regras do jogo nem se interessam pelas estratégias possíveis. Na maior parte do tempo, porém, é um jogo que só serve para aprimorar a capacidade de jogar. Contam que um gênio do xadrez era incapaz de saber quem foi pior: Hitler ou Stalin? O governador José Ivo Sartori jogou bem ao dar calote na União. Pagou o funcionalismo deixando de pagar o que o Estado deve ao país.

Repassou o ônus da falta de recursos.

Ficou assim: vai faltar dinheiro na Saúde. Culpa da União, que bloqueia repasses para o Estado por causa do calote.

O governador tem outra solução para o curto prazer: aumentar o uso dos depósitos judiciais.

No seu xadrez, não é uma boa jogada. Sem calote na União e com o funcionalismo pago em dia, como aprovar aumento de impostos, extinções de fundações, privatizações de Estatais e outros lances supostamente de longo alcance?

O xadrez da dívida pública é assim: a União cobra juros exorbitantes dos Estados, pois precisa fazer caixa para pagar os juros exorbitantes devidos aos banqueiros internacionais. Se não fizer isso, recebe nota baixa das agências dos banqueiros.

Disso resulta uma definição. País confiável: aquele que ferra a sua população no dia a dia para fazer economias e pagar juros abusivos de dívidas pagas várias vezes. A isso se chama respeito aos contratos e responsabilidade fiscal.

Uma sugestão para ajudar o governador Sartori a diminuir os gastos do Estado: privatizar totalmente a organização da Expinter. Chegar de botar dinheiro público anualmente na festa privada de negócios da Farsul.

Seria uma jogada ousada no seu tabuleiro de xadrez.

Agiotagem fiscal quebra RGS e PR radicaliza contra lucro bancário. Dívida agita Congresso

Cesar Fonseca em 13/08/2015

<http://independenciasulamericana.com.br/2015/08/agiotagem-fiscal-quebra-rgs-e-pr-radicaliza-contralucro-bancario-divida-agita-senado/>



NACIONALISMO PARANAENSE EM CENA. AGITAÇÃO POLÍTICA NO SENADO NO DIA EM QUE RENAN ACERTA POLITICAMENTE NOVO AJUSTE FISCAL COM O GOVERNO DILMA NO AMBIENTE DE DISCUSSÃO DO IMPEACHMENT PRESIDENCIAL EM AVALIAÇÃO NO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E NO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. O Paraná resolveu agir contra agiotagem fiscal praticada pelos credores do

governo. Quer renegociação da dívida pública e taxas de juros incidentes sobre ela, para abrir espaço ao desenvolvimento econômico sustentável, como passou a defender o tucano senador Álvaro Dias. Para não perder espaço para o PSDB, a petista senadora Gleisi Hoffman encaminhou em seguida projeto de lei que determina cobrança de imposto com alíquota de 23% sobre os lucros dos bancos, os que mais faturam, enquanto as forças produtivas se afogam na recessão. E o senador Roberto Requião, do PMDB, que, antes dos seus dois colegas, já reclama da agiotagem fiscal, como o problema central da economia, a ser superado, continua na ofensiva nacionalista de ataque ao projeto de lei de José Serra, senador tucano, que entrega, de bandeja, às multinacionais do petróleo o trilionário pré sal, cujas reservas são estimadas em 176 bilhões de barris, a maior do mundo. Os paranaenses forçam o senador Renan Calheiros a ser mais agressivo na negociação com o Governo Dilma para romper o ajuste fiscal a partir do ataque à questão central, o endividamento público. Essa força política do sul pode ou não arrastar os demais estados da Federação, que se encontram financeiramente liquidados? O caráter político que ganha o ajuste fiscal abre novas perspectivas na relação Legislativo e Executivo, criando nova correlação de forças entre os dois poderes.



GAÚCHOS HUMILHADOS PELO PALÁCIO DO PLANALTO SE TORNAM ESCRAVOS DA AGIOTAGEM FISCAL QUE INVIABILIZA DESENVOLVIMENTO NACIONAL. O governador Sartori está sob humilhação total imposta pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que mandou suspender repasse de verbas federais ao Rio Grande do Sul como represália ao calote dado pelo titular do governo gaúcho ao tesouro nacional. Sartori saiu com as mãos abanando da Fazenda. Por que se submeteu à humilhação perante o representante dos banqueiros, no governo, sem esboçar uma enérgica reação

política? Os gaúchos, orgulhosos da sua autonomia política, estão, no momento, desmoralizados, com as finanças estaduais em frangalho, sob o tacão do homem do Bradesco no governo Dilma.

Sucessão presidencial em 2018 coloca como plataforma política principal entre candidatos o



Renan e Levy têm hoje encontro decisivo para traçar novo perfil para o ajuste fiscal, de caráter mais político do que econômico. Renan está sob pressão do Paraná para debater temas mais ousados, como o da dívida pública, principal foco do déficit público. Levy, representante dos banqueiros, no Governo, foge do tema como o diabo da cruz, para não incomodar seus patrões da banca, os responsáveis pela agiotagem fiscal que destruiu finanças do Rio Grande do Sul

A guerra política contra a agiotagem fiscal, maior fonte de deficit público nacional, desconsiderada no ajuste de araque Levy, agita, essa semana, as bancadas do Paraná e do Rio Grande do Sul, no Senado, podendo extrapolar para o resto da Federação afogada em dívidas e juros impagáveis.

O senador tucano Álvaro Dias(PSDB-PR), praticamente, tomou o discurso da esquerda, na terça feira, depois que o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros(PMDB-AL), listou 28 propostas econômicas, acertadas com a equipe do governo, para tentar conduzir, politicamente, o ajuste fiscal, no Legislativo.

O presidente do Congresso desarmou, com a proposta, o golpe do impeachment articulado pelo senador mineiro tucano Aécio Neves, mas está longe de ser solução para a crise econômica.

Puro esparadrapo em ferida em sangramento aberto, incapaz de resolver o problema central do déficit: a dívida pública nacional, que, próxima dos R\$ 4 trilhões, exige o pagamento de juros e amortizações da ordem de R\$ 1,3 trilhão, correspondente a 45,7% do total do Orçamento Geral da União(OGU), estimado para 2015.

Sangria desatada.

Não foi à toa, portanto, que o presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha(PMDB-RJ), considerou puro jogo de espuma a negociação Renan-Levy, sem a participação dele, no ambiente de regime bicameral.

Por que Álvaro Dias tomou o discurso da esquerda, do PT, nesse contexto de endividamento explosivo?

**tema da dívida
pública que se transformou
no principal gargalho ao
desenvolvimento econômico**



Simples: é candidato à Presidência da República em 2018 e sabe que se não encarar a questão econômica central – o endividamento público impagável – não formulará proposta capaz de sensibilizar o eleitorado, prejudicado pela agiotagem fiscal desenfreada.

Dias pediu ao senador Renan mais ousadia, mais agressividade do Legislativo no enfrentamento da dívida, que cresce incontrolavelmente no tropel dos juros selic(14,25%), inviabilizando qualquer projeto de desenvolvimento sustentável.

Trata-se de caminhar para ampla renegociação da dívida pública, tarefa que, de acordo com Dias, deve ser conduzida, politicamente, por Renan.

Incomodada e enciumada com a proposta ousada e surpreendente do Senador Dias, um tucano conservador de direita, de quem não se esperaria algo incômodo aos banqueiros, aos quais a tucanagem sempre se rende, sua colega Senadora Gleisi Hoffmam(PT-PR), na quarta, propôs projeto de lei que determina cobra de 23% sobre os lucros dos bancos.

A economia está no buraco, mas os lucros dos bancos, atuando em regime de oligopólio, não param de crescer.

Por que os petistas não tomaram providências nesse sentido, deixando o PSDB ultrapassá-los?

O fato é que o PT no poder se acomodou politicamente quanto à agiotagem bancária que inviabiliza o desenvolvimento nacional.

Não se vê, na tribuna, posições críticas dos líderes petistas contra o oligopólio da agiotagem que impõe ao Banco Central a sua ordem de manter os juros nas nuvens como arma de combate à inflação, sem que esta se reduza por conta de cada puxada violenta nas taxas.

**sustentável, devido à agiotagem
praticada sobre ela pelos
banqueiros protegidos em**



A reação do Senado ao ajuste fiscal do ministro Joaquim Levy vai, portanto, entrando no caminho de posicionamento nacionalista, que, há tempos, é defendido por outro senador paraneense, o nacionalista radical Roberto Requião, maior opositor da proposta do senador José Serra(PSDB-SP), de entregar, de bandeja, o pré sal às multinacionais do petróleo.

Ou seja, o Paraná vai se configurando no Estado, cuja representação, no Senado, passa a incomodar a bancocracia, protegida, constitucionalmente, pelo artigo 166, § 3º, II, b da Constituição, que proíbe, como cláusula pétrea, contingenciamento dos recursos orçamentários destinados ao pagamento dos serviços da dívida. Prioridade absoluta da política macroeconômica, não contestada pela liderança petista, tal artigo representa a escravidão jurista vigente na vida nacional, desde 1988, ano em que nasceu a Constituição da Nova República.

Enquanto os bancos são protegidos, com cláusula pétrea constitucional, todos os demais setores da economia, que dizem respeito aos interesses fundamentais da sociedade(saúde, educação, transporte, segurança, infraestrutura, saneamento, justiça, agricultura, indústria etc, etc), são, sistematicamente, contingenciados, para fazer caixa a fim de satisfazer os interesses da banca.

Eis porque estados e municípios estão falidos e incapazes de liquidar seus papagaios, no ambiente do ajuste fiscal economicida baixado por Joaquim Levy, que destroi a arrecadação.

Conseqüentemente, pioram, ainda mais, as condições financeiras das unidades federativas.

**seus interesses pela própria
Constituição, evidenciando
seu caráter impopular, contrário
ao interesse público**



Diante desse quadro, o governo do Rio Grande do Sul, por exemplo, decretou calote.

Suspendeu pagamento da dívida ao tesouro nacional, para priorizar os salários dos servidores em atraso.

O governador Sartori desembarcou em Brasília de chapéu na mão para pedir socorro.

Uma humilhação para os gaúchos, orgulhosos de sua autonomia federativa.

O ministro da Fazenda, diante do calote Sartori, suspendeu repasse de recursos federais ao Rio Grande do Sul.

Estrangulamento financeiro nos pampas pelo homem que defende, no governo, os interesses dos banqueiros.

Eis uma bomba atômica política que mexerá com toda a Federação no ambiente de renegociação política do ajuste fiscal que Renan iniciou essa semana com a presidenta Dilma para neutralizar a direita empenhada em levar adiante o impeachment dilmista.

Grandes negociações políticas à vista, porque governadores abriram o bico diante das condições draconianas estabelecidas pelo governo – monitorado pelos credores agiotas – de exigir deles correção de suas dívidas pelo juro selic ou pelo IPCA – o que for menor – mais 4% ao ano, comprometendo, anualmente, no mínimo 13% da receita corrente líquida. A Federação chegou ao limite diante dessa agiotagem fiscal draconiana.

A Dívida Pública do Rio Grande do Sul: Onde tudo começou?

<http://www.sul21.com.br/jornal/a-divida-publica-do-rio-grande-do-sul-onde-tudo-comecou/>

6/ago/2015, 8h03min



Uma das primeiras apólices de dívida pública do RS | Foto: Guilherme Santos/Sul21

Fernanda Canofre

No centro da crise econômica que abala governo e a vida dos gaúchos, oposição e situação concordam sobre a vilã: a dívida pública do Estado. O Rio Grande do Sul é a unidade da federação com maior dívida proporcional no país. Ou seja, aqui, a dívida não só ultrapassa a arrecadação, mas também os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Segundo o [Banco Central](#), a dívida gaúcha passa dos R\$ 51 bilhões. O [último relatório](#) da Secretaria Estadual da Fazenda, atualizado com números do final

de 2014, aponta o valor em R\$ 54.795.035.721,39. Pagando 13% da receita do Estado para a União, todos os meses entregamos R\$ 280 milhões e vemos a dívida crescer a juros de 6%, conforme acordo assinado em 1998 durante o governo de Antônio Britto (PMDB). Mas onde foi que tudo isso começou?

Nesta terça-feira (4), ao voltar do recesso na Assembleia Legislativa, os deputados se revezaram na tribuna tentando [encontrar o culpado](#) pela situação atual das finanças do Estado. As críticas se concentraram nas duas últimas gestões, de Tarso Genro (PT) e José Ivo Sartori (PMDB). A história, no entanto, começou bem antes deles. Como a CPI da Dívida Pública da União, Estados e Municípios na Câmara apontou no seu [relatório final](#), em 2010, quando falamos da dívida pública no Brasil, “não se pode ignorar o contexto histórico e econômico que deu origem” a ela.

É como uma bola de neve que vem se acumulando descida abaixo há mais de 40 anos. O Dividômetro, calculado pela Auditoria Pública Cidadã e atualizado pela última vez em 15 de julho de 2015, aponta que a dívida de Estados e Municípios com a União chega a: R\$ 3.585.829.906.868,44.

1960-1970: Era de financiamentos, era de ditadura



O primeiro governador do RS durante a ditadura, Euclides Triches | Foto: Guilherme Santos/Reprodução Museu Hipólito José da Costa

Os anos de chumbo se fundaram através de financiamento no Brasil. Seis anos depois do golpe, na explosão do “milagre econômico”, os militares encontraram na dívida de títulos o principal meio de financiamento do governo, junto ao capital de terceiros. Os créditos, no entanto, eram contratados sem nenhuma transparência. “Os documentos omitem, na maioria das vezes, o agente credor e as condições dessas operações, como a taxa de juros incidente, as despesas

operacionais, acréscimos e o número de parcelas da amortização”, explica a coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, em [entrevista ao site](#) do Senado.

No Rio Grande do Sul, nossas primeiras apólices de dívida, apareceram um pouco antes. No início dos anos 1950, o governo de Ernesto Dornelles recorreu a empréstimos para financiar obras de estradas. Seu sucessor, Leonel Brizola, criou títulos de baixo valor para financiar a construção das brizoletas – as escolas de madeira espalhadas pelo interior do Estado, no seu projeto de erradicação do analfabetismo. Porém, a dívida dessa época se manteve abaixo do valor arrecadado pelo Estado.

“Ocorre que até 1964, as operações de crédito não eram corrigidas e pesavam pouco sobre as finanças estaduais. O dinheiro arrecadado com impostos superava o valor dos papéis e, assim, não havia desequilíbrio no caixa”, explica Rachel Duarte em um texto publicado em seu [blog no Sul21](#). “Mas a Ditadura Militar, na onda do ‘milagre econômico’, afrouxou as restrições ao endividamento e estimulou os estados a buscarem empréstimos externos”. Foi aí, com o governo de Euclides Triches e a emissão de títulos públicos com correção monetária, que a dívida gaúcha passou a aumentar graças a um novo acompanhamento: os juros. No governo Triches a variação da dívida chegaria a 194.4%.

A instalação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), do governo de Castelo Branco, e a reforma tributária trazida por ele também deixaram estados ainda mais dependentes de outras formas de financiamento. No RS, o governo do Estado passou a usar a emissão de títulos como meio de rolagem para a dívida, chegando a 7% da arrecadação em 1967.

Para Luiz Augusto Faria, economista da Fundação de Economia e Estatística (FEE) e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é nesse momento que está a gênese da dívida pública gaúcha. “Na década de 70, diminui a arrecadação e há aumento dos gastos, por ser uma época de crescimento”. Ou seja, é neste período, que o governo passa a administrar com desequilíbrio no orçamento, o chamado déficit público. O RS fecha a década com média de inflação de 2,3% ao mês, investimentos públicos ocupando cerca de 30% da dívida e déficit público de 6%.



Foto: Guilherme Santos/Reprodução Museu Hipólito José da Costa

1980: A década perdida

A década de 1980 é chamada por muitos de “[década perdida](#)” na América Latina. Se por um lado, democracia e movimentos sociais floresceram no fim de ditaduras, para a economia o quadro foi de devastação. Num cenário de hiperinflação e estagnação econômica, o Brasil chegou a ter 4 moedas

naqueles dez anos: cruzeiro, cruzado, cruzado novo e cruzeiro novamente, em 1990.

No Rio Grande do Sul, não foi diferente. De 1979 a 1989, a dívida pública do Estado cresceu cerca de quatro vezes – passou de 4,3% para 17,2%. “A gente tem queda do crescimento, conseqüentemente uma queda da arrecadação. Isso fez a dívida continuar aumentando. Nesse período também começa a avolumar a Previdência, antes os funcionários eram jovens e esse problema não existia”, afirma Luiz Augusto Faria.

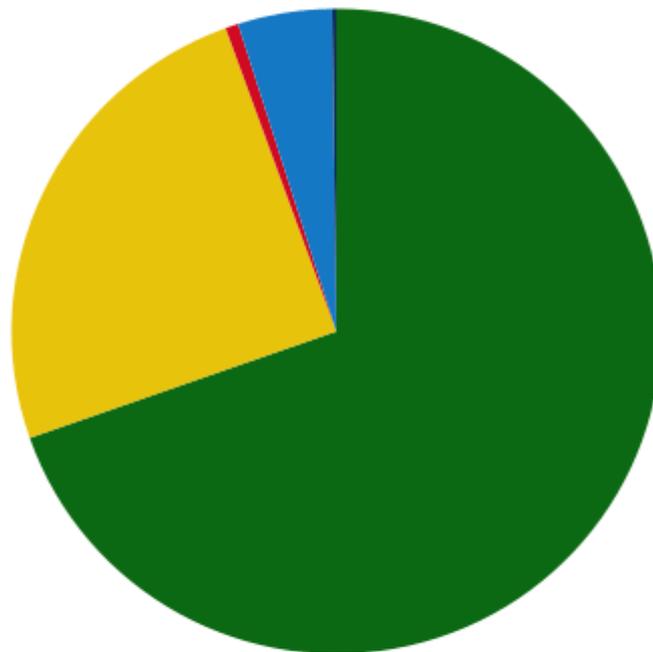
Em 1983, o Banco Central aplica uma resolução que impõe teto para operações de crédito realizadas com setor público prevendo sanções a quem desrespeitasse a regra. Isso aumentou o controle do governo federal sobre o nível de endividamento dos estados. É neste ano que começam as primeiras tentativas de renegociação entre a União e os Estados. As dívidas adquiridas pelo Rio Grande do Sul através do acordo deste período, só foram quitadas 25 anos depois, durante o governo de Yeda Crusius (PSDB). Com a redução para as operações de crédito, o governo de Pedro Simon (PMDB) opta por tirar dinheiro de investimentos no âmbito social para suportar a dívida.

“Eu fiquei dois anos no governo, não quis ficar mais porque a gente tinha preparado um plano técnico muito ambicioso para o governo e vi que aquele plano não iria a diante”, conta Cláudio Accurso, que ocupou a cadeira de secretário de Planejamento de Simon. A gestão do peemedebista ainda teve de suportar outro golpe: a isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) para exportações e importações de produtos primários, imposta pelo governo federal. “Para o Estado foi ruim porque diminuía os recursos que a gente imaginava que ia ter. Mas era uma tentativa de estímulo à economia”.

Paulo Garselaz, em um trabalho publicado na UFRGS – [**Dívida Pública: Uma abordagem teórica, um relato histórico e o caso do Rio Grande do Sul**](#) – aponta que com as rolagens consumindo quase todas as receitas da emissão de títulos e o crédito externo praticamente inacessível, o único caminho foi da dívida flutuante com altas taxas de juros e prazos reduzidos. “A relação Dívida Total/Receita Corrente Líquida, que no início da década era de 75,28% elevou-se gradativamente, até alcançar, no final da década, o índice de 356,52%, marca jamais alcançada até então”, escreve ele.

A Constituição de 1988 tentou aumentar a arrecadação incluindo serviços ao ICM, que passou a ser ICMS. “Não adiantou nada, porque a despesa continuou crescendo”, diz Faria.

OS GOVERNOS E A DÍVIDA



● Militares (Arena) ● PMDB ● PT ● PDT ● PSDB

Porcentagem de variação da dívida de acordo com partidos no governo.

Create infographics

infogr.am

1990: Anos de renegociação e acordo

Nos anos 1990, a situação que já era de crise se agrava ainda mais. Em 1991, como [lembra Rachel Duarte](#), na tentativa de frear o crescente endividamento dos estados, o Congresso Nacional estabeleceu que os saldos devedores deveriam ser refinanciados com os agentes financeiros. Na prática isso significou que governos deveriam tomar novos empréstimos junto a seus

credores que cobrissem os anteriores. O governo federal proibiu ainda a emissão de novos títulos, o que desvalorizou aqueles já existentes e colocou os estados de vez nas mãos da política econômica da União.



Foto: Guilherme Santos/Reprodução Museu Hipólito José da Costa

Para o economista Darcy Santos, o acúmulo de anos em déficit primário, na média de 15% da receita corrente líquida estourou neste ponto. “Toda a década de 1990 os juros foram muito altos. O governo federal afrouxava os controles de desligamento. Resumindo: déficit primário, afrouxamento dos controles e juros altos. Isso explica até 1998 [o aumento da dívida]”, afirma. No entanto, até aqui, a inflação ajudava a mascarar os efeitos da dívida.

“Com a inflação, o governo conseguia encontrar financiamentos de mecanismo inflacionário: atrasava pagamentos de funcionários, dava um reajuste um pouco abaixo, conseguia empurrar com a barriga a situação fiscal”, explica o economista e ex-presidente da FEE, Adalmir Marquetti.

Em 1994, a criação do Plano Real elevou os juros ainda mais, como medida do governo para controlar a inflação e segurar a taxa de câmbio. As dívidas públicas chegaram a aumentar em até duas vezes, sem que governos assumissem novos empréstimos, os juros colocaram estados no prego. Isso é confirmado no relatório da CPI da Dívida Pública, da Câmara dos Deputados, que afirma: “O comportamento das dívidas estaduais, antes de sua assunção pelo governo federal, foi afetado de maneira decisiva pela política de juros reais elevados implantada após o Plano Real e tornou inevitável um novo programa de refinanciamento, desta vez em caráter definitivo”.

No Rio Grande do Sul, o governo de Antônio Britto (PMDB) se financiava quase inteiramente no setor privado, onde as taxas eram ainda mais elevadas, segundo o economista Adalmir Marquetti. “Tinha um governo querendo fazer uma série de coisas e mesmo privatizando a dívida aumentou bastante”, explica ele. “Outro problema é que o governo Britto, em 1995, deu um aumento salário bastante elevado aos servidores. Deu aumento a partir de uma expectativa inflacionária que não se confirmou: a inflação foi muito mais baixa do que pensavam”. Sem que o Estado conseguisse bancar parte dos aumentos, os funcionários entraram na Justiça, com processos sendo cobrados até hoje pela chamada Lei Britto.

A situação era insustentável quando o governo federal de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) chegou com a “salvação”: o Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados. Um programa de federalização da dívida, conhecido como Acordo de 1998. Através dele, a União adquiria a dívida mobiliária – títulos – dos estados por um contrato único, com juros de 6% ao ano a serem corrigidos através da tabela de IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna). O contrato vinha com mais condições. “Vários governos estaduais no processo de renegociação, se comprometeram a fazer determinadas privatizações. A renegociação envolveu outras questões que implicaram a redução do papel do Estado na economia”, explica Marquetti.

CONTAS PÚBLICAS

Estado negocia fundo para financiar dívida

O débito mobiliário do Rio Grande do Sul aumenta US\$ 5 milhões a cada dia e compromete o orçamento gaúcho

MARIA ISABEL HAMMERS

A principal negociação do governo gaúcho com a União no momento é uma lei a formação de um fundo de financiamento para a dívida mobiliária, débito formado por títulos públicos que o Estado oferece ao mercado para captar dinheiro e financiar seus deficits. Com a redução da dívida mobiliária pública, cujo valor é de R\$ 4,2 bilhões, o orçamento do governo foi de R\$ 12 milhões no mês passado. Com esse R\$ 12 milhões, o Executivo poderia, por exemplo, em contraponto uma cota de 30 quilômetros. A dívida em títulos tem crescido 135,5 milhões por dia, em consequência das altas taxas de juros. "Quanto ocorrer uma fórmula que possibilite a formação do fundo e nos libere da busca anual de recursos no mercado privado", anunciou o governador Américo Britto.

A proposta, já apresentada e no momento em estudo pela autoridade coordenadora do governo federal, também tem o apoio do governo de Minas Gerais. Ainda não há um prazo para que a negociação com o Executivo federal seja concluída. Britto, a dívida de R\$ 4,2 bilhões não é incompatível com a receita do Tesouro gaúcho, próximo em R\$ 4,9 bilhões, mas anualmente as operações de crédito "Grave mesmo é o fato de precisarmos buscar dinheiro para pagar a dívida no mercado a cada 90 dias", ressaltou.

Esse fundo de cada Estado seria liberado pela União para a obtenção de recursos externos, porque as taxas de juros internacionais são bem menores do que as cobradas pelo mercado financeiro nacional, classificadas de "perigosas" por Britto. Em média, a redução seria de uma taxa de 25% a 28% ao ano para entre 6% e 10%. Para atingir o objetivo estabelecido, o governo do Estado garantiria

a composição de outros títulos no futuro. Uma das propostas seria a "concessão" de ações de companhias estatais dos Estados, com bons valores no mercado.

Se o governo não tivesse conseguido a federalização da dívida mobiliária, em março deste ano, o desembolso do Estado seria ainda maior. A federalização é a troca de títulos estaduais por títulos federais e, com a medida, também o governo deve a dívida mobiliária fônica R\$ 12 milhões mais, tornando o investimento cada no momento.

A redução da dívida em títulos consumiu R\$ 12 milhões em julho, agravando a situação do Tesouro do Estado

O investimento médio mensal do governo é de 1.550 milhões, com prioridade para a construção de estradas e projetos na área de saúde e de educação. O mês de julho, porém, foi "atípico", pois o governo conseguiu liberar um total de R\$ 24,3 milhões para diversas obras em andamento no Rio Grande do Sul, explicou o governador. Mas a situação é muito grave. Computados todos os gastos com o serviço da dívida total da mobilidade, mais o global de R\$ 8 bilhões, o desembolso é maior do que o feito com o crédito de toda a rede pública e os investimentos prioritários ao desenvolvimento do Estado.

No mês passado, o serviço da dívida consumiu R\$ 64,5 milhões da receita gaúcha que ficou em R\$ 31,8 milhões, incluindo as transferências recebidas da União. Com o pagamento de mais 322 mil municípios, o governo do Rio Grande do Sul tem consumido, em média, 83% de sua receita a cada mês.



Américo Britto estuda uma fórmula para livrar o governo do busca de recursos no mercado

Britto divulga saldo da campanha

Embora não consegue criar o fundo de financiamento para a dívida mobiliária gaúcha, com o objetivo de diminuir a sangria de recursos do Tesouro, o governador lançou a adoção de medidas para aumentar a receita. A campanha Pagar, Querir Nota, uma das principais armas do Executivo para contribuir a arrecadação, será reforçada hoje, com a assinatura de um convênio entre o governo e os municípios gaúchos. O objetivo da campanha, lançada em maio, é ampliar a arrecadação em cerca de R\$ 300 milhões até o final do ano, o equivalente a uma nova receita mensal. Até o momento, afirmou o governador Américo Britto, foi constatado um aumento médio de R\$ 13 milhões e R\$ 18 milhões, como resultado do convênio.

O ato de hoje será a implementação do Plano Básico de Ações de Mútua Colaboração — Projeto Parceria entre a Secretaria da Fazenda e a Federação das Associações de Municípios do Estado (Famam). Dos 427 municípios gaúchos, 417 assinaram o termo de adesão ao programa

para contribuir a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O Projeto Parceria vai incentivar as atividades de interesse comum, avaliar resultados e disciplinar a participação das cidades no crescimento da arrecadação por meio do ICMS. Participarão também voluntários no âmbito à arrecadação, integrados por 800 agentes municipais, treinados pela Fazenda. As melhorias receberão, além da cota constitucional de 2% do ICMS, recursos originários de aumento de receita.

Uma segunda etapa da campanha Pagar, Querir Nota será lançada até o final do mês a "parte mais popular" do programa, com o título o governador, pois envolve o cidadão e a arrecadação, da área de saúde. Paralelamente com a entrega de notas fiscais, o cidadão terá com a conscientização, tanto direta a relação do cidadão. "Não tenho dúvida de que, em conjunto, as dificuldades serão superadas", disse Britto.

A DÍVIDA GAÚCHA

Os valores que preocupam o governo

Dívida global	R\$ 8 bilhões
Dívida mobiliária	R\$ 4,2 bilhões
Desembolso de julho com a dívida	R\$ 64,5 milhões
Desembolso mensal com a dívida mobiliária	R\$ 12 milhões

Fonte: Governo do Estado

Foto: Guilherme Santos/Reprodução Museu Hipólito José da Costa

Aqui, outras medidas acompanharam a renegociação assinada por Britto. O Programa de Demissões Voluntárias (PDV), por exemplo, foi implementado para diminuir a folha de pagamento do funcionalismo público. E as privatizações. "Vem a solução mágica das privatizações para resolver o problema e a dívida continuou crescendo. Cresceu muito no governo Britto porque é o período que caiu a inflação, caiu a receita. Como ele resolveu usar o dinheiro das privatizações em outras coisas — os incentivos fiscais da Ford e da GM vieram do dinheiro ganho com a CRT — a dívida foi aumentando", conta Faria.

Marquetti afirma que a renegociação deixou o Estado "administrável". "No momento ela foi importante, porque permitiu estabilizar a relação dívida-PIB. Naquele período deveria ser feito um acordo. A gente pode criticar os termos", diz ele.

A situação mudou apenas um ano depois da assinatura do acordo: o IGP-DI, que no contrato era indexador da dívida, se descolou e seguiu aumentando, enquanto as taxa de juros baixaram. "Foi concedida uma alternativa para os

estados, mas isso deixou um saldo por fora. Os resíduos [porcentagem da dívida que Estado não conseguia pagar] ficaram muito grandes e receberam de novo correção monetária e juros”, avalia Darcy Santos. “Ficava uma parcela de resíduos, esse resíduo ia para o saldo devedor, recebia de novo juros e reajuste pelo IGP-DI, que cresceu 38% da inflação. É por isso que se paga, se paga e não acaba nunca de pagar”, diz Santos.

O tema de uma nova renegociação ressurgiu. “Todo contrato tem que prever uma cláusula de equilíbrio econômico. Esse foi o problema”, defende o economista.

2000: A dívida cobra juros

Apesar de estabilizar a dívida, o acordo de 1998 significou corte de investimentos em áreas como saúde, educação e segurança. Quando Olívio Dutra (PT) assumiu o governo, o RS ainda tinha uma parte do acordo por cumprir: a venda do banco do Estado, o Banrisul. Como o governo decidiu não seguir com a privatização, foi submetido a multa pesada pelo governo federal: “Acima dos 15,4% que já estávamos pagando”, lembrou Olívio Dutra [em entrevista](#).

O governador passou então para a negociação com o Judiciário. “Fomos renegociar com o judiciário. Conseguimos unir os governadores de outros estados no Palácio Piratini e debatemos com o Ministério da Fazenda”, conta Olívio. O petista conseguiu manter o Banrisul e ainda reduziu a receita que era destinada para pagamento da dívida de 15,4% para 12,5%.

Governo gaúcho pode voltar ao Supremo

Olívio discute ação judicial com o STF



Governador tem encontro com o ministro Celso de Mello

O governador Olívio Dutra visita hoje, às 18h, o presidente do STF, Celso de Mello. Ele vai conversar sobre a ação judicial que tramita na corte e que, por intermédio de liminar, permitiu, no dia 15, o caucionamento, em juízo, de R\$ 31,2 milhões dos R\$ 57 milhões que devem ser pagos pelo Estado por conta da dívida com o governo federal.

estaria "inadimplente", provocando a suspensão por 60 dias da liberação de US\$ 322 milhões em financiamentos do Bird e BID.

Posse

Além de Flávio Koutzii e do governador, estará presente o procurador-geral do Estado, Paulo Torelly. Antes do

gociada pela administração passada (da ordem de R\$ 10 bilhões), pois o Estado vem sustentando que não tem condições de gastar cerca de R\$ 850 milhões com pagamentos à União este ano.

Antes disso, porém, o governo tem esperança de que o presidente Fernando Henrique Cardoso dê uma resposta po-

Foto: Guilherme Santos/Reprodução Museu Hipólito José da Costa

Quatro anos depois de Olívio sair do governo, Yeda Crusius (PSDB) se elegeu com a pauta de chegar ao "déficit zero" da dívida, o que de fato aconteceu. No segundo ano de seu mandato, no entanto, estourou a crise econômica mundial de 2008 e a meta foi abandonada.

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), sobre o acordo de 1998 dez anos depois, afirma que os estados do acordo que não

promoveram ajuste fiscal, se tornaram reféns da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e do governo federal. O estudo aponta o Rio Grande do Sul como caso, afirmando que tem se mostrado “incapacidade de implantar administrações efetivas e eficientes”. “O Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, possui um elevado índice de autonomia fiscal, mas se mantém preso às limitações fiscais impostas pela LRF. É um caso típico de estado que não implantou um Programa de Ajuste Fiscal bem-sucedido e que sobrevive nos últimos 12 anos em crise financeira latente”, diz o [documento](#).

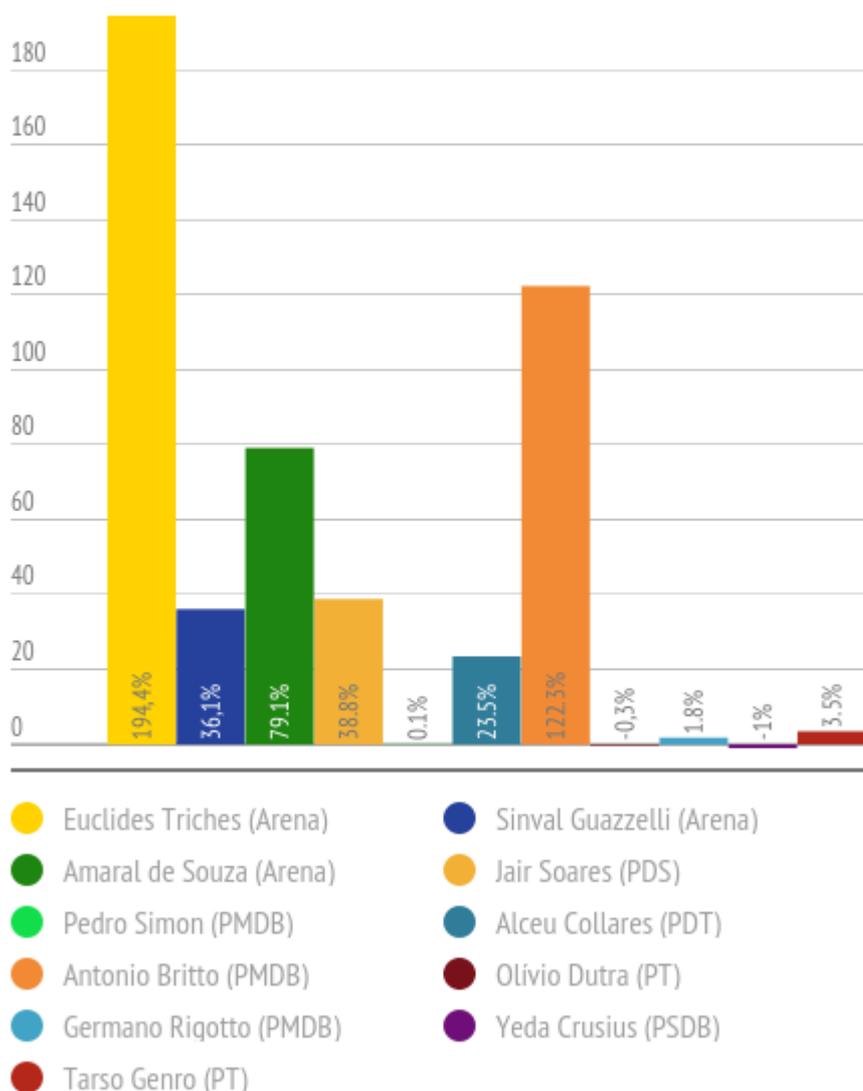
No ano passado, governadores e prefeitos, entre eles o então governador Tarso Genro (PT), conseguiram que o governo federal aceitasse renegociar a dívida. A proposta aprovada troca o IGP-DI, como indexador, para taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) ou IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), o que se mantiver menor no período, e baixa os juros de 6¢ para 4% ao ano. Na prática, isso permite que o Estado tenha crédito no mercado para novos empréstimos. Resta a renegociação ser reconhecida pelo Ministério da Fazenda.

Os prefeitos Eduardo Paes (PMDB) e Fernando Haddad (PT), respectivamente de Rio de Janeiro e São Paulo, entraram com processos na Justiça contra a União exigindo que seja reconhecido nova correção para contas dos municípios.

“Essa dívida é um acúmulo de déficits, aí começa toda a questão. Como é que a gente vai gastar mais do que recebe? Vai se endividando”, afirma Cláudio Accurso destacando que é difícil manejar 40 anos de déficits orçamentários. “O ideal seria regredir essa negociação até a assinatura do contrato. Mas o governo federal não vai aceitar, senão os outros estados que já pagaram vão querer algum outro favor”, coloca Darcy Santos.

Para Adalmir Marquetti, enquanto o Estado não tratar de questões estruturais, todo o resto será “perfumaria”. “Eu tenho que buscar um mecanismo para resolver o problema da dívida junto ao governo federal e encontrar alguma forma de resolver o problema do pagamento de aposentadorias de funcionários públicos. Sem resolver essas questões, todas as outras questões serão perfumarias. Porque a gente precisa de R\$ 10 bilhões por ano para fazer frente a esses pagamentos”, diz ele. “Se o governo resolve tocar alguma privatização que renda R\$ 20 bilhões, esse valor seria suficiente para apenas dois anos e depois a situação voltaria a ficar ruim. Pior”.

Governos e Variação da Dívida



Create infographics

infogr.am



Luiz Carlos Zandoni disse:

6 de agosto de 2015 às 9:58

está na hora de enfrentar o mundo sistema financeiro. o Mujica fez isso e o mundo não acabou. Intervenção é jogo midiático. Prisão do governador é espetáculo circense.

Não leva a nada. Desgasta e nada produz. Temos que parar e repensar essa situação. Não interessa mais se foi o Amaral, o Simon, o João, o Manoel ou sei lá quem o responsável para estarmos pagando o que se paga para os bancos. É hora de escolher. Ou quebra os bancos ou para o estado e, por coerência, o país.

1.  *Alexandre Lobo* disse:

6 de agosto de 2015 às 10:41

E vocês querendo o Cunha pra presidente?

2.  *Pagador de Impostos* disse:

6 de agosto de 2015 às 11:22

Ué, se o PT também sabia que a dívida era enorme porque o Tarso criou novos gastos e deu, DEPOIS DE TER PERDIDO A ELEIÇÃO, um aumento bem acima da inflação para os servidores?

Seria populismo?

Seria burrice?

Seria mau-caratismo?

Enquanto isso, pau no gringo!!!

3.  *Augusto Sousa* disse:

6 de agosto de 2015 às 12:21

Seguindo o embalo do governo federal, o Estado também caiu na armadilha:

“O Socialismo dura até acabar o dinheiro dos outros”. (Margaret Thatcher)

“Criminoso matou, e depois foi chorar no enterro da própria vítima”. Este é um brocardo popular antigo, mas bastante moderno para definir alguns padrões comportamentais diante do quadro das contas públicas no Rio Grande do Sul. Lembro quando a ex-Governadora Yeda Crusius (PSDB, 2007-2010) disse que ‘a pior coisa que pode acontecer ao Rio Grande é o déficit’, orgulhando-se por ter equilibrado as contas públicas, e ter entregue ao sucessor Tarso Genro (PT) uma situação contábil muito mais tranquila do que encontrou, conhecida nos jargões de economia como ‘déficit zero’. Tarso, ao assumir seu mandato em 2011, desdenhou por completo a fala da ex-governadora, afirmando que déficit zero era uma ‘falácia neoliberal’, criando, assim, 500 novos cargos em comissão para demonstrar a solidez do seu discurso e conseguindo com o secretário Nacional do Tesouro na época, Arno Augustin (PT), a chamada ‘flexibilização das metas fiscais’, episódio que autorizou o então Governador a aumentar o endividamento do nosso Estado. Não precisamos ter qualquer talento profético para supor o que aconteceria a partir desse fato; a dívida pública, no período de 2011 a 2014, cresceu 9,8 Bilhões, somada à impossibilidade de o governo estadual contrair novos empréstimos. E não foi “apenas” isso. Tivemos outros gastos irrefletidos ao longo dos últimos quatro anos: concursos públicos sem qualquer previsão orçamentária; saques de 5,5 bilhões nos depósitos judiciais; aumentos salariais populistas para os segmentos mais obedientes do funcionalismo público; etc. Tudo isso apoiado por setores classistas (CUT, CPERS, SINDSEPE, e outros sindicatos) que, em posição genuflexória, batiam palmas para a irresponsabilidade e descontrole com dinheiro público. As mesmas entidades que, agora, culpam o atual Governador José Ivo Sartori por ter anunciado um parcelamento salarial para o funcionalismo do estado.

4.  *Lucas Firmino* disse:

6 de agosto de 2015 às 13:33

É isso que é matéria!!!! Mostra por quem estamos sendo roubados! Vou contribuir.....

Aumento brutal do estoque da dívida do Estado. Documento público referente à 2016 – 2019 Plano Plurianual – Fonte: SEPLAN/RS – plppa 2016- 2019 PÁG. 66 e ver a pág 70

Lá mostrará Collares antecessor com dívidas 1994 – 22.593milhoes. Britto em 1998 passou a dívida em 50.222 milhões

Além de vender o estado, Britto aumentou a dívida do estado! Como pode! Parabéns! A autora!!!

Lucas

5.  *Fernando* disse:
6 de agosto de 2015 às 16:12

Augusto Souza: Se o Socialismo dura até acabar o dinheiro dos outros, o capitalismo dura para sempre pois o Estado sempre tem que socorrer o sistema quando a banca quebra ou financiando a economia. Isto é socialismo seletivo...@

Além disso, os ingleses foram os EUA do século XIX. FdP como a Alemanha hoje....

6.  *alexandre lobo* disse:
6 de agosto de 2015 às 16:32

Olívio, por exemplo, pegou o Estado do Britinho- seguidor da rainha do neoliberalismo -que ampliou a dívida do Estado, mesmo doando estatais, e nem por isso penalizou o funcionalismo público. Ao contrário, o Estado é gerador de renda e economia, o funcionalismo compra, consome, faz a economia girar. É isso que o Tarso está falando e é por isso que o Çarthory, dessa forma, vai estrangular o Estado. Acho que nem desenhando adianta.

7.  *dejalme andreoli* disse:
11 de agosto de 2015 às 10:08

Esta é a matéria que deveria ser amplamente divulgada pela mídia em geral. E porque não o fazem? Preferem jogar a culpa no governo anterior: Tasso Genro

8.  *Fabiano* disse:
12 de agosto de 2015 às 10:43

Querendo ou não o governo do PT de Tarso Genro destruiu o equilíbrio alcançado pelo de Yedda, contraindo novas dívidas e esbanjando dinheiro com cargos de confiança, e terminou seu mandato fodendo com as contas públicas, para justamente entregar a situação já quase sem solução ao seu sucessor. O gringo até agora só tomou no cu, e o pior, por negligência do PT.

9.  *Volmir Martins* disse:
12 de agosto de 2015 às 21:09

Não entendo como não pode mais interessar de quem é a culpa, fica muito fácil culpar as administrações petistas.

A história deveria se como uma "lâmpada para os nossos pés", vejo que temos que analisar os fatos de uma maneira coerente, afim de que, possamos virar os problemas sem cometer calúnias aos que diminuíram a dívida do estado sem vender um parafuso se quer.

10.  *Paulo* disse:
13 de agosto de 2015 às 8:19

E quanto aos impostos que não retornam? Quarenta e sete bilhões em impostos que não retornaram somente em 2014. Somente 22% dos impostos pagos a União retornam ao Estado. A dívida já foi paga muitas vezes somente com dinheiro que nós é roubado com impostos federais.

11.  *Augusto Sousa* disse:
13 de agosto de 2015 às 16:07

É humilhante a forma como está se dando a passagem de José Ivo Sartori por Brasília, onde busca formas de convencer a União a estender a mão ao Rio Grande do Sul, que vive o

apogeu de sua crise fiscal. Valendo-se das poucas ferramentas que dispõe, o Governador decidiu por terminar de pagar o vencimento do funcionalismo com recursos que seriam para quitar a parcela da dívida com a União. Em virtude da medida, o Tesouro anunciou o sequestro dos depósitos em caixa do Estado. A ação deve valer até que se chegue a R\$ 265 milhões, valor da prestação em débito.

Parece não haver boa vontade do Governo Federal ao relação ao RS.

Causa estranheza a atitude do governo federal, levando em consideração a política externa extremamente generosa praticada nos últimos anos. Ditadores dos mais variados quadrantes do planeta, incluindo a América Latina, a África e a Ásia, foram contemplados com perdões de suas dívidas com o Brasil. Por quê dentro de casa a União não demonstra tal generosidade?

12.  Augusto Sousa disse:

13 de agosto de 2015 às 16:10

Após o governador José Ivo Sartori (PMDB) ter decidido pagar os salários dos servidores públicos, utilizando recursos que estavam destinados ao pagamento de dívidas federais, o governo da Presidente Dilma Rousseff (PT) acaba de bloquear as contas do estado. Com isso, Sartori fica impedido de pagar toda e qualquer conta. Isso inclui os salários dos servidores no próximo mês.

Causa estranheza a atitude do governo federal, levando em consideração a política externa extremamente generosa praticada nos últimos anos. Ditadores dos mais variados quadrantes do planeta, incluindo a América Latina, a África e a Ásia, foram contemplados com perdões de suas dívidas com o Brasil. Por quê dentro de casa a União não demonstra tal generosidade?

Porque a renegociação da dívida de Tarso é melhor do que a de Britto

Posted on [6 de November de 2014](#) by [Rachel Duarte](#)

<http://rachelduarte.sul21.com.br/tag/divida-publica/>



Governador Tarso Genro acompanha do prefeito de SP, Fernando Haddad e a base gaúcha do Congresso Nacional./ Foto: Caroline Bichocchi

A aprovação do projeto de lei que muda o indexador da dívida dos estados com a União, nesta quarta-feira (05), terá um impacto fundamental na sobrevivência dos estados, em especial o Rio Grande do Sul. Muito se falou, distorceu, informou e desinformou sobre este tema no período eleitoral. Portanto, na contramão dos formadores de opinião mais pessimistas que tanto boicotaram os movimentos de renegociação costurados por Tarso Genro, segue aqui uma contribuição sobre a importância deste feito histórico ocorrido ontem no nosso país.

Atualmente a dívida pública estadual está estimada em R\$ 50 bilhões, e o principal componente é constituído pelo contrato de renegociação da dívida com a União (de 1998), que representa hoje 89,7% da dívida fundada da Administração Direta. O endividamento do RS hoje representa 20% do seu PIB.

A correção da dívida segue o índice de 6% mais o IGPDI, fruto da federalização de 1998, feita por Britto e FHC. Isto significa hoje que 13% do orçamento do estadual é para o pagamento da dívida.

Mesmo tendo comemorado em 2013 um crescimento estimado de 6% do PIB, acima da média nacional, o governo Tarso teve que enfrentar uma nova renegociação da dívida, sob pena de entrar numa situação financeira insustentável.

O caminho escolhido foi o do diálogo com o governo federal e com o Congresso Nacional para mudar o índice do IGP-DI pelo IPCA e reduzir a taxa de juros de 6% para 4% ao ano. A Lei Complementar nº 238/2012 foi aprovada com acordo da base e da oposição governista no Congresso agora aguarda a sanção da presidenta Dilma Rousseff.

Acredita-se que dívida do RS junto à União seguirá para um fim em 2028, mas com forte alteração dos critérios de cálculo e de pagamento, o Estado já poderá investir R\$ 3 bilhões a partir de 2015.

Economistas avaliam projeto aprovado

O projeto apresentado pelo governador Tarso Genro para renegociar a dívida pública é positivo, na avaliação do economista da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Flávio Figenspan, pois propõem condições mais civilizadas de repor a capacidade de pagá-la em longo prazo. “A renegociação feita pelo Britto (IGP), combinava taxa de juros mais taxa de inflação e dava juro muito alto. Agora foi proposta uma taxa de juros descente que tornará pagável a dívida daqui vários anos. Se não fosse assim, se pagaria sempre parcelas maior que o orçamento que o governo tem”, diz.

Na avaliação do economista da FEEE, Róber Avila, foi um ato jurídico perfeito. “O projeto de Tarso (IPCA) é juro real corrigido acima da inflação. O que isso significa na prática para o RS: se o estado tiver maior recurso, permite que ele invista além das áreas

essenciais (saúde, segurança e educação). É aí que está a diferença entre o que fizeram até agora os governos anteriores”, argumenta.

O futuro do estado



Outdoor em protesto ao modelo de gestão da ex-governadora Yeda Crusius (PSDB)./ Foto: Emílio Pedroso

O futuro do estado a partir de agora, caso Dilma sancione a lei de renegociação da dívida, ficará ao sabor do governador eleito José Ivo Sartori. Como ele representa um partido alinhado com uma postura ideológica que historicamente administra o estado na lógica do “quanto mais enxuto melhor”, podemos ter um revés nas finanças do estado ao invés de um desafogo da dívida em médio prazo. Com o estado mínimo, é facilitada a concentração de riquezas e a governabilidade fica pró-ricos e os trabalhadores nunca se igualam aos empresários. A utilização da maior capacidade financeira para promover investimentos em áreas essenciais e políticas de inclusão social, como fez Tarso Genro me parece que seria a forma mais correta de não onerar o caixa estadual.

As futuras escolhas de Sartori podem comprometer a renegociação aprovada hoje. Ampliar a capacidade financeira do estado e buscar alternativas de empréstimos como fez Tarso seria o ideal, mas, se seguir a linha Yeda Crusius e Britto cortando salários e gastos públicos ao limite, será o novo déficit zero e a troca de uma dívida cara por outra mais barata.

Vamos aguardar pra ver.

Saiba mais sobre a origem da dívida do RS:

A HISTÓRIA DA DÍVIDA

Capítulo I

A Origem

O Rio Grande do Sul ainda era Província de São Pedro quando surgiram as primeiras apólices de dívida em nome do Estado gaúcho.



No século XX, dois grandes planos de obras para a construção de estradas aumentaram a necessidade de empréstimos para financiar investimentos. O primeiro ocorreu no governo Ernesto Dornelles (1951-1955) e o segundo, na gestão de Leonel Brizola (1959-1963).

Brizola chegou a criar títulos de pequeno valor para vender e financiar a construção de escolas. As famosas 'brizoletas' viraram moeda paralela.



Ocorre que até 1964, as operações de crédito não eram corrigidas e pesavam pouco sobre as finanças estaduais. O dinheiro arrecadado com impostos superava o valor dos papéis e, assim, não havia desequilíbrio na caixa.

Mas a Ditadura Militar, na onda do "milagre econômico", afrouxou as restrições ao endividamento e estimulou os estados a buscarem empréstimos externos.



No Rio Grande do Sul, o governador Euclides Triches, da Arena - partido de sustentação do regime - emitiu, pela primeira vez, títulos públicos com correção monetária, o que significa que a dívida começou a aumentar independentemente de novos empréstimos nos anos 70.

Ela começou a ter juros.

Foi o início da bola de neve. Se antes da ditadura, a arrecadação do Estado era maior que a dívida, essa relação começou a se fragilizar e todos os governos seguintes aumentaram o comprometimento da receita líquida do Estado para o pagamento do débito.

Evolução dívida/receita líquida

Euclides Triches (1970-1974)Synval Guazelli (1975-1978)Amaral de Souza (1979-1983)Jair Soares (1983 - 1986)Pedro Simon (1987-1990)Alceu Collares (1991- 1994)0102030405060708054%81%37%39%7%15,5%

Reportagem: Rachel Duarte; Fotografia: Guilherme Santos; Pesquisa fotográfica: Guilherme Santos e Claudio Fachel; Edição: Naira Hofmeister

Fontes consultadas:

Evolução da dívida pública da Administração Direta do Estado do RS - 1970-98 (Darcy Francisco Carvalho dos Santos e Roberto Balau Calazans). Disponível em http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/vpremio/divida/2afdpVPTN/SANTOS_CALAZANS.pdf

Gênese e evolução da dívida pública (Elis Renner Bandeira e Tatiana Rodríguez). Disponível em <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405237eeg-mesa2-geneseevolucaodivida.pdf>

Jornal Zero Hora: Como se originou a dívida pública do RS (Juliana Bublitz). Disponível em <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/08/como-se-originou-a-divida-publica-do-rs-4229815.html>

26 .A Dívida Elimina a Autonomia do RS

Josué Martins-presidente do CEAPE, na ZH

13 de Ago - <http://www.auditoriacidada.org.br/a-divida-elimina-a-autonomia-do-rs/>

Os auditores externos do TCE/RS afirmaram em relatório de 1999, um ano após a assinatura do contrato da dívida do Estado com a União, que o mesmo é prejudicial aos interesses do Estado. Primeiro, porque fere a nossa autonomia administrativa e financeira e, segundo, porque ele significa gastar mais com a dívida.

Um ano depois de assinado, já se sabia que o contrato não resolveria nosso problema financeiro.

A União intervém em nossas finanças através do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, cujo mote central é a austeridade fiscal. Ele significa diminuir drasticamente a presença do Estado na economia. E está sendo aplicado pelo atual governo. Como resultado desse programa, o investimento público em 2014 foi de apenas 73% daquilo que aplicamos em 2000. E esse não foi o pior ano da série. Em 2015 os dados devem ser piores.

Quanto ao aumento do gasto com a dívida, a Secretaria da Fazenda RS revela que nos anos anteriores ao contrato (1991/1997) gastamos em média 8% da nossa receita. Depois do contrato, passamos a gastar o dobro!

Vamos aos números: tomamos em 1998, em valores atualizados pelo IPCA (índice do IBGE que mede a inflação), R\$ 26,9 bilhões, já pagamos R\$ 29,7 bilhões e ainda devíamos em final de 2014 R\$ 47,1 bilhões (dados do fiscal de tributos João Pedro Casarotto).

Ou seja, já tínhamos pago R\$ 2,8 bilhões a mais do que o valor emprestado e estamos devendo 1,75 vezes esse mesmo valor. O contrato firmado se transformou numa grande agiotagem! Nos termos em que está, a dívida é impagável!

Somos o Estado mais endividado da nação e, nesta semana, acertadamente, o governo do Estado fez uma opção de atrasar o pagamento da parcela devida à União para pagar os trabalhadores do setor público.

A solução do problema da dívida é uma questão de Estado e, como tal, só pode ser resolvida politicamente. O RS tem a obrigação de liderar o conjunto de Estados devedores e pressionar a União para uma saída adequada.

Os movimentos sociais defendem que, além da revisão do contrato, é preciso auditar a dívida para entender como foi feita e evitar o problema no futuro.

Texto publicado em <http://www.ceapetce.org.br/noticias/a-d%C3%ADvida-elimina-a-autonomia-do-rs/>

27. Entenda a crise financeira do Rio Grande do Sul

Sem dinheiro, estado atrasa salários de servidores e pedala dívidas.

Governo gaúcho gasta mais do que arrecada há cerca de 40 anos.

Do G1 RS

[HTTP://G1.GLOBO.COM/RS/RIO-GRANDE-DO-SUL/NOTICIA/2015/08/ENTENDA-CRISE-FINANCEIRA-DO-RIO-GRANDE-DO-SUL.HTML](http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/08/entenda-crise-financeira-do-rio-grande-do-sul.html)



Palácio Piratini, a sede do governo gaúcho (Foto: Rafael Cabeleira/Divulgação)

O **atraso no pagamento dos funcionários públicos** e o **calote na dívida com a União** escancaram a atual crise financeira do Rio Grande do Sul. E também

levaram muita gente a se perguntar como um estado rico, que tem o quarto maior PIB do país, virou a “Grécia brasileira”?

Segundo economistas consultados pela reportagem, a resposta é simples: nas últimas quatro décadas, o governo gaúcho gastou mais do que arrecadou em praticamente todos os anos. O saldo negativo foi aumentando, os juros viraram uma bola de neve e não há mais de onde tirar dinheiro para pagar as contas. O déficit histórico nas contas públicas, porém, não é o único responsável pela crise. Segundo especialistas, o Estado só conseguirá sair dela se resolver questões como a renegociação da dívida com a União, o elevado custo da folha de pagamento e o rombo da Previdência.

Abaixo, entenda a crise gaúcha em perguntas e respostas:

saiba mais

- **Governador do RS diz que não houve calote e espera compreensão**
- **Após calote em dívida com União, RS tem contas bloqueadas**
- **Salário de servidores do governo do RS será pago em três parcelas**

Qual é a atual situação financeira do Rio Grande do Sul?

A crise financeira do Rio Grande do Sul é considerada sem precedentes pelo governo gaúcho. Sem dinheiro no caixa, o estado já não consegue mais pagar os salários do funcionalismo em dia e é obrigado a pedalar contas para os meses seguintes, como a dívida com a União.

Segundo estimativa da Secretaria Estadual da Fazenda, o Rio Grande do Sul deve fechar o ano de 2015 com um rombo de R\$ 5,4 bilhões nas contas. Ou seja, esse é o montante que falta para cobrir a diferença entre o que o estado gasta e o que ele arrecada.

Mensalmente, as despesas são 22,5% maiores do que o que as receitas. Isso significa que, a cada mês, faltam cerca de R\$ 400 milhões nos cofres do governo. Sem ter mais a quem recorrer para tapar esse buraco, o estado teve que atrasar o pagamento do salário dos servidores em julho, dividindo o pagamento em três parcelas. Faltaram cerca de R\$ 360 milhões para completar a folha líquida mensal de R\$ 950 milhões.

Além do desequilíbrio nas finanças, o estado também está atolado em dívidas. Em junho, a dívida pública total chegou a R\$ 61 bilhões, segundo o economista Liderau Marques Junior, da Fundação de Economia e Estatística (FEE). O valor é mais do que o dobro da receita líquida anual. Só a dívida com o governo federal é de mais de R\$ 50 bilhões e consome 13% do orçamento todos os meses. O restante inclui

precatórios (cerca de R\$ 8 bilhões) e empréstimos.

Como o Rio Grande do Sul chegou a essa situação?

A crise financeira atual começou há cerca de 40 anos, segundo especialistas. O governo do Rio Grande do Sul gastou mais do que arrecadou em 37 dos últimos 44 anos, entre 1971 e 2014. O saldo negativo foi se acumulando, e o valor da dívida também. Só entre 1970 e 1998, quando foi renegociada, a dívida gaúcha cresceu 27 vezes.

A folha de pagamento do estado também aumentou consideravelmente nos últimos anos. Conforme a Secretaria da Fazenda, o valor gasto com o funcionalismo saltou de R\$ 8,5 bilhões em 2005 para R\$ 24,7 bilhões previstos em 2015, entre salários e encargos. Hoje, o estado gasta 75,5% da receita com a folha, incluindo servidores ativos, aposentados e pensionistas.

O aumento do endividamento e da folha, porém, não foi acompanhando pelo aumento das receitas. O orçamento para 2015 previa crescimento de 16,7% de arrecadação em relação ao ano passado, mas no primeiro semestre do ano houve queda de 2,5%.

De acordo com economistas, o fraco desempenho da economia no país, com previsão de queda de 1,8% no PIB, também afetou as finanças gaúchas e tornou a crise ainda mais grave: se as empresas vão mal, o estado recolhe menos Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), uma de suas principais fontes de receita.

E por que o Rio Grande do Sul não faliu até agora?

Para fechar as contas ao longo dessas quatro décadas, os governadores gaúchos recorreram a empréstimos, privatizações, venda de patrimônio, saques do caixa único e saques dos depósitos judiciais, que são os pagamentos feitos em juízo até a conclusão de uma disputa na Justiça.

Nos últimos anos, mais de R\$ 8,5 bilhões foram retirados das contas do Judiciário, atingindo o limite 85% de uso desses recursos previsto em lei. Os cofres do estado também secaram. Os quatro últimos governos retiraram R\$ 11,8 bilhões do caixa único. Em seis meses, o governo atual já sacou mais de R\$ 1 bilhão para pagar contas.

Na prática, era como se o estado viesse financiando o saldo negativo com o limite do cheque especial e do cartão de crédito. O problema é que essas e outras alternativas de financiamento se esgotaram e agora o estado não tem de onde tirar dinheiro para pagar as despesas. O Rio Grande do Sul também não tem mais margem de financiamento e não pode contrair empréstimos.

“Sempre teve uma saída, mas agora não tem mais. Acabaram todos os recursos extras e o déficit aumentou”, resume o economista Darcy Carvalho dos Santos,

professor da UFRGS aposentado e um dos principais especialistas em finanças públicas do estado (veja a entrevista no vídeo).

Por que o estado deu “calote” na dívida com a União?

Sem dinheiro no caixa para pagar os salários dos servidores, o governo do Rio Grande do Sul vinha atrasando o pagamento da parcela da dívida com o governo federal desde abril. Com isso, o estado conseguia mais prazo para pagar as contas do mês. A quitação do débito, no entanto, nunca passava do 10º dia útil do mês, a data limite prevista no contrato. Na terça-feira (11), o governo **optou por antecipar o pagamento integral do salário do funcionalismo** do mês de julho – que havia sido parcelado em três vezes –, em vez de pagar a dívida com o governo federal. O governo tomou a decisão para amenizar o descontentamento dos servidores, que ameaçavam parar os serviços públicos, mesmo sabendo das possíveis consequências.

No mesmo dia, a **Secretaria do Tesouro Nacional bloqueou a conta do Rio Grande do Sul** e sequestrou cerca de R\$ 60 milhões que estavam nela. A medida está prevista no contrato da dívida em caso de não pagamento, assim como a suspensão de repasses federais, entre eles o Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Com isso, o estado perdeu a capacidade de administrar suas contas até que a dívida seja liquidada. O bloqueio da conta vai vigorar até que o governo federal obtenha cerca de R\$ 265 milhões, que corresponde ao valor da parcela da dívida em julho. Até a sexta-feira (14), R\$ 231 milhões já haviam sido retomados pela União.

A crise do RS em números

R\$ **61 bilhões** de dívida pública

O estado deve fechar o ano com **R\$ 5,4 bilhões** de déficit

Faltam **R\$ 400 milhões** para fechar as contas todos os meses

75,5% da receita é gasta com a folha de pagamento

Cerca de **R\$ 280 milhões** é a parcela mensal da dívida

R\$ 7,25 bilhões será o rombo da Previdência em 2015

O que o atual governo tem feito para combater a crise?

Até agora, o governo tem se concentrado no corte de gastos. As medidas incluem suspensão do pagamento a fornecedores e de nomeação de novos funcionários públicos, redução de 20% das despesas em todas as secretarias e o corte de 35% nos cargos em comissão (CCs).

Na semana passada, o governo enviou um pacote de projetos à Assembleia Legislativa, na chamada terceira fase do ajuste fiscal, no qual propõe a criação de previdência complementar para futuros servidores públicos, além de extinção de três fundações estaduais, entre outras medidas.

O governo estuda ainda fazer concessões à iniciativa privada e aumentar impostos. Nos próximos dias, deve ser enviado à Assembleia Legislativa um projeto de lei que prevê aumento da alíquota básica do ICMS de 17% para 18% e aumento de 25% para 30% do tributo sobre gasolina, álcool, telecomunicações e energia elétrica.

Como a crise financeira afeta a população?

Os servidores públicos estaduais, que receberam o salário de julho de forma parcelada, até agora foram os mais afetados pela crise. Segundo o governo, a perspectiva para os próximos meses não é diferente e novos atrasos na folha de pagamento são prováveis.

Mas a crise financeira também afeta a população em geral. Policiais civis e militares, professores e demais funcionários públicos reagiram com paralisações e operações-padrão ao parcelamento de salários, prejudicando a prestação de serviços públicos. Além disso, atrasos em repasses de verbas, principalmente para hospitais, prejudicam a saúde nos municípios.

Caso seja aprovado pelos deputados estaduais, o projeto de aumento de impostos também vai tornar produtos e serviços mais caros e ter impacto no bolso do consumidor. Quem hoje gasta R\$ 100 com a conta de luz, com aumento do ICMS, vai passar a gastar R\$ 107,14, por exemplo.

Quais as possíveis soluções para a crise?

O governo não estabelece prazo para sair da crise, mas diz que o processo para reequilibrar as finanças do estado serão longo. Para os economistas, são poucas as alternativas a curto prazo. “A solução a curto prazo, com menos desgaste para o governo e para a sociedade, seria um socorro do governo federal. E retomar a trajetória de superávit primário [o dinheiro que “sobra” nas contas do governo depois de pagar as despesas, exceto juros da dívida pública]”, diz Liderau Junior.

O professor titular da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Fernando Ferrari Filho, diz que o estado precisa reduzir o custo da máquina pública e o gasto com servidores inativos, além de tentar renegociar a dívida com o governo federal. “Não só o Rio Grande do Sul, mas todos os estados têm dificuldade com o fechamento de caixa. Eles poderiam se articular para propor a renegociação do custo da dívida. E torcer para que a economia volte a crescer”, opina. Já Darcy Francisco dos Santos acredita que um dos principais problemas do estado é o rombo da Previdência, que chega a R\$ 7 bilhões anuais. Hoje, para cada 100 servidores da ativa, o estado tem 120 aposentados e pensionistas. “Nós gastamos R\$ 10 bilhões com a Previdência. Isso equivale a 30% da receita corrente líquida. Se tivéssemos a metade do que se gasta com previdência em investimento, o estado estaria muito bem”, conclui.

Sul21

Eugênio Terra, presidente da Ajuris



“Governo Sartori parece querer agudizar a crise para diminuir tamanho do Estado”

[Eugênio Couto Terra fala sobre a crise financeira do RS em entrevista ao Sul21](#)

<http://www.ajuris.org.br/2015/08/10/eugenio-couto-terra-fala-sobre-a-crise-financeira-do-rs-em-entrevista-ao-sul21>/Publicado em: 10-agosto-2015

Em entrevista concedida ao jornalista Marco Weissheimer do portal Sul21 e publicada nesta segunda-feira (10/8), o presidente da AJURIS, Eugênio Couto

Terra, fala sobre o parcelamento dos salários dos servidores do Executivo estadual e a crise financeira do Estado.

Confira a entrevista na íntegra:

“Governo Sartori parece querer agudizar a crise para diminuir tamanho do Estado”

No dia 3 de agosto, a Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) divulgou uma nota de solidariedade aos servidores públicos do Rio Grande do Sul que tiveram seus salários parcelados pelo governo José Ivo Sartori. Sustentando que os servidores públicos não podem ser responsabilizados pela crise financeira do Estado, a Ajuris afirmou que a decisão do Governo de parcelar os salários dos servidores “põe em risco o funcionamento dos serviços públicos em geral e expõe de maneira desnecessária o funcionalismo”. Além disso, criticou a falta de diálogo e de transparência do governo estadual com o funcionalismo público e com a sociedade como um todo, que teria sido alijada do debate sobre uma saída para a situação do Estado. “Isso configura uma gestão de postura intransigente no relacionamento com os Poderes, instituições e sociedade”, assinalou a entidade.

Em entrevista ao Sul21, o presidente da Ajuris, Eugênio Couto Terra, fala sobre a crise financeira do Rio Grande do Sul e sobre o modo como o governo do Estado vem tratando essa questão. Terra reafirma a crítica à falta de diálogo e transparência por parte do Palácio Piratini, rejeita a ideia de que a principal responsabilidade pela crise recaia sobre os ombros dos servidores e estranha a ausência de iniciativas do governo para aumentar a arrecadação do Estado. “O governo não parece estar querendo produzir formas de sair do atual quadro de dificuldades. Parece querer agudizar a crise. O que observamos é que o governo não faz nada para aumentar a arrecadação e conseguir cumprir seus compromissos”, assinala.

Sul21: *A Ajuris divulgou uma nota oficial na semana passada criticando a decisão do governo José Ivo Sartori de parcelar o salário do funcionalismo público gaúcho e a forma como o Executivo tomou essa decisão e vem se conduzindo de um modo mais geral no debate com a sociedade. Como a entidade está acompanhando esse processo?*

Eugênio Couto Terra: O que se vê, na maneira como o governo vem trabalhando, ou não trabalhando, é que ele vem atribuindo uma grande

responsabilidade, na propalada crise, ao funcionalismo público, como se o problema fosse o salário dos servidores. Nós entendemos que não é isso. Pelo contrário. Defendemos que o servidor público é o grande capital do Estado, enquanto poder público, para fazer com que se movimente a prestação de serviços que são atribuição desse Estado. O servidor público é o principal patrimônio do Estado. É o professor que dá aula lá na ponta, é o profissional que atende no posto de saúde, o policial que trabalha nas ruas. Parcelar os salários e anunciar no dia do parcelamento de quanto vai ser o parcelamento, sem nenhuma estimativa anterior, é algo muito pesado, um descaso para com os servidores. É isso o que nos preocupa centralmente.

Os servidores fazem parte de uma engrenagem do Estado como um todo, mas não estão sendo tratados como uma prioridade. Estamos falando de seres humanos que têm seus compromissos e que vêm vivendo em um clima de terror desde o início do ano com as ameaças de atraso de salário. As coisas não podem funcionar assim, com atraso de salários e descumprimento de ordens judiciais para assegurar o pagamento de salários.

Sul21: *Como fica essa questão do descumprimento de ordens judiciais, na avaliação da Ajuris?*

Eugênio Terra: No nosso entendimento, se há uma ordem judicial determinando o pagamento de salários, que tem um caráter alimentar, ou seja, de sobrevivência do servidor, ela tem que ser cumprida prioritariamente. O governo pagou alguém mais, além do servidor, para dizer que não tinha mais caixa para pagar? Há fornecedores que receberam? Caso sim, esses fornecedores tinham decisão judicial determinando pagamento? Nada disso está claro. Essa situação de desconhecimento e incerteza se resume pela falta de diálogo e de respeito com o funcionalismo e com a sociedade como um todo. O governo não dialoga. Ameaça que vai atrasar os salários, decide parcelar os salários e anuncia o parcelamento no dia do pagamento.

O governo alega que não tinha como anunciar os valores antes por causa dos sequestros judiciais. Esses sequestros realmente existem, mas o governo tem uma ideia sobre o fluxo desses processos e poderia ter uma estimativa de valores. A culpa, então, é do Judiciário, poderá alguém dizer. Não, a culpa não é do Judiciário. Quando há um sequestro judicial, existe uma decisão judicial que não foi cumprida e o cidadão tem o direito de receber aquele valor. Às

vezes, esse dinheiro é necessário para atender alguma emergência na área da saúde, algum procedimento médico ou medicamento mais caro. O cidadão procura a Justiça então para fazer valer o seu direito à saúde. Se o Estado, intimado, não cumpre essa decisão, acaba ocorrendo o sequestro judicial.



Sul21: *Uma das críticas mais fortes na nota da Ajuris aponta para a falta de diálogo e transparência na condução do governo estadual. Poderia dar alguns exemplos disso?*

Eugênio Terra: Desde o início do ano, o governo não está dialogando com a sociedade sobre o que está fazendo para enfrentar a crise. Não adianta ficar falando do governo anterior. Cada governo tem que fazer da sua maneira. Quem assume o governo, assume o compromisso de gerir o serviço público, de garantir a governabilidade.

Tomemos o exemplo da dívida pública. Por que o governo, até agora, não fez um questionamento judicial? Há uma lei já aprovada e um indicativo do Senado sobre a necessidade de sua regulamentação. Por que o governo não questiona isso judicialmente? Alguém sabe a resposta? A gente sabe que o governo não quer fazer porque não faz, mas o governador ou alguém do governo vem a público explicar as razões de não implementar essa iniciativa, que nós mesmos

e boa parte da sociedade estamos sugerindo? Não há diálogo para explicar essas escolhas e o que está sendo feito.

Outro exemplo, mais próximo da área jurídica, tem a ver com a cobrança da dívida ativa. A gente sabe que há créditos que são irrecuperáveis por uma série de fatores que não é o caso de detalhar agora, mas o que o atual governo fez, desde que assumiu, usando os quadros de qualidade que a PGE tem, para tentar uma discussão sobre esse tema e sobre a possibilidade de recuperar parte desses créditos? Também não há transparência sobre a real situação das finanças do Estado. Isso é meio que uma caixa preta e não é só neste governo. Qual é mesmo o tamanho do déficit público? Quando o governo Tarso Genro terminou se anunciou um déficit de 1,4 bi. Os técnicos da Fazenda continuaram os mesmos. No dia 31 de dezembro de 2014 o déficit era de 1,4 bi. Virou o 1º de janeiro e esse déficit, com os mesmo técnicos na Fazenda, pulou para 5,4 bi.

Houve uma redução de despesas no atual governo. Não há nenhuma dúvida sobre isso. Se pegarmos a área da segurança, é só andar na rua para ver que falta policiamento. Tivemos problemas na área de medicamentos também. Houve uma contenção de gastos. O que isso representou? Diminuiu o déficit de 5,4 bi em quanto? Alguém ouviu falar nisso? Não. Então, falta transparência e diálogo ao governo Sartori. A sociedade civil organizada tem que ser ouvida e, tenho certeza, tem muito a contribuir. Dei alguns exemplos aqui de iniciativas e ideias que apoiamos. Estamos prontos a participar de um debate sobre isso, ouvir os argumentos do governo, apresentar os nossos e procurar avançar.

Acho que o governo deu um passo nesta direção com aquela reunião no Palácio Piratini com representantes de outros poderes e instituições. O governador, ao menos, parece que se deu conta de que precisa conversar e dialogar. Creio que a resposta dos servidores, após o anúncio do parcelamento, também fez com que ele se desse conta dessa carência de diálogo e de que não é possível seguir com essa atitude autocrática adotada até aqui.

No processo de votação da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), o governo não se interessou em fazer nenhuma mediação. Todas as emendas que foram apresentadas por diversas entidades, entre elas a Ajuris, foram rechaçadas tanto na Comissão quanto no Plenário. Não houve nenhuma disposição em

dialogar. E pelo que a gente ouve nos corredores, não sei se o governo dialoga sequer com a sua base parlamentar. O texto aprovado da LDO desrespeita preceitos da Constituição Estadual, que determina a reposição do poder de compra dos salários dos servidores, e da Constituição Federal, que estabelece a revisão anual de vencimentos. As estimativas apontam para uma inflação de 9% no final do ano. Pelo texto aprovado da LDO, não haverá sequer reposição desse índice nos salários. A Lei de Responsabilidade Fiscal não se pode contrapor ao que diz a Constituição Federal, pois ela é uma norma infraconstitucional.

Sul21: *Desde que o governo começou a falar na possibilidade de parcelamento, várias entidades de servidores ingressaram na Justiça contra essa medida, obtendo decisões favoráveis. Com a confirmação do parcelamento, outras ações da mesma natureza estão surgindo, tanto de entidades como de servidores individualmente. Isso está gerando um passivo de decisões judiciais que não estão sendo cumpridas pelo governo. Esse quadro não pode resultar em um problema ainda maior no futuro?*

Eugênio Terra: Essa situação quebra a ordem jurídica estabelecida. As decisões judiciais precisam ser cumpridas. Quando uma ordem judicial não é cumprida, pelo Executivo ou por qualquer outro agente, ocorre uma fissura no ordenamento jurídico. O cumprimento das decisões judiciais faz parte da civilização. O avanço civilizatório terminou com a justiça privada e com a vigência da lei do mais forte. Se o governo não cumpre uma ordem judicial, está criando uma instabilidade no sistema jurídico. Não sabemos ainda qual será a decisão do Supremo sobre essa situação, mas, em tese, ela pode gerar até intervenção federal.



Sul21: *Isso já aconteceu alguma vez?*

Eugênio Terra: Aqui não. Aconteceu em alguns estados há muito tempo. Não é uma tradição nossa, até porque às vezes há uma impossibilidade material mesmo, mas ela precisa ser provada. Aqui no Rio Grande do Sul, nós temos uma impossibilidade material verdadeira ou ela é falada e não provada? No caso dos servidores do Executivo, que tinham ordem judicial determinando o pagamento integral dos salários, alguém mais recebeu, algum fornecedor que não tinha ordem judicial determinando pagamento? Isso precisa ser determinado. Outra coisa a ser esclarecida são as nomeações de CCs que o governo têm feito. Fizemos um rápido acompanhamento e verificamos que elas têm aumentado bastante de maio para cá. Está havendo a redução de CCs que disseram que iriam fazer? A área de publicidade do governo não está investindo mais nada? O que o governo está fazendo para conseguir dinheiro para pagar o funcionalismo? Está discutindo a questão do atual modelo de concessão de incentivos fiscais? Repito, não temos uma clareza e transparência sobre essas questões.

Mais do que produzir a prova da impossibilidade material, o governo não parece estar querendo produzir formas de sair do atual quadro de dificuldades.

Parece querer agudizar a crise. O que observamos é que o governo não faz nada para aumentar a arrecadação e conseguir cumprir seus compromissos.

Sul21: *Há quem veja nesses movimentos do governo uma estratégia de deixar a crise se agravar, com medidas como o atraso no pagamento do funcionalismo, para justificar medidas como privatizações e extinções de fundações e empresas do Estado. Qual sua opinião sobre isso?*

Eugênio Terra: Se eu aposto na estratégia do caos, a solução que eu apresento parece ser a única possível. O que eu vejo é uma inércia. Volto à questão da dívida: por que o governo não questiona isso judicialmente a partir da nova lei aprovada. Não há retorno de nenhum interlocutor do governo sobre porque não fazer isso. Acho que há uma ideia de diminuição do tamanho do Estado. Não tenho a menor dúvida em relação a esse ponto. Essa não-política de (não) aumentar a arrecadação e de não discutir com a sociedade os problemas do Estado leva à política de encolhimento do tamanho do Estado. O que é mais pernicioso nesta lógica é colocar a responsabilidade da crise nas costas do servidor público.

Nós conseguimos equacionar a questão da previdência para os novos servidores. O sistema de capitalização que foi montado foi muito inteligente, garantiu que a Previdência continuasse pública, com uma contribuição paritária de empregados e do governo. Agora o governo Sartori fala em entrar com um projeto de previdência complementar para os novos servidores. Por que isso? Me parece que há aí um claro interesse de privatização. O que vimos das experiências de previdência complementar privada em países como Argentina e Chile foi que não deu certo. Na Argentina, tiveram que estatizar. No Chile, as pessoas que contribuíram ficaram sem nada.

Os defensores desse modelo falam que há um passivo da Previdência a ser resolvido. Esse passivo é relativo. As pessoas trabalharam, se aposentaram, alguns viraram pensionistas em função de uma relação de dependência que tinham de um trabalhador que se aposentou. Se algumas dessas pessoas, até 2009, não contribuíam é porque não havia exigência para tanto. É um encargo do Tesouro, portanto. O Rio Grande do Sul conseguiu chegar a uma solução para isso por meio desse novo sistema público de capitalização. Temos um fundo com dinheiro já aplicado e com poucos servidores, o que vai resolver o futuro. Os já aposentados eu não consigo ver como um déficit, mas sim como

uma obrigação do Tesouro. Nós temos um grande número de aposentados, é verdade. É quase igual ao de ativos. Isso ocorre porque, ao longo da história recente, nos constituímos como um Estado mais civilizado e organizado enquanto prestador de serviços. A nossa rede pública de escolas, por exemplo, é muito antiga. E a Educação sempre demandou muitos servidores para poder ter escolas em todos os lugares, como nós tínhamos e hoje não temos mais. Há estados que começaram a ser organizados assim só mais recentemente.

O mesmo se aplica à Saúde. A Constituição Federal prevê o acesso à Saúde, essa é uma obrigação do Estado. E tem gente que vem falar em déficit da Saúde para justificar o não cumprimento dessa obrigação. O Estado arrecada para cumprir com essas obrigações.

Sul21: *Parece que estamos vivendo um quadro de confluência de crises. Além da crise estadual, enfrentamos também uma crise política e econômica em nível nacional. Uma das características dessa confluência parece ser um avanço de ideias e valores conservadores e de ameaça a direitos humanos, sociais e trabalhistas conquistados nas últimas décadas. Na sua opinião, estamos vivendo um avanço conservador contra direitos no país?*

Eugênio Terra: Não tenho a menor dúvida disso. O Congresso atual é muito mais conservador do que o anterior. Soma-se a isso uma fragilidade do governo federal, por escândalos de corrupção que ocorreram na administração pública e pela incongruência entre o discurso adotado na campanha eleitoral e as medidas de ajuste fiscal implantadas no início do governo. O próprio ministro da Fazenda escolhido não era vinculado ao que se pretendia na campanha. Tudo isso desgastou o governo. Neste cenário, tivemos um avanço conservador no Congresso aproveitando a desarticulação do governo.

Isso é uma situação muito séria em um sistema presidencialista como o nosso onde o Executivo precisa ter iniciativas. O governo não está conseguindo fazer isso. Qualquer proposta que o governo federal abraça hoje como causa, a tendência é não ser aprovada, porque essa oposição conservadora se une contra o governo, sem uma reflexão se isso é bom para o país ou não. O Parlamento não pode funcionar assim. A oposição tem que funcionar com um mínimo de racionalidade levando em conta o que é importante para o país. A questão do impeachment é outro exemplo disso. Tenta-se criar uma situação

sem que haja, até aqui, qualquer elemento que justifique pensar essa hipótese. É uma tentativa muito mais de fragilizar o governo do que qualquer outra coisa.

Fotos: Guilherme Santos/Sul21

Departamento de Comunicação Imprensa AJURIS imprensa@ajuris.org.br

29. Carta ao Sr. Governador ou O desgosto de agosto (por Carlos Onéo Ferreira)

Sr. Governador.

Folcloricamente, o mês de agosto tem sido apelidado como aquele onde as coisas ruins acontecem. Neste ano parece que não será diferente. Forçado pelas circunstâncias de caixa, o Estado parcelou o salário de parte dos servidores vinculados ao Poder Executivo. A tragédia está instalada. Dos três poderes o executivo é aquele que detêm o maior número de servidores. Assim, percentual significativo de profissionais e famílias do Rio Grande do Sul estão a mercê de um adiantamento salarial preliminar que totalizou R\$ 2.150,00. A rotina e compromissos financeiros de milhares de gaúchos, foram brutalmente atingidos e desregulados. Ora Governador não é crível que o Sr., cujo mandato foi chancelado por quase quatro milhões de gaúchos, não teve a sensibilidade de perceber que esta conta não é nossa. Repartir com todos os funcionários públicos, o ônus da fratura financeira do Estado, embora injusto, indicaria certa igualdade de tratamento. Nesta visão compete unicamente ao Sr. a ousadia de fazer com que todos os servidores, independente dos poderes a que são vinculados, contribuam para a recuperação do estado. Não cabe discutir, neste momento, quem deu causa a este déficit. Pouco ou nada adianta o Sr. fazer reuniões com os chefes dos poderes, pedindo que cada um faça sacrifícios para repor a economia nos trilhos. É evidente que aquele servidor que não teve o salário parcelado, pensará diferente daquele outro que está em apuros, por mais boa vontade ou compreensão que os representantes dos outros poderes tenham. Não é hora de invocar separação e sim união. O Rio Grande está sendo açoitado por uma grave crise. É passageira mas afeta grande parte do seu povo. O mais equilibrado, posto que com débito político, seria o Sr. invocar o art. 5º da Constituição Federal, ratificado pelo art. 1º da Carta Estadual e estabelecer uma igualdade – ainda que temporária – nos créditos mensais dos servidores estaduais. Dessa forma, será criado um pacto universal buscando uma saída digna para todos e quem ganha é o Rio Grande, figura usada por Vossa Excelência durante a campanha eleitoral. Por certo esta medida isolada não solucionará a crise mas vai sinalizar para toda a sociedade que o Estado está fazendo sua parte. Esta conduta mobilizará outros segmentos estaduais a se unirem neste esforço recuperatório. Dê o exemplo Sr. Governador. Ouse. Passe para a história como aquele mandatário que tirou o Rio Grande do arrocho.

.oOo.

Carlos Onéo Ferreira é Delegado de Polícia.

19/ago/2015, 17h53min

Técnicos da Fazenda apresentam propostas para crise e se posicionam contra aumento de ICMS

<http://www.sul21.com.br/jornal/tecnicos-da-fazenda-apresentam-propostas-para-crise-e-se-posicionam-contr-aumento-de-icms/>



Com a presença de representantes de outros sindicatos, o presidente da Afocefe, Carlos De Martini Duarte apresentou propostas em coletiva nesta quarta-feira|Foto: Assessoria Afocefe

Jaqueline Silveira*

O Sindicato dos Técnicos Tributários do Rio Grande do Sul (Afocefe) apresentou nesta quarta-feira (19) propostas para amenizar a crise financeira do Estado, sem aumento de impostos, medida que o governo do Estado aponta como alternativa. A entidade defendeu uma atuação mais efetiva em relação aos devedores do Imposto de Circulação de Mercadorias e de Serviços (ICMS) e, ao mesmo tempo, o combate à sonegação com a instalação de agências móveis de fiscalização. As propostas divulgadas em entrevista coletiva pela manhã foram entregues à tarde ao líder do PT na Assembleia Legislativa, Luiz

Fernando Mainardi. Antes, os técnicos repassaram ao secretário da Fazenda, Giovani Feltes.

Um estudo sobre a situação das finanças gaúchas foi apresentado junto com as propostas. Presidente da Afocefe, Carlos De Martini Duarte afirmou que os demais Estados da Região Sul – Santa Catarina e Paraná – conseguiram aumentar a arrecadação de ICMS em relação ao setor terciário e aos combustíveis, por exemplo, enquanto o Rio Grande do Sul reduziu seu percentual. Hoje, segundo ele, o RS ocupa a 20ª posição entre os 27 Estados quanto à receita de ICMS. Em 2014, o valor arrecadado foi de R\$ 25.843.713.

Se o Estado gaúcho tivesse acompanhado o crescimento médio de Paraná e Santa Catarina, conforme os números do sindicato, teria atingido uma receita de R\$ 29 milhões, cerca de R\$ 3 milhões a mais comparado ao montante contabilizado no ano passado. Na coletiva, técnicos tributários citaram dados do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, que apontam que a sonegação no RS corresponde a 27,6% do ICMS, o equivalente a R\$ 7,33 bilhões ao ano.

Entre 2008 e 2014, segundo o estudo (confira abaixo), a receita de ICMS de Santa Catarina e do Paraná cresceu consideravelmente em seis anos comparada à do Rio Grande do Sul. O presidente da Afocefe criticou o fato de só agora, depois de oito meses de governo e de os servidores terem seus salários parcelados, a Secretaria da Fazenda deflagrar uma operação em 21 municípios, incluindo Porto Alegre, para a cobrança de ICMS de 44 empresas. O valor referente à inadimplência soma R\$ 163,7 milhões. A operação também ocorreu na manhã desta quarta. Esses estabelecimentos comerciais chegaram a declarar o imposto, porém não pagaram. “Se não fosse trágico, seria cômico. Eu creio que foi uma feliz coincidência”, ironizou Duarte, sobre o fato de operação ser feita, justamente, no dia em que os técnicos da Fazenda apresentaram propostas para aumentar a fiscalização dos devedores.

Comparativo da arrecadação do ICMS nos três Estados da Região Sul

Receita 2008	Receita 2014	Evolução	
Santa Catarina	R\$ 7.943.664	R\$ 15.769.834	98,52%
Paraná	R\$ 11.766.971	R\$ 22.815.805	93,90%
Rio Grande do Sul	R\$ 14.825.154	R\$ 25.843.713	74,33%

De Martini ressaltou que há 946 mil empresas nessa situação e que o Estado está deixando de arrecadar R\$ 3,1 bilhões. “O déficit é do trabalho da Receita”, afirmou Duarte, discordando do rombo de R\$ 5,4 bilhões que o Estado aponta ao final de 2015. O presidente da Afocefe observou, ainda, que essas empresas são inadimplentes e não sonegadas, exemplificando que as fontes para aumentar a receita não se esgotaram. Ao contrário. “As fontes tradicionais de receita não estão esgotadas, o que não justifica esse aumento de impostos,” argumentou ele.

Estado deixa de arrecadar R\$ 500 milhões com contrabando

De Martini exemplificou, ainda, que devido ao contrabando, o Estado deixa de arrecadar R\$ 500 milhões todos os anos. Somente no setor de tabaco, de acordo com De Martini, o contrabando é responsável por quase 50% dos cigarros vendidos no Estado. Em 2014, R\$ 115 milhões deixaram de entrar nos cofres públicos. O sindicalista também citou um exemplo em relação à cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Foi realizada no atual governo uma operação em oito municípios com a fiscalização de pouco mais de 5 mil veículos. A partir da fiscalização, 65 mil veículos regularizaram sua situação na Secretaria da Fazenda gerando uma receita de R\$ 30 milhões. “Não têm recurso porque não querem e estão usando os servidores de massa de manobra”, criticou De Martini, sobre [a postura](#) adotada pelo governo. Hoje, há 746 mil veículos no Rio Grande do Sul e o IPVA responde por 6% da arrecadação dos cofres gaúchos. A maior receita é do ICMS: 92%.

Na opinião do presidente da Afocefe, o aumento das alíquotas do ICMS irá fragilizar a economia e, como consequência sociedade. O projeto deverá ser enviado pelo Piratini ainda nesta semana. “Isso é lesivo à economia, é lesivo à população. Só não é lesivo aos sonegadores e aos contrabandistas”, avaliou o sindicalista.

Propostas apresentadas pela Afocefe para amenizar a crise:

- Mudança de comportamento na gestão da Receita Estadual para permitir que os técnicos tributários possam atuar com maior efetividade e resultados
- Instituição de equipes de fiscalização em que auditores fiscais e técnicos tributários desenvolvam ações de campo ou missões especiais regulares
- Criação de agências móveis de fiscalização com o fim de enfrentar a sonegação, o contrabando e a evasão fiscal com mais agilidade e mobilidade
- Reforço logístico para as estruturas de fiscalização ostensiva, investindo na compra de equipamentos como scanners de Raios-X, cabeamento ótico, leitoras móveis, entre outros
- Atendimento às orientações do Tribunal de Contas do Estado com o fim de dar maior transparência às ações da Receita Estadual

**Com informações da assessoria da Afocefe*

Procurador de contas pede auditoria urgente da gestão Sartori

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2015/08/procurador-de-contas-pede-auditoria-urgente-da-gestao-sartori-4828349.html>

Geraldo da Camino, procurador-geral do Ministério Público de Contas, quer que governo detalhe os gastos em áreas vitais

Por: Mauricio Tonetto

19/08/2015 - 17h18min

Compartilhar [E-mail](#) [Google+](#) [Twitter](#) [Facebook](#)



O procurador afirma estar preocupado com a "agudização da crise financeira"Foto: Luiz Chaves / Palácio Piratini/Divulgação

Em documento encaminhado nesta quarta-feira ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), o procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC), Geraldo da Camino, pediu uma auditoria extraordinária urgente na gestão do governo estadual. O procurador afirma estar preocupado com a "agudização da crise financeira" e seus reflexos sociais para os próximos meses e cobra detalhes de como os recursos estão sendo empregados:

[Leia aqui o documento inteiro assinado pelo procurador](#)

– Queremos uma auditoria quanto às medidas que são tomadas ou não (*para evitar o bloqueio judicial das contas*), que é algo que pode se repetir ou agravar e levar o Estado à ingovernabilidade. Isso traria riscos à sociedade, com a falta de médicos, hospitais, policiais e professores – explica Da Camino.

[Sartori enviará projeto de aumento de imposto à Assembleia](#)

No documento, o procurador argumenta que a otimização na gestão dos recursos públicos é fundamental e, por isso, as ações do governo Sartori devem ser examinadas imediatamente. A auditoria ocorre ao longo dos meses, e o julgamento, sempre no início de cada ano, mas, caso o TCE acate o pedido, deve iniciar na próxima semana. Conforme o procurador, há três

possíveis causas para a crise financeira do Rio Grande do Sul: "força maior, planejamento insuficiente ou decisão administrativa".

Entenda a história do endividamento do RS

Ele defende que somente com auditoria nas gestões é que será possível concluir se o governo está atuando de forma correta para enfrentar a crise.

— Para fazê-lo, indispensável o uso de indicadores, a fim de que tal avaliação se dê não apenas de forma quantitativa, mas qualitativa — assinala ele no documento.

Após pedalada, União bloqueia contas do Rio Grande do Sul

— A questão da dívida pública é o ponto a ser esclarecido: há medidas em curso ou não (*para diminuí-la*)? Uma delas poderia ser acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) contra o bloqueio judicial das contas — ressalta o procurador.

Na segurança pública, ele diz que os indicadores criminais possibilitam a análise qualitativa imediata. Já com relação a saúde e educação, principalmente, será necessário criar uma metodologia para análise. Ainda não há data para apreciação do pedido. Na próxima quinta-feira, a União deve **desbloquear as contas** do Estado, trancadas devido ao não pagamento da dívida pública com o governo federal.

* Zero Hora

ANEXO

COMO SE COMPORTOU O PMDB AO VOTAR AUMENTOS DO ICMS?

"A Secretaria da Fazenda está paralisada, não cobra nada"
<http://previdi.blogspot.com.br/2015/08/quarta-26-de-agosto-de-2015.html?sref=fb>



Há 40 anos que o Rio Grande do Sul passa por dificuldades. Basta conferir os índices de crescimentos de Estados da região Sul, Sudeste e até mesmo do Nordeste nas últimas décadas. O RS, se não fosse a produção agrícola, estaria numa situação ainda pior.

Dos anos 50 até o início da década de 70 os gaúchos tinha orgulho da pujança de sua economia.

-

Depois de 1982, quando foi eleito o primeiro governador depois do golpe de 1964, a situação só se agravou.

Em 1990 Alceu Collares foi eleito governador do Estado e assumiu depois do país passar por inúmeras turbulências - não se entende como sobrevivemos ao tsunami José argh! Sarney.

Collares não tinha como investir. O governador anterior, Pedro Simon, tinha enfrentado uma série de situações desastrosas e, mesmo assim, havia deixado vários obras em andamento, especialmente estradas. Mas como continuar e propor novos investimentos?

AC e sua equipe econômica enviaram para a Assembleia Legislativa um projeto de aumento de 1 por cento da alíquota do ICMS. Como não poderia ser de outra maneira, o debate foi intenso.

"Em todos os Estados, até hoje, a alíquota é de 18 por cento. Somente aqui no Estado, não se sabe o motivo, é 17 por cento", lembra o ex-secretário da Fazenda do Governo Collares, **Orion Cabral**, com quem tive a satisfação de conversar hoje de manhã.

Pois bem, depois de toda discussão, o projeto de aumento do ICMS foi a plenário.

Mais discursos inflamados e a votação foi surpreendente: EMPATE. O voto de minerva coube ao presidente da Assembleia, deputado Cezar Schirmer, do PMDB.

Schirmer fez um rápido pronunciamento e votou contra o aumento. A bancada do PMDB tinha 13 deputados, inclusive **José Ivo Sartori**. Votaram contra o aumento da alíquota.

-

Agora, independente de ser aprovado ou não o aumento do ICMS, Orion Cabral afirma que a Secretaria da Fazenda do RS está paralisada:
- Existe uma dívida de mais de 30 bilhões de reais, sendo que 11 bilhões de reais podem ser 'cobráveis'. Bastaria que a Procuradoria Geral do Estado e a própria Sefaz se empenhassem em cobrar desses que podem pagar. Não resta outra alternativa.

Em português claro, se houvesse empenho nessa cobrança o RS começaria a sair do atoleiro.

- Mas não vejo nenhum movimento neste sentido - diz Orion Cabral.

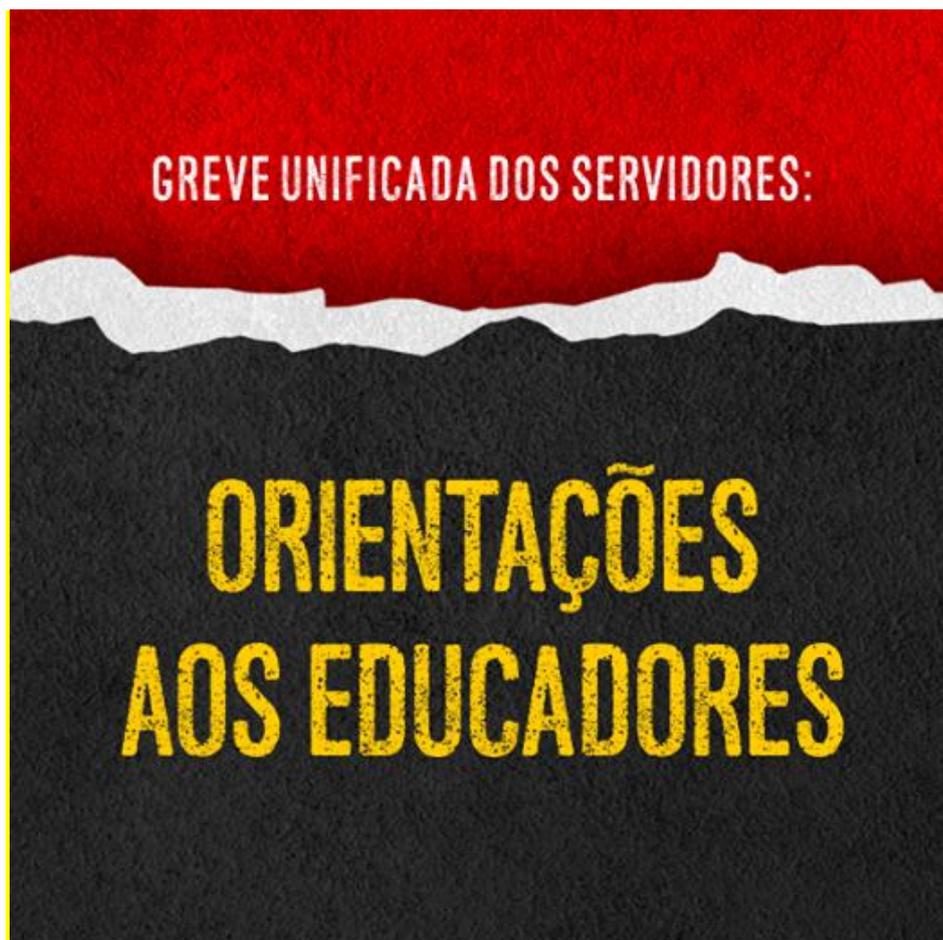
-

O ex-secretário da Fazenda lembrou que fez, no Governo Collares, o "Balcão de Negociação"

- Recebemos muitas críticas, por buscar a negociação, e porque se dava algumas vantagens para que pagassem as dívidas. Podíamos rever mulas, por exemplo. E o pessoal da PGE e da Sefazia nas empresas para cobrar. Eu, inclusive, fui em várias missões.

--

31. Orientações aos educadores



Cpers Sindicato

A ameaça de corte de ponto dos servidores estaduais que aderirem ao movimento grevista de três dias decidido em Assembleia Geral do CPERS/Sindicato e de outras categorias representa verdadeiro ato de terrorismo na tentativa de enfraquecer o legítimo e constitucional direito dos servidores de entrarem em greve.

A greve, todos sabemos, é medida extrema, mas não é ilegal, pelo contrário, tem sua previsão no art. 9º da Constituição Federal. A greve deflagrada nesta terça-feira também não é abusiva, pois é uma reação ao parcelamento de salários que vem ocorrendo, bem como uma série de medidas encaminhadas

pelo Governo do Estado que ferem direitos conquistados pelos trabalhadores estaduais.

O corte de ponto anunciado viola o direito constitucional de greve, bem como o princípio da dignidade humana, uma vez que os vencimentos dos servidores públicos têm reconhecidamente natureza alimentar, por isso o Supremo Tribunal Federal, através de seu Presidente o Min. Ricardo Lewandowski, reconheceu, recentemente, a ilicitude no desconto de salários decorrentes de greve aos professores do Estado de São Paulo (Reclamação 21040).

No caso do magistério, os professores sempre recuperaram as aulas, cumprindo a obrigação legal estipulada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o que aufere, ainda mais, ilicitude ao corte de ponto. Qualquer tipo de ameaça de demissão a servidores em estágio probatório ou em contrato, também viola o direito constitucional de greve, além dos princípios da moralidade e da impessoalidade, não podendo-se admitir que haja, na esfera pública, qualquer tipo de perseguição a adesão a movimento legítimo.

Da mesma forma, qualquer ameaça a destituição de funções de direção legitimamente eleitas também fere os princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade, da legalidade e de greve.

Portanto, o anúncio proferido pelo Sr. Governador tem como único objetivo tentar enfraquecer o movimento, cuja força está estampada nas ruas e com adesão significativa não apenas dos servidores estaduais, mas da sociedade em geral.

Serviço público de qualidade se presta com servidor público dignamente remunerado e com salários em dia. A inexistência de qualquer mesa de negociação, sem a apresentação de qualquer medida concreta por parte do Governo, legitima e garante a justeza do movimento unificado de greve.

Direção Central CPERS/Sindicato

33. Governo do Rio Grande Cria problemas para vender soluções

Juremir machado - CPOVO



Do [Juremir Machado no Correio do Povo](#)

Noam Chomsky incomoda muita gente.

Segundo ele, existem estratégias de manipulação aplicadas por toda parte com ajuda da mídia.

Um delas é “CRIAR PROBLEMAS, DEPOIS OFERECER SOLUÇÕES. Este método também é chamado ‘problema-reação-solução’. Cria-se um problema, uma ‘situação’ prevista para causar certa reação no público, a fim de que este seja o mandante das medidas que se deseja fazer aceitar. Por exemplo: deixar que se desenvolva ou se intensifique a violência urbana, ou organizar atentados sangrentos, a fim de que o público seja o mandante de leis de segurança e políticas em prejuízo da liberdade. Ou também: criar uma crise econômica para fazer aceitar como um mal necessário o retrocesso dos direitos sociais e o desmantelamento dos serviços públicos”.

O governo gaúcho estaria usando essa estratégia?

A crise é braba. O governo parcelou o pagamento do funcionalismo.

Consta que, no próximo mês, pagará apenas R\$ 500.

A oposição ofereceu o aumento imediato do uso dos chamados depósitos judiciais.

O governo quer, mas não antes de aprovar o seu pacote estrutural, inclusive com aumento de impostos.

Será que tem medo de ficar sem o problema para poder vender a sua solução?

34. José Ivo Sartori: "Vou fazer o que precisa ser feito"

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/08/jose-ivo-sartori-vou-fazer-o-que-precisa-ser-feito-4832432.html>

Governador do RS confirmou que não tem plano B para o caso de o aumento de ICMS ser rejeitado

Por: **Rosane de Oliveira**

25/08/2015 - 03h31min | Atualizada em 25/08/2015 - 06h55min

Compartilhar [E-mail](#) [Google+](#) [Twitter](#) [Facebook](#)



Sartori diz que os salários de agosto serão pagos no dia 31 com o "dinheiro que houver" no caixaFoto: Bruno Alencastro / Agencia RBS

Eram pouco mais de 16h desta segunda-feira quando o governador José Ivo Sartori entrou no gabinete da ala residencial do Piratini para a primeira entrevista exclusiva depois do envio do projeto de aumento do ICMS à Assembleia. Disse que a crise não lhe tira o sono, mas que dorme pouco porque está trabalhando demais. Em uma hora e 15 minutos de conversa, na qual respondeu inclusive a quatro perguntas de leitores (leia abaixo), Sartori confirmou que não tem plano B para o caso de o aumento de ICMS ser rejeitado e admitiu que, nessa hipótese, há risco de colapso dos serviços públicos. Pediu compreensão aos servidores, que deverão sofrer com novo atraso nos salários.

A crise do Estado lhe tira o sono?

Sempre tive dificuldades para dormir, mas, ultimamente, até não posso me queixar. Não me tira a alegria, nem a disposição, nem mesmo sono.

Evidentemente que o sono é mais reduzido, porque tem de trabalhar mais também.

O senhor está trabalhando quantas horas por dia?

No mínimo 10 horas por dia. Às vezes, vai um pouco mais longe, a 12 ou 14 horas. Depende.

Se o senhor soubesse exatamente os problemas que iria encontrar, teria sido candidato?

Ser candidato não é apenas uma questão de saber se o Estado está bem ou se está mal. A candidatura veio por uma necessidade, por um conjunto de situações. Teve uma questão local, partidária. Pesou muito a administração de Caxias do Sul e também um pouco a minha vida, minha história. Sabia das condições reais, financeiras, do Estado. Atitude a gente tem de ter e, quando assumi, assumi para valer. Acho que foi por isso que não prometi nada para ninguém, mesmo que digam que não tinha proposta nenhuma.

Na campanha o senhor dizia que só proporia aumento de ICMS se a sociedade pedisse. Até onde se sabe, não tem ninguém pedindo aumento de imposto. Como explica essa mudança para os seus eleitores?

Não é uma questão de vontade nem de incoerência. É uma questão de necessidade, mesmo que isso represente apenas um terço das possibilidades de equilibrar as finanças do Rio Grande do Sul.

Como é o efeito cascata do ICMS

Aumento do ICMS vai pesar no bolso do consumidor

E como pretende convencer aliados e o povo de que esse aumento é necessário e de que não há outro caminho?

Não é por vontade que está acontecendo essa proposta. É pela realidade das

finanças. Não tem dinheiro. Se não há o recurso, não fomos nós que criamos essa situação. Sempre uso uma expressão: não chegamos ao fundo do poço, passamos do fundo do poço. Uma atitude dessa natureza me impacta pessoalmente, mas sei o que serve para o Estado. Para alguém que está com câncer, não adianta dar Novalgina. É preciso criar condições de manter a máquina funcionando, os serviços públicos funcionando. Queremos ter o Estado necessário, aquele que é necessário para atender a população bem. Vou fazer o que precisa ser feito. Ninguém está cobrando imposto só para cobrar imposto. Vamos fazer também a parte da reestruturação administrativa, com muita veemência.

No que vocês não vão mexer?

O Banrisul está fora de qualquer possibilidade de privatizar ou de vender. Mas o que precisar mexer, vamos mexer. E a maior demonstração disso é que cortamos na nossa própria carne, na medida em que contingenciamos os cargos de confiança e o orçamento, não nomeamos ninguém, a não ser na educação, que abrimos precedente, cuidamos de diárias, do transporte e do telefone.

Se o [aumento de ICMS não for aprovado](#), o Estado fica ingovernável?

Não diria ingovernável, mas que fica claudicante, fica. Mas a gente não pode estar toda hora dizendo coisas que amargurem as pessoas e que as transformem em pessoas com falta de esperança. Temos que acreditar que é possível mudar. Acredito que aquilo que apresentamos na Assembleia é para melhorar o Estado, para poder atender melhor a segurança, a educação e a saúde. Todos os remédios se esgotaram e sobrou esse remédio amargo. Vou cumprir meu papel e minha missão. Não tenho receio de enfrentar isso, mesmo que tenha preço político muito grande. Apenas me preocupo que isso não represente prejuízo para a minha família, nem para os colegas de partido e seus aliados.

Antes de propor aumento de impostos, o senhor não poderia ter adotado outras medidas? Enxugar mais a máquina do Estado, por exemplo?

Imagina você, se nós mandamos quatro pedidos para a Assembleia e já deu todo esse rebu? Fora os outros que virão. É preciso ter clareza e certeza daquilo que você está produzindo. E que não vai ter prejuízo para a sociedade, isso é o mais importante. Acredito que é uma caminhada boa, mesmo pensando que extinguir um órgão aqui e outro ali você não tem resultado imediato. Você vai ter um resultado futuro que vai desonerar o Estado de algumas responsabilidades. É por isso que fomos, não digo obrigados, mas definimos uma pauta de projetos que mexem na estrutura.

Na fase 5 do ajuste fiscal teremos mais enxugamentos, mais órgãos sendo extintos, fusões ou privatização?

Estamos buscando todas as alternativas possíveis. Temos uma equipe que está tratando única e especificamente disso.

Municípios cobram R\$ 37 milhões da saúde do Estado

O senhor acha justo que a conta esteja sendo paga só pelo Executivo?

Estamos em negociações com o Judiciário e fizemos uma reunião com todos os poderes. Procuramos criar condições de diálogo. E temos tido muito respeito. Com o Poder Judiciário, estamos em uma boa caminhada com vários projetos que serão enviados à Assembleia.

Por que o senhor não aceitou a sugestão dos aliados de entrar na Justiça para tentar impedir que a União bloqueasse as contas do Estado?

Uma coisa é você ter a ideia. Outra coisa é interpretar. Uma terceira é trabalhar com a realidade. O que fizemos de esforço? Fomos ao STF (Supremo Tribunal Federal), fomos à Fazenda, aos ministros, ao vice-presidente da República. Tudo que é da nossa parte estamos fazendo. Tudo foi dialogado, por isso que

houve, em algum momento, até tolerância do governo federal de não ter bloqueado antes as contas.

Então o senhor descarta ação formal para tentar garantir que o dinheiro não seja bloqueado nos próximos meses?

Em absoluto. Todas as alternativas são pensadas. Nunca descartamos nenhuma. Só que cada coisa em seu lugar. Talvez tenha de ir novamente a Brasília nesta semana e procederemos conforme procedemos até aqui, republicanamente. Não fui eu quem criei essa crise financeira no Rio Grande do Sul nem quero debitar na conta dos outros.

Seus aliados dizem que, ao não debitar essa conta aos antecessores, o senhor assume uma responsabilidade que não é sua. Isso não lhe prejudica?

Quando a política é de baixa qualidade, qualquer afirmação serve. Sou de outro tempo. Acho que não é atirando pedra que você constrói uma realidade nova.

O projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual é muito temido pelos servidores porque eles identificam nele um limitador a futuros aumentos. Temos 2015 com salários congelados...

Ninguém congelou salários. Não tem dinheiro para pagar. É diferente.

Governador determina corte no ponto dos grevistas: "Falta será falta"

Mas para a maioria dos servidores, na prática, é congelamento. Como o senhor vai convencer os funcionários de que esse sacrifício vale a pena?

Acho que não é nenhum sacrifício. Claro, tem dificuldades. Sou pai de família, tenho filhos e começo cortando também do próprio governador, do vice, dos secretários, todos estão parcelados. Agora, a Lei de Responsabilidade Fiscal não atinge aqueles que estão hoje. Vai atingir os novos servidores. Da mesma

forma o projeto de lei complementar da previdência. Foi por isso que até decidimos não chamar concursados, porque os novos terão de entrar, espero, em um novo regime jurídico.

Há quem tema adiamento dos aumentos aprovados pelo governo ano passado para segurança pública e que estão determinados em parcelas.

A maior demonstração foi dada no próprio recebimento dos servidores, todos eles receberam em maio.

Alguma das parcelas pode ser adiada?

Não sei se em novembro vai ter recurso para pagar, isso sim. Por enquanto, está mantido sem problema nenhum.

Sobre as seguintes não há definição?

Como vamos ter? Não sabemos se os projetos na Assembleia Legislativa, o caixa do governo e as condições financeiras vão atender às necessidades. Se não atender é porque não tem o dinheiro.

Com relação a extinções, quais os critérios para definir [a Fundação Zoobotânica na primeira leva?](#)

Não foi só essa, tem Fundergs, Fepps e Cesa. Os critérios são que o trabalho pode ser absorvido pela secretaria de Estado, pela Fepam, pelas organizações do próprio governo. Momentaneamente, isso não vai significar mais dinheiro no caixa, mas significa criar condições de potencializar muito mais a capacidade e desonerar o Estado para o futuro.

["Acho que ele matou minhas aulas de ecologia", diz ex-professor de Sartori sobre extinção da FZB](#)

Faltou comunicação? Muita gente acha que o senhor está acabando com

o Jardim Botânico, o zoológico...

Isso faz parte da luta política. Mexer em algumas áreas é problemático. Só com essas quatro já deu esse carnaval todo, imagina quando a gente acentuar outras questões?

Demorou bastante até seus aliados perceberem que a crise financeira do Estado era grave. Chegamos ao momento em que o senhor foi até dia 21 para pagar as contas do mês passado, com bloqueio das contas pela União.

Não foram pagos fornecedores, não foram pagos credores, tantos outros que tinham que receber recursos do Estado.

Estamos no dia 24 e resta uma semana de arrecadação para pagar credores que ficaram para trás, mais a folha de salários. Evidente que essa conta não fecha. Como o senhor vai fazer para pagar o salário no dia 31?

Com o dinheiro que tiver.

Mas o senhor sabe que tem menos de um terço da arrecadação.

Como vou fazer uma projeção se não sei o que vai acontecer no caixa da Secretaria da Fazenda ou do Tesouro?

O senhor conta com a possibilidade de receita extra ou só com o ingresso de impostos?

Pelo que sei hoje, não tem nenhuma possibilidade de recursos extras de qualquer fonte, nem de financiamento. O Estado não pode fazer financiamento sequer de R\$ 1.

O senhor teme uma [onda de greves nos serviços essenciais](#) se houver parcelamento e que seja ainda uma parcela bem menor como a matemática indica para o dia 31?

Fizeram greve mesmo recebendo...

Rosane de Oliveira: preocupação passa a ser o 31 de agosto

Marta Sfredo: os arrecadadores de sempre

Como o senhor pretende administrar o Estado se houver essa onda de greve?

Espero que todo mundo conheça a realidade, que demorou muito para ser entendida. Fomos a todas as regiões do Rio Grande do Sul discutindo com as entidades, as organizações, inclusive com servidores públicos. A questão das pessoas não trabalharem é uma questão que todos têm o direito de fazê-lo, apenas não gostaria que sociedade fosse penalizada. As pessoas têm que se dar conta que eles têm o problema deles, mas também tem a sociedade. Se você não tem o dinheiro e não tem as condições de pagar? Temos que criar condições de, minimamente, atender às necessidade da sociedade.

Por que o senhor não mandou projeto que amplia uso dos depósitos judiciais e evitaria atraso agora dia 31 dos salários?

Já foram recolhidos R\$ 8,5 bilhões dos depósitos judiciais, perspectiva é de recolher mais R\$ 1 bilhão, já estamos praticamente acordados com o Poder Judiciário, inclusive com redução de juros. Resolver uma coisa paliativa?

Temos que resolver o conjunto, tem todos os outros projetos que estão lá na Assembleia, a questão do ICMS. Essa questão com certeza vai ser encaminhada na próxima fase, mas é um paliativo, vai servir para um mês e meio, dois meses no máximo.

TJ aprova isenção de 50% dos juros dos depósitos judiciais ao Piratini

Uma das áreas em que a população clama por melhorias é a segurança. O senhor disse que não vai nomear ninguém...

Até o fim do ano, não. Temos perspectiva de que, melhoradas as condições financeiras... Como vamos fazer se há 1,2 aposentado para um em atividade? Não tem como mexer nisso. Tem que criar condições de olhar para frente.

O senhor se sente bem tratado pelo governo federal?

Como você vai conseguir recurso federal se as condições nacionais estão contingenciadas para todos os Estados? Temos feito nossa parte, fomos a todos lugares preparando terreno, com a presidente da República em duas oportunidades em viagens no Rio Grande do Sul. Ela conhece as dificuldades do Estado. Tenho conversado com ministros, vice-presidente, com ela em quatro oportunidades. Não me sinto como uma pessoa que precisa verbalizar uma atitude mais dramática ou acintosa. Se isso resolvesse o problema, já teria feito.

Os investimentos no Estado estão praticamente parados por conta desta crise...

Não, não, não.

Mas não se vê investimentos.

Já temos aqui, nestes oito meses, entre projetos já assentados e outros que vão investir, mais de R\$ 12 bilhões com certeza.

Falo de investimentos públicos. Na campanha, o senhor disse não ter preconceito com concessões e parcerias público-privadas. Por que ainda não deslanchou?

Não havia nada preparado até agora sobre concessões, isso requer estudos, convicção, firmeza, seriedade, responsabilidade. Sabemos o que aconteceu com muitas concessões pelo mundo afora. Estamos formalizando um estudo

das concessões, desejamos que aquilo que o governo federal vai fazer a partir do ano que vem possamos fazer alguma coisa integradamente, fazer todas essas ligações que tem com Santa Catarina. E olhar para BR-101, BR-116, para que tudo se transforme para corredor para Rio Grande. Inclusive as nossas, se pudermos fazer juntos uma rede que ligue com as rodovias federais, ficaria melhor para facilitar o corredor para o porto.

E nas estaduais? Em quanto tempo as licitações estarão na rua?

Depende das negociações com o governo federal, que queremos fazer conjuntamente. Aquelas que são separadas, com certeza poderão ser feitas separadamente. Não sei o timing, daqui um mês, dois meses, fim do ano, quando for. Por enquanto, vamos trabalhando com os recursos que temos, com as nossas possibilidades. Mas vamos avançar bastante na concessões de rodovias.

Como imagina que seu governo entrará pra história do Rio Grande do Sul?

Aquele que fez aquilo que precisava ser feito.

Isso significa o que na prática?

Sem preconceito político-ideológico de fazer concessões, de tomar atitudes que precisa tomar e preparar o Estado para outra realidade no seu futuro.

GOVERNADOR RESPONDE A PERGUNTAS DE LEITORES



Foto: Isadora Neumann/Agência RBS

Kenya Monteiro, estudante do 3º ano da Escola Estadual de Educação Básica Apeles Porto Alegre. Está com a formatura marcada para 17 de dezembro e não sabe se vai conseguir se formar a tempo.

Estamos a dois meses do Enem e mais alguns meses do Vestibular da UFRGS. Estamos há um mês com essa função de greve e os professores matando matéria, sem ter o que fazer. Como senhor vai resolver esse problema?

Não é o governador que vai resolver todo o problema. A Secretaria de Educação, a direção dos colégios, os professores, cada um com a sua responsabilidade. Disse no dia que resolveram oferecer três dias de paralisação que não era para penalizar a sociedade. Todos tinham recebido o salário. Acho que a preocupação da menina é verdadeira. Ela tem o direito dela e nós vamos cumprindo o nosso papel.



Foto: Marcelo Carôllo/Agência RBS

Diogo Luiz Burilli, pai dos meninos Enzo, 14 anos, e Giordano, 12 anos, que foram objeto de reportagem de ZH no dia 19, data da paralisação dos servidores. Na turma de Enzo, no Instituto de Educação Flores da Cunha, ele era o único aluno em sala de aula.

Antes de ser governador e prefeito, o senhor foi professor, e sabe muito bem das dificuldades que o segmento de ensino está enfrentando. O que podemos esperar que o senhor vá fazer para melhorar a qualidade de ensino?

Uma pena que, às vezes, por motivos que não saberia qualificar, se deixa de dar aula, de atender quem precisa. Sempre gostei de dar aula e nunca me queixei daquilo que ganhava. Procurei fazer o melhor porque sabia que na minha frente tinha alguém que precisava construir sua história, que era agente do seu próprio destino. Acredito que o que o Enzo passa, de se achar sozinho na sala de aula, é um momento muito difícil. Imagine se eu tivesse assinado quando era candidato a governador todas as solicitações que tinham sido feitas

pelo Cpers. Com certeza hoje teria cometido uma grande mentira e feito aquilo que normalmente se faz em época de eleição, quando se aceita tudo que é pedido. Depende muito, para melhorar a qualidade de ensino, do envolvimento de todos.



Foto: Marcelo Carôllo/Agência RBS

*Lisiane Stefanello, mãe de Denner Schavinski Centeno, 18 anos, **atacado por um assaltante** próximo ao Colégio Protásio Alves no dia 8 de julho.*

O que o senhor tem como plano estratégico emergencial para Porto Alegre em vista dos assaltos e da insegurança, que estão alarmantes.

Em primeiro lugar, Lisiane, a minha solidariedade. Sei que depois do evento do Protásio Alves já foi colocado lá gente para fazer prevenção. Nos colégios estamos trabalhando muito com os Cipaves (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar). No começo, a meta era chegar a 100, e já são 800 escolas que aderiram. Junto com Segurança, Educação, Políticas Sociais e Justiça e Direitos Humanos, já começam a dar sinais positivos de que

a sociedade tem de se apoderar também da escola. As dificuldades financeiras não podem eliminar a participação de todos nós na solução dos problemas, inclusive da segurança. Vamos evoluindo nas questões estratégicas da segurança para oferecer o melhor à sociedade.



Foto: Tadeu Vilani/Agência RBS

*Jairo Antônio de Labernarde, pai de Jonas Schmitt de Labernarde, **assassinado durante assalto a ônibus** que fazia a linha Porto Alegre-Viamão, na noite do dia 17.*

Quantos inocentes o senhor vai deixar matar antes para depois tomar uma atitude de homem para proteger nossos familiares?

Essa é uma preocupação de qualquer pai e cidadão. Minha solidariedade a ele. Temos de criar condições para que se construa verdadeiramente uma cultura da paz. O governante sozinho não vai resolver todos esses problemas se não tivermos cuidado e respeito com a vida do outro. Essa luta pertence a todos

nós. Por isso criamos as Cipaves, uma maneira de trabalhar, educar e preparar para o futuro.

35.Movimento unificado de servidores define próximas ações: greve independente de parcelamento



Foto: Caroline Ferraz/Sul21 - 26/ago/2015, 15h55min

Luís Eduardo Gomes

Em assembleia realizada na sede do Centro dos Professores do Estado do Rio grande do Sul (CPERS) nesta quarta-feira (26), os representantes das 43 categorias do funcionalismo público do Estado decidiram os próximos passos da mobilização unificada contra as políticas de ajuste fiscal do governo do Estado. Os servidores reiteraram a posição de que será feita uma paralisação geral de quatro dias, entre os dias 31 de agosto e 3 de setembro, caso não seja retirado da pauta da Assembleia Legislativa (AL-RS), até a próxima sexta-feira (28), o Projeto de Lei Complementar (PLC) 206, independentemente de haver novo parcelamento de salários ou não.

“Se não for retirado o PLC 206 e os outros projetos de lei que nos atacam até sexta-feira, dia 31 entramos em greve até o dia 3”, disse a presidente do CPERS, Helenir Aguiar Schürer. “Mesmo que ele pague integralmente”, afirmou.

A presidente do CPERS, uma das entidades que lidera o movimento unificado dos servidores estaduais, salientou que a unidade da categoria foi formalizada

em abril, quando o governo encaminhou para a AL o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, que congelou os gastos do Estado para 2016 nos patamares de 2015.

“Algum pedaço da mídia tenta caracterizar o nosso movimento como se fosse por atraso de salário. Ao contrário, desde abril nós estamos nos mobilizando e construindo o movimento. O atraso do salário, para mim, foi uma forma do governo tentar diminuir o nosso movimento”, afirmou a professora.

Para Helenir, a aprovação da redação atual do PLC 206 irá inibir investimentos do Estado no serviço público, o que traria prejuízos especialmente em saúde, educação e segurança.



Helenir negou que as paralisações dos servidores sejam só sobre o parcelamento dos salários | Foto: Caroline Ferraz/Sul21

“Se hoje estão fechando hospitais, o governo não aponta para que isso cesse, ao contrário, aponta para que isso aprofunde, essa é a posição do 206. Se hoje estão faltando 2 mil professores, com certeza o governo trabalha para que falte mais professores – mais de 500 já se exoneraram esse ano. Se na segurança, hoje os carros estão parados porque não tem sequer IPVA pago, não tendo investimento, vai aumentar esse problema”, disse Helenir. “Nós não estamos contra o PLC somente porque vai congelar nossos salários, porque também vai, mas porque há um desmonte do serviço oferecido à população”.

Próximas ações

Além da paralisação de quatro dias, as categorias do funcionalismo pretendem realizar uma série de ações e atos de rua entre os próximos dias 31 e 3. No dia 3, a ideia do movimento é organizar uma grande mobilização para participar da audiência pública convocada para a data que irá debater o PLC 206.

“Nós queremos a clareza dos deputados sobre o que eles querem. Um estado que ofereça sustentação para aquela população que mais necessita, com a presença da política pública, ou se eles querem um estado reduzido, que é o que o governador Sartori quer, e aqueles que tiverem problemas de educação, saúde e segurança e não tiverem dinheiro terão quase zero de oferta. Esse é o debate”, disse a presidente do CPERS.

A minha vontade é, se receber R\$ 500, devolver, porque aí é o fim

No dia 4, a ideia é realizar ações junto a partidos da base do governo de José Ivo Sartori (PMDB), especialmente o PDT. “Para nós, é muito difícil entendermos a posição de um partido que se diz trabalhista, um partido que diz que sua bandeira principal é a educação, apoiando o governo na extinção de empresas que fazem pesquisa e diminuição de recursos para a educação”, afirmou Helenir.

A partir do dia 4, a ideia dos servidores é acompanhar na AL a votação dos projetos de ajuste fiscal encaminhados pelo governo. “Quando entrar em votação os projetos aos quais nos contrapomos, vamos botar gente em Porto Alegre para inibir a votação dos projetos”, afirmou.

Novo parcelamento

Apesar de o governo ainda não ter anunciado oficialmente se haverá um novo parcelamento do salário dos servidores, a expectativa é que, na próxima segunda-feira (31), eles recebam apenas uma parcela entre R\$ 500 e R\$ 1 mil – no final de agosto, os servidores receberam uma parcela de R\$ 2.150.

Helenir disse esperar que o governo não cumpra as expectativas de pagar apenas R\$ 500 ao funcionalismo. “Eu quero acreditar que ainda tenha um pouco de seriedade neste governo. Se tiver um mínimo de seriedade, é óbvio que ele não vai pagar R\$ 500 para os servidores. Cortar R\$ 1 do salário já é desrespeitoso. Agora, pagar R\$ 500 é debochar, não só dos servidores, mas do povo gaúcho. Eu não acredito que a irresponsabilidade do governo chegue a tanto”, disse. “A minha vontade é, se receber R\$ 500, devolver, porque aí é o fim”.



Encontro reuniu as lideranças das categorias do funcionalismo público estadual | Foto: Caroline Ferraz/Sul21

35. Estratégia perversa e desumana

Ricardo Haesbaert - 26/ago/2015,

O governador se elegeu pregando austeridade, afirmando que não aumentaria impostos e que suas prioridades eram saúde, segurança e educação. Em oito meses de governo ele fez tudo diferente do que disse.

Já no início da gestão, Sartori falava em conter gastos, porém homologou o reajuste de 46% para ele e de 64% para seus secretários, acabou com a Secretaria de Políticas para as Mulheres ao mesmo tempo em que criou uma secretaria especialmente para a esposa, empregou parentes de secretários e deputados, indicou secretários de estado para o Conselho de Administração do Banrisul, e de outras empresas, aumentando, e muito, a renda de seus parceiros.

Ajeitados os amigos e parentes, o que fazer com o Rio Grande? Na campanha, Sartori não informou aos gaúchos que aplicaria a velha receita do PMDB: discurso do caos, arrocho nos servidores, precarização dos serviços públicos de saúde, segurança e educação, privatizações, além do sempre desejado aumento de impostos. Em maior ou menor grau, foi assim com Simon, Britto e Rigotto e este sempre foi o projeto não declarado de Sartori.

No entanto, para implantá-lo era necessário criar as condições políticas ideais e a República dos Parentes traçou a sua estratégia. Eles concluíram que a forma mais eficiente para a sociedade gaúcha “engolir” o remédio amargo era criar um clima de caos, precarizando os serviços públicos e parcelando os salários dos servidores.

Concretamente, Sartori retirou recursos da segurança pública acabando com as horas extras, reduzindo as diárias e as cotas de combustível, além de não contratar os concursados para, ao menos, repor as aposentadorias. Na saúde, reduziu os repasses a hospitais e prefeituras causando a redução dos atendimentos pelo SUS e prejudicando quem mais precisa. Ao mesmo tempo em que destruía a segurança e a saúde, Sartori punha a culpa na necessidade de pagar os salários dos servidores. Porém, todos sabemos que isto é falso.

Desde que assumiu, o governador poderia ter enviado projeto à Assembleia aumentando de 85% para 95% a utilização dos depósitos judiciais, o que garantiria o pagamento em dia dos salários dos servidores sem necessidade de sacrificar a população retirando recursos da saúde e da segurança e sem atrasar os pagamentos ao governo federal. Mas... Por que ele não fez isso?

Porque a estratégia é semear violência, medo, insegurança e desassistência para justificar seu remédio amargo. Sartori não tem coragem de apresentar

claramente suas propostas, então ele cria uma situação de caos para aprovar seus projetos e põe a culpa na crise. Quer que todos pensem que não é ele que deseja fazer as maldades e, sim, a situação que o obriga, desta forma ele se exime de responsabilidades. O sonho dele é fazer a sociedade gaúcha implorar por aumento de impostos, privatizações, extinções, concessões e outros. Parece fácil, só que não.

Esta é uma prática política inaceitável e merecedora do repúdio de todos os gaúchos. O desmonte da segurança ameaça a sociedade com o aumento de assaltos, de furtos e de mortes, o da saúde deixa milhares de pessoas desamparadas, pois muitas cidades suspenderam, ou reduziram, o atendimento pelo SUS. O parcelamento salarial traz insegurança para os servidores, que não podem planejar as suas vidas e, em muitos casos, até a alimentação da família fica comprometida.

Governador, a segurança e a saúde da população não são moedas de troca. Os gaúchos já sabem que o senhor não paga em dia porque não quer, pare de ampliar a crise para encobrir a estratégia perversa e desumana de seu projeto excludente.

.oOo.

Ricardo Haesbaert é servidor público e enfermeiro.

36.O remédio amargo de Sartori vai dar dor de cabeça

Sergio Araujo - 27/ago/2015, 8h01min

O ainda pouco conhecido José Ivo Sartori está incluindo em seu currículo mais uma característica ao seu estereótipo político: O sincericídio. Uma espécie de sinceridade fatalista. Trata-se de uma novidade em termos de administração peemedebista. Antes dele, as gestões do PMDB ficaram marcadas pelo imobilismo do governo Simon, pela prepotência do governo Britto e pela passividade do governo Rigotto. Mas excluindo essa comparação postural, qual deverá ser a marca do governo Sartori? O caos organizado? Aquele que na falta de planejamento virou plano de governo? Uma espécie de gestão às avessas? Do quanto pior melhor?

Para quem se surpreendeu com a sua eleição, a ponto de assumir dizendo que a ficha ainda não tinha caído, passar quatro anos no comando do governo do Estado é lucro. Ainda mais quando ele declara estar consciente de que com as medidas recessivas que está tomando e que ainda pretende ampliar, pensar em reeleição é algo impossível, se levamos em conta o seu sincericídio. “Não tenho receio de pagar o preço político por atitudes que tomei para começar a mudar o Estado”, disse ele publicamente.

Mas a dúvida que fica é: Seu partido, o PMDB, também pensa assim? Será que os peemedebistas estão dispostos a ter mais uma passagem meteórica pelo governo do Estado? E os partidos da base aliada, estarão dispostos a repartir os prejuízos políticos? E o eleitor, que acreditou nas poucas promessas de Sartori, que pouco a pouco começam a ser desmentidas?

Óbvio que a incapacidade para resolver os problemas que impedem o desenvolvimento do Rio Grande não se prendem apenas as administrações peemedebistas. Nas quase três décadas e meia após o retorno das eleições diretas para governador passaram pelo governo do Estado o PT, duas vezes, o PP (na época PDS), o PDT e o PSDB. Nenhum deles conseguiu encontrar soluções para os entraves estruturais do Estado.

É preciso, por uma questão de fidelidade histórica, ressaltar que os governos Britto e Yeda bem que esboçaram algumas tentativas que no final se mostraram estéreis, quer pela arrogância dos seus proponentes, quer pela forçosa imposição de um Estado mínimo, o que os tornou inimigos do funcionalismo público, equívoco este que está se repetindo no governo Sartori.

Então, o que estamos vendo atualmente é mais do mesmo. Muito sacrifício (sempre para os mesmos), nenhuma criatividade e inovação, e, conseqüentemente, pouca visibilidade futura para a melhoria do Estado. A saúde, a segurança e a educação pioraram. A descrença com a classe política também. E muito. Nesse caso, com abrangência nacional. E a projeção negativa quanto ao futuro do Rio Grande passou a ser uma certeza. O desenvolvimento continuará sendo apenas uma miragem.

Mas e o que fazer para melhorar a situação? Qual o reflexo que esse caos trará às eleições municipais do ano que vem? Suicídio coletivo? Do PMDB e dos partidos da base aliada? Claro, pois não resta dúvida que mesmo que as medidas impopulares de Sartori deem resultado, coisa que até os seus correligionários duvidam, isso não acontecerá à curto prazo. Ao contrário da memória do eleitor, que estará bem avivada na hora dele digitar seu voto.

Ao potencializar suas medidas para tirar o Estado da grave crise financeira em que se encontra, a ponto de comparar a situação com a de um paciente com câncer que não irá se curar com Novalgina, Sartori esquece que uma prescrição equivocada ou dose excessiva de um remédio amargo, pode matar o paciente, no caso o já combalido Rio Grande do Sul.

Por isso causa espanto a afirmação do governador de que a crise não lhe atrapalha o sono. Talvez não o dele, que tem mais três anos e meio pela frente, mas certamente está causando muita insônia aos candidatos dos partidos que lhe apoiam e que irão disputar as eleições de 2016 e, principalmente, aos 11,2 milhões de gaúchos que viram seus sonhos se transformarem em pesadelos.

.oOo.

Sergio Araujoé jornalista e publicitário.

37.Sartori apresenta projeto de lei para privatizar ensino público gaúcho

Posted on **26 de May de 2015** by **Rachel Duarte**

<http://rachelduarte.sul21.com.br/2015/05/sartori-apresenta-projeto-de-lei-para-privatizar-ensino-publico-gaucha/>



Governador José Ivo Sartori na abertura do ano letivo. Foto: Palácio Piratini

Tramita desde o começo de abril, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS), projeto de lei do governador José Ivo Sartori (PMDB) que estabelece Parcerias Público-Privadas (PPPs) na educação pública gaúcha. O PL 103\2015 está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e aguarda parecer do deputado estadual Ciro Simoni (PDT). Se aprovada, a nova legislação irá flexibilizar a gestão das escolas da rede estadual com a iniciativa privada.

A intenção do governo Sartori é criar o programa “Escola Melhor: Sociedade Melhor” que prevê ‘alcançar contribuições financeiras para a melhoria da qualidade do ensino da rede pública Estadual’. As pessoas físicas ou jurídicas podem doar materiais didáticos, fazer reformas físicas e investir em infraestrutura tecnológica (wi-fi, notebooks). Podem também fazer intervenções pedagógicas por meio de palestras e ‘outras em acordo com a direção e Conselho Escolar’. Em contrapartida, podem fazer publicidade e propaganda das suas iniciativas nas escolas.

A proposta é vista como privatização do ensino público pelo segundo vice-presidente do Cpers, Luiz Veronezi. “O governo tem dito que é um projeto que não divide a responsabilidade com as empresas, apenas uma permuta de investimento por publicidade. Mas a educação é investimento e não gasto. Repassar à iniciativa privada qualquer possibilidade de gestão é mudar o sentido da educação pública”, afirma.

O estado tem que ser responsável e garantir o direito constitucional de acesso à educação de qualidade. No entanto, os déficits financeiros e dívidas públicas tem levado os agentes públicos a optarem pelas Parcerias Público-Privadas (PPPs) em várias áreas. No caso da educação, a primeira escola construída pela iniciativa privada foi inaugurada pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Receita Yeda Crusius de governar



Ex-governadora Yeda Crusius (PSDB) e a ex-secretária estadual de Educação, Mariza Abreu que também foi secretária no governo de Caxias do Sul.

No Rio Grande do Sul, parcerias com instituições privadas foram ensaiadas no governo de Yeda Crusius (PSDB). Em 2006, a ex-governadora lançou o projeto “Jovem de Futuro – Qualidade Total no Ensino Médio”, uma parceria firmada entre o governo gaúcho e o Instituto Unibanco. O programa foi implantado em 25 escolas exclusivamente de Porto Alegre e Região Metropolitana, escolhidas pelo governo e pelo banco. A instituição financeira repassava anualmente R\$ 100 por aluno regularmente matriculado. A justificativa dada por Yeda Crusius na época foi que o projeto ‘contribuiria para a melhoria do atendimento educacional oferecido nas escolas’.

“Algumas escolas foram ajudadas nesta época, mas em outras, ocorreram problemas porque a empresa queria dar a linha para a escola. Isso é obrigação da escola. Não é a lógica do mercado que rege o ensino. Não formamos cidadãos para mão de obra barata. A escola é espaço de aprendizagem e de cidadãos críticos. O Sartori está repetindo a receita da Yeda com a Agenda 2020 em que a Gerdau e outras empresas norteavam a governança do estado. Isto já nos mostrou que é uma experiência que pouco contribui para o desenvolvimento”, critica o segundo vice-presidente do Cpers, Luiz Veronesi.

O governo de José Ivo Sartori herdou do governo Tarso Genro um total de 1.494 escolas reformadas nos últimos quatro anos. O contencioso de 1.000 reformas não realizadas por governos anteriores também foi atualizado no governo Tarso. No entanto, o esperado Plano

de Necessidade de Obras (PNO) só garantiu a construção de 11 escolas até o final de 2014 das 388 previstas por Tarso. Outros 128 projetos em elaboração poderiam ser feitos se o governo estadual obtivesse novas fontes de financiamento.

“O modelo neoliberal na educação com o auxílio de empresas para obras é arriscado por que desobriga o estado a investir e facilita o descaso com a coisa pública. Tivemos uma experiência no Chile com a iniciativa privada na educação pública que teve um crescimento e depois decaiu. O problema financeiro, alegado pelo governo atual só existe da porta do Palácio para fora, porque do Palácio para dentro aprovaram o aumento dos próprios salários já nos primeiros atos de governo”, critica o vice-presidente do Cpers.

A experiência internacional com as PPPs

Bandeira de diversos gestores quando candidatos, a educação pública de qualidade tem colaboração direto da iniciativa privada em diversos países. Segundo estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) para o Tribunal de Contas da União (TCU) as experiências na Inglaterra, Irlanda e Portugal foram consideradas positivas devido à expertise destes países com sistemas de controle e nas parcerias com o terceiro setor.

Conforme pesquisa realizada pelo próprio Tesouro do Reino Unido indicou que 80% dos usuários de serviços entregues nestes países por meio de PPPs estão sempre ou quase sempre satisfeitos. Outro relatório, publicado em 2002, indicou que 76% desses projetos foram entregues em tempo e/ou antecipados. As pesquisas relataram também que 78% dos projetos permaneceram nos limites do orçamento público.

No entanto, controvérsias suscitaram debates calorosos nestes países ao longo da implantação das PPPs. Antes do fim dos anos 80, o aumento das despesas do governo britânico, por exemplo, coincidiu com a diminuição dos gastos públicos essenciais, sugerindo que os necessários investimentos no setor público haviam sido substituídos pelas PPS.

40. Mesmo com crise, dívida da maioria dos estados caiu no primeiro semestre

URL:

- 31/08/2015 – Brasília - Wellton Máximo – Repórter da Agência Brasil*

A crise econômica não tem afetado o ajuste fiscal na maioria dos estados. Segundo levantamento da **Agência Brasil** com base em relatórios de execução orçamentária enviados pelos governos estaduais ao Tesouro Nacional, 17 unidades da Federação conseguiram reduzir o endividamento no primeiro semestre.

O levantamento usou como parâmetro a relação entre dívida consolidada líquida (DCL) e receita consolidada líquida (RCL), estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal. A DCL leva em conta tudo o que o governo local deve menos o que tem a receber. A RCL considera tudo o que o estado arrecada, deduzidas as transferências para os municípios. Os dois indicadores excluem as receitas e os gastos com a previdência dos servidores públicos locais.

As unidades da Federação que apresentaram queda na relação DCL/RCL são: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins. Até governos que enfrentam problemas financeiros, como o do Paraná e o do Distrito Federal, reduziram o endividamento nos seis primeiros meses do ano.

Em quatro estados – Goiás, Mato Grosso, Pará e Paraíba – a relação entre dívida e receita ficou próxima da estabilidade, subindo menos de 1 ponto percentual. Em outros quatro estados – Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo – o indicador apresentou aumento significativo. As maiores altas foram observadas em Minas Gerais (10,61 pontos) e na Bahia (6,68 pontos).

Único estado que estoura o limite de 200% na relação DCL/RCL estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o Rio Grande do Sul registrou o terceiro maior aumento. A razão DCL/RCL passou de 209,33% no fim do ano passado para 213,52% no fim de junho. A situação tende a piorar no segundo semestre, com o atraso no pagamento das parcelas da dívida do estado com a União, por causa do pagamento de multas e de encargos adicionais.

Entre os estados que reduziram o endividamento, as maiores quedas ocorreram em Rondônia (-12,77 pontos), Amapá (-9,9 pontos) e Roraima (-7,88

pontos). Por não terem enviado os relatórios ao Tesouro Nacional dentro do prazo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte ficaram fora do levantamento.

Em 14 das 17 unidades da Federação onde a relação DCL/RCL caiu, a queda decorreu da redução nominal da dívida. Apenas em Alagoas, no Piauí e no Rio de Janeiro, a dívida consolidada líquida subiu no primeiro semestre, mas a alta foi compensada pelo aumento da receita em ritmo maior. Nos estados onde a relação ficou estável, a dívida e a receita aumentaram em ritmos parecidos, exceto em Mato Grosso, onde os dois indicadores caíram simultaneamente.

Nos estados em que a razão entre DCL e RCL subiu, o principal responsável foi a alta nominal da dívida consolidada líquida, que subiu em ritmo maior que a receita. Em Minas Gerais, que liderou a alta no endividamento, a dívida aumentou 4,81% e a receita corrente líquida caiu 1,06% em valores nominais.

A **Agência Brasil** procurou as secretarias de Fazenda dos quatro estados onde a relação dívida/receita subiu. Apenas a de Minas Gerais respondeu. Segundo o governo mineiro, além da queda da receita corrente líquida, a alta do dólar impactou a correção da dívida externa atrelada ao câmbio e da dívida interna corrigida pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI).

Atualmente, a parcela da dívida dos estados renegociada com a União no fim dos anos 90 é corrigida pelo IGP-DI mais 6 ou 7,5 pontos percentuais por ano. Até junho, o índice acumulava 6,21% em 12 meses, totalizando correção de 12,21% ou de 13,71%, dependendo do caso.

No ano passado, o Congresso aprovou uma lei que determina a troca do indexador para a taxa Selic (juros básicos da economia) ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 4 pontos percentuais, prevalecendo o menor índice. A falta de regulamentação da medida fez os parlamentares aprovarem outra lei determinando a troca até o fim do ano.

Nos 12 meses terminados em junho, a taxa Selic média estava em 11,87% ao ano, e o IPCA acumulava alta de 8,89%, totalizando correção de 12,89%, caso o novo indexador fosse aplicado.

* *Colaborou Daniel Lima*

Confira abaixo a variação do endividamento dos estados no primeiro semestre:

Relação dívida/receita

	31/12/2014	30/06/2015	Varição (p.p.)
AC	73,91%	68,16%	-5,75
AL	153,89%	151,30%	-2,59
AM	30,76%	26,79%	-3,97
AP	41,21%	31,31%	-9,90
BA	39,94%	46,61%	6,68
CE	42,20%	39,91%	-2,30
DF	20,67%	16,35%	-4,32
ES	26,97%	25,69%	-1,28
GO	89,76%	90,53%	0,77
MA	46,26%	41,22%	-5,05
MG	178,97%	189,58%	10,61
MT	42,41%	42,88%	0,47
PA	9,96%	10,30%	0,34
PB	36,98%	37,82%	0,83
PE	57,93%	55,17%	-2,76
PI	60,89%	59,97%	-0,92
PR	58,14%	53,97%	-4,17
RJ	178,19%	172,61%	-5,58
RO	62,13%	49,96%	-12,17
RR	18,44%	10,56%	-7,88
RS	209,33%	213,52%	4,19
SC	45,14%	40,64%	-4,50
SE	57,07%	51,61%	-5,46
SP	147,81%	150,60%	2,78
TO	32,67%	30,22%	-2,45

Relação caiu

Relação aumentou menos de 1 p.p.

Relação aumentou mais de 1 p.p.

MS e RN não enviaram dados ao Tesouro

39. Sartori, ForrestGump e as nossas façanhas

Ricardo Almeida

31/ago/2015 - <http://www.sul21.com.br/jornal/sartori-forrest-gump-e-as-nossas-facanhas/>

ForrestGump – *O Contador de Histórias* é uma comédia dramática que proporciona algumas reflexões contraditórias sobre a história política dos EUA na segunda metade do século 20. No filme, o diretor Robert Zemeckis revela a existência de um olhar voltado apenas para o presente (imediato), para os chamados prazeres individuais, que deixam a construção do futuro para os “outros”, num mundo dominado pelo egoísmo, pela alienação, pelos selfies e pela reprodução dos hábitos de “celebridades”.



Apesar de ser uma personagem amável, Forrest vivia sem entender o que se passava à sua volta. No entanto, mesmo atrapalhado, ele acabou se tornando uma testemunha da história política norte-americana, pois estava presente “no momento certo” e “na hora certa”, quando fatos importantes aconteciam. Assim, na sua ingênua curiosidade, ele acabou fazendo parte da história, pois sua “participação” foi registrada pelas lentes dos fotógrafos e pelos jornalistas de plantão.

Nas poucas vezes em que falava o “soldado Gump” dizia que era fácil servir ao exército, pois bastava “fazer a cama direitinho”, “estar sempre em pé” e “responder todas as perguntas” dizendo: “Sim, senhor!”. Na vida real também existem pessoas que repetem tudo o que os apresentadores de rádio e de televisão dizem, sendo que algumas decoram os “chavões” da política e adotam lógicas excludentes (desde que não sejam elas as excluídas). Na maioria das vezes, sem a mínima noção de realidade, essas pessoas vivem apenas para satisfazer os seus prazeres imediatos, pessoais e egoístas.

A mãe de Forrest deu conselhos fundamentais para ele. Por exemplo, ela costumava repetir: “A vida é como uma caixa de bombons. Você nunca sabe o que vai encontrar”. E Forrest interpretava (?) que ninguém poderia imaginar um futuro possível e que, por isso mesmo, não adiantava fazer reflexões sobre as possibilidades e nem sobre o destino que estava a sua frente. O seu nome, por exemplo, foi uma homenagem a um antepassado da família que fez parte da história norte-americana: era uma liderança da KuKluxKlan.

De uma maneira trágica e divertida, o Contador de Histórias nos faz enxergar o mundo com os olhos desarmados e, ao mesmo tempo, com uma enorme vontade de desvendar os obstáculos e a complexidade da vida contemporânea. Uma vida caracterizada pela abundância de informações (televisão e internet), e também pelo surgimento de redes caólicas de relacionamentos, pelo crescimento de valores egoístas e individuais, e pela triste proliferação de grupos de pessoas céticas, dispersas e solitárias.

Depois de assistir ao filme se consegue pensar melhor sobre as nossas escolhas, sobre a relação que temos com a família, com os amigos, com a história e com a política. No entanto, muitas pessoas preferem seguir a vida sem se comprometer com nada, e por isso mesmo não medem as consequências dos seus atos. Outras, idealistas, apenas fazem os seus protestos e morrem.

Numa sociedade dominada pelas mídias e pelas novas tecnologias estamos perplexos assistindo muitas verdades serem substituídas pelas aparências e pelas intenções do marketing, como se tudo fosse uma propaganda ou um produto a ser consumido. Nessa confusão midiática ficou muito difícil identificar a verdadeira intenção das pessoas e os valores que orientam as relações presenciais e/ou virtuais. Algumas pessoas até dizem querer mudar a vida, mas no fundo querem apenas manter os seus privilégios (status e cargos). Outras querem acabar com as diferenças na porrada, impondo a sua verdade e não aceitando o diálogo franco e maduro.

Elas estão pouco se importando com o método utilizado e distorcem o próprio sentido de cidadania e de amizade, pois agem como se não tivessem “compromissos” e “responsabilidades”. A palavra, o gesto e a intenção acabam se tornando “coisas” que perdem o seu sentido prático e sensível. Querem relações frias e impessoais, ou como se tudo fosse um verdadeiro “jogo de azar”. Mas, ao olharmos bem de perto, caso a caso, ouvindo e sentindo cada gesto, é que conseguimos perceber as diferenças, os resultados e também (é claro!) as confusões.

E o que o Sartori tem a ver com tudo isso? É verdade que ele adora falar dos conselhos que recebeu da sua mãe, que nunca sabe o que vai acontecer no futuro e que possui muitos seguidores... O que muita gente não percebe é que ele quer transformar as pessoas em verdadeiros “ForrestGumps”. Ou seja, ele está tentando entrar para a história como um governador “Contador de histórias” e que segue ocultando as forças conservadoras e reacionárias que o apoiam desde a campanha política.

Quem acha que o governador é um ForrestGump está muito enganado. Na verdade, ele faz parte de uma campanha de marketing muito bem pensada, que quer privatizar o Estado e vender o máximo do patrimônio público. É bom lembrar que Sartori era líder do Governo Brito na Assembleia Legislativa, e foi responsável pela péssima renegociação da dívida do estado com a União, que hoje ele tanto reclama. À época ele também apoiou a privatizações de empresas públicas, os planos de demissões voluntárias e também aprovou aquele famigerado modelo de pedágios. Agora, como governador, ele já tomou várias medidas “duras” que impactam na vida dos gaúchos e das gaúchas. Vejam algumas delas:

- Acabou com a Secretaria de Políticas para as Mulheres e criou uma secretaria especial para a sua esposa;
- Usou o helicóptero do Estado para compromissos particulares;
- Aprovou um reajuste de 45,9% para o seu salário (depois voltou atrás, em função da pressão popular), de 64% para seus secretários de governo e de 26,3% para os deputados estaduais;
- Atrasou e parcelou o salário dos servidores públicos, e responde na justiça por esse ato;
- Diminuiu o policiamento nas ruas em função do corte de horas extras dos policiais;
- Deixou de repassar recursos para hospitais e, com isso, os hospitais reduziram leitos, demitiram funcionários e baixaram a qualidade dos atendimentos;
- Suspendeu o pagamento dos fornecedores e dos prestadores de serviços, gerando desemprego em empresas terceirizadas;
- Encaminhou projeto de extinção da Fundação Zoobotânica e assim pretende desmantelar uma instituição séria, que contribui com conhecimentos essenciais para a proteção ambiental do estado;
- Assinou um decreto de regulamentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) do Bioma Pampa com a nítida intenção de facilitar o agronegócio, aumentar as lavouras e acabar com os campos nativos remanescentes. Esse decreto está sendo contestado pelo Ministério Público;
- Não conversa com a imprensa após o anúncio das suas medidas amargas;
- Indicou pessoas sem a mínima experiência para áreas estratégicas do Estado, como a Secretaria de Administração, de Turismo etc;
- Empregou parentes de secretários e de deputados, e indicou secretários de estado para o Conselho de Administração do Banrisul, das empresas estatais, para aumentar ainda mais a renda dos seus amigos;
- Quer aumentar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e de Serviços (ICMS) e, com isso, vai contribuir para aumentar o preço dos alimentos, dos combustíveis, da energia elétrica, da internet, e dos serviços em geral;
- Os deputados da base aliada aprovaram o projeto ironicamente chamado de “Lei Escola Melhor: Sociedade Melhor”, que abre a possibilidade de

privatização do ensino público e tira a responsabilidade do Estado com a educação;

— Os seus deputados também aprovaram a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 e tudo indica que haverá um arrocho salarial, e todas as consequências que isso trás (greves e mais greves).

O governador disse que essas medidas representam apenas uma “sementinha” dentro das atitudes propostas para melhorar as condições financeiras do Estado, mas vemos que a população do Rio Grande do Sul já está começando a viver um novo pesadelo. A segurança pública está ameaçada, com um considerável aumento da criminalidade e dos assaltos, as escolas vivem momentos de incertezas e de manifestações diárias, milhares de pessoas estão ficando sem atendimento de saúde e alguns municípios suspenderam ou reduziram os atendimentos pelo SUS. As ameaças de atraso nos pagamentos e o parcelamento dos salários trouxe ainda mais insegurança para os servidores, que não conseguem planejar a vida de suas famílias.

Seria cômico se não fosse trágico... Vê-se que o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP), aplicado pela consultoria do empresário Jorge Gerdau, é um plano que trata as pessoas apenas como números e o patrimônio público conquistado pelos nossos pais e avós como bens totalmente descartáveis. No entanto, se os riograndeses recomeçarem a escrever a sua história a partir das organizações e das lutas sociais, e não ficarem apenas falando entre os seus e/ou criticando a figura caricatural do governador, essa camuflada estratégia política e midiática poderá ser desmascarada.

Ainda bem que, contraditoriamente, Sartori conseguiu unificar diversos setores contra o seu governo, e uma grande mobilização promete continuar até não se sabe quando... Tudo vai depender do grau de consciência e de organização que os gaúchos e suas lideranças conseguirem alcançar.

A vida ensina aos que lutam e sabemos que num futuro próximo, esses grupos econômicos que apoiam Sartori, assim como os seus silenciosos seguidores, terão que se explicar pelo novo sucateamento do Rio Grande. Pior é que não se trata de um filme e muito menos de uma peça de ficção, e que, portanto, todos nós seremos responsabilizados pelas nossas escolhas, silêncios e atitudes. É que as nossas vidas estão em jogo, assim como as vidas de nossos amigos, filhos, netos e vizinhos. É sempre bom lembrar que um povo que não tem virtude (e que não se organiza) acaba por ser escravo de políticos inescrupulosos.

.oOo.

Ricardo Almeida é consultor em gestão de projetos com uso de tecnologia da informação e comunicação.

Os vadios da base do Sartori e os agiotas da Dilma

Postado por JuremirMachado - 1 de setembro de 2015 –

<http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/?p=7577>

Eu acredito na boa fé do governador José Ivo Sartori. Sinto que ele é um homem profundamente honesto. Noto isso na sua permanente inclinação para a brincadeira. Sartori é um sujeito simples que costuma deixar escapar o que pensa.

A bonomia de Sartori salta pelos olhos. É gente de bem.

Mas aprendeu a cultivar certo gosto por estratégias típicas da política tradicional. É um Felipão sem arrogância. Para ganhar, faz que vai para um lado, mas vai para outro. O perigo dessa esperteza toda é tomar 7 a 1 em casa e nem saber explicar a razão.

Tenho certeza de que Sartori pretende sanear as finanças do Rio Grande do Sul. Para isso, adota certas malandragens. Primeiro, absurdamente, recusou-se a pedir à Assembleia Legislativa a ampliação do uso dos depósitos judiciais. Ficou, como continua, negociando com os deputados para fazer avançar os seus projetos mais dolorosos como o do aumento do imposto.

Depois, diante da violência dos fatos, aceitou usar os depósitos judiciais. Tudo lentamente.

Por que o projeto não foi protocolado ontem?

Por que não foi publicado meia hora depois?

Por que não está pautado para votação na quinta-feira?

Por que os deputados deram-se três dias de folga na Expointer?

O líder do PMDB na Assembleia, deputado Álvaro Boessio, saiu do anonimato local para a fama nacional infamante ao chamar os funcionários públicos, “não todos, mas boa parte”, de “vadios”. Será por isso que podem ficar sem receber?

O honesto Sartori está errando na estratégia. É fácil cortar o baixo salário de um professor ou de um brigadiano. Difícil mesmo é peitar a falsa independência

do judiciário e do legislativo em questões orçamentárias e levar ao parcelamento dos altos ganhos dos poderes canibais. O judiciário aceitou perder metade dos juros dos depósitos judiciais.

Não deveria receber nada. É só um intermediário.

Essa matéria deveria ser decidida exclusivamente pelo parlamento.

Expor quem ganha menos de dois mil reais à humilhação de ficar sem dinheiro para comer, pagar aluguel e pegar ônibus, enquanto os nababos de outros poderes embolsam seus gordos auxílios e seus polpudos salários, é covardia.

Quase metade dos secretários de Sartori ganha de outras fontes.

O deles, como se diz no popular, está entrando integralmente.

Fica mais fácil cortar o dos outros.

As medidas de Sartori perdem a legitimidade na medida em que a turma dos camarotes não é atingida pelos cortes.

É ilegal não repassar a parte do judiciário? Também é ilegal não pagar os funcionários do executivo. O argumento usado para calar o funcionalismo – não tem dinheiro, portanto não tem como cumprir a lei – pode ser aplicado aos demais poderes.

O Rio Grande do Sul está sendo vítima da agiotagem da União com seus juros escorchantes para pagar banqueiro estrangeiro.

O Rio Grande do Sul está sendo objeto de uma estratégia errada que penaliza os mais fracos.

Chamar os funcionários de vadios não representa quebra de decoro?

Representa, com certeza, uma baita falta de educação, de sensibilidade e de sentimento de humanidade.

Não há vadios em parte alguma. Nem no funcionalismo. Nem na base do governo.

Há, porém, estratégias desastrosas. Parar a Assembleia quando a população precisa de votações tão urgentes quando oxigênio numa UTI é uma atitude lamentável, uma atitude temerária, um deboche, um menosprezo pelo desespero dos outros.

A sociedade está entregue a si na maior parte das ruas. Dado que os políticos da base aliada do governo não tem clemência, achando que dá para esperar mais uma semana ou dez dias, temos de pedir clemência aos bandidos.

Por favor, bandidos, fiquem em casa. Respeitem a impotência dos que, sem salário, não podem trabalhar nem se opor a vocês.

E os professores, esses bravos professores, mulheres, na maioria, que fazem dupla jornada de trabalho, esfalfam-se, lutam, não recebem o piso nacional legal, domam alunos cada vez mais indisciplinados, ganham pouco, pois o maior salário de um professor não faz cócegas nos ganhos de um deputado, de um secretário, de um magistrado (ah, de uma magistrado!), pobres professores, sempre convidados a esperar, a resignar-se, a aceitar, a vergar-se, a receber precatórios de antigamente.

Professores, brigadianos, policiais civis, profissionais da saúde, brava gente gaúcha, verdadeiros heróis do cotidiano.

São esses que devem esperar sem poupança, sem rede de segurança, sem margem de manobra.

Caros bandidos, tenham pena desse povo. O governo já lhes tirou tudo.

Poupem-lhes, ao menos, a vida.

Exagero retórico?

Pensem numa família esperando uma semana sem dinheiro para nada.

Tudo também porque o governo da petista Dilma Rousseff não dá mole: primeiro a grana dos seus agiotas!

6/ago/2015, 8h03min

A Dívida Pública do Rio Grande do Sul: Onde tudo começou?

<http://www.sul21.com.br/jornal/a-divida-publica-do-rio-grande-do-sul-onde-tudo-comecou/>



Uma das primeiras apólices de dívida pública do RS | Foto: Guilherme Santos/Sul21

Fernanda Canofre

No centro da crise econômica que abala governo e a vida dos gaúchos, oposição e situação concordam sobre a vilã: a dívida pública do Estado. O Rio Grande do Sul é a unidade da federação com maior dívida proporcional no país. Ou seja, aqui, a dívida não só ultrapassa a arrecadação, mas também os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Segundo o [Banco Central](#), a dívida gaúcha passa dos R\$ 51 bilhões. O [último relatório](#) da Secretaria Estadual da Fazenda, atualizado com números do final de 2014, aponta o valor em R\$ 54.795.035.721,39. Pagando 13% da receita do Estado para a União, todos os meses entregamos R\$ 280 milhões e vemos a dívida crescer a juros de 6%, conforme acordo assinado em 1998 durante o governo de Antônio Britto (PMDB). Mas onde foi que tudo isso começou?

Nesta terça-feira (4), ao voltar do recesso na Assembleia Legislativa, os deputados se revezaram na tribuna tentando [encontrar o culpado](#) pela situação atual das finanças do Estado. As críticas se concentraram nas duas últimas gestões, de Tarso Genro (PT) e José Ivo Sartori (PMDB). A história, no entanto, começou bem antes deles. Como a CPI da Dívida Pública da União, Estados e Municípios na Câmara apontou no seu [relatório final](#), em 2010, quando falamos da dívida pública no Brasil, “não se pode ignorar o contexto histórico e econômico que deu origem” a ela.

É como uma bola de neve que vem se acumulando descida abaixo há mais de 40 anos. O Dividômetro, calculado pela Auditoria Pública Cidadã e atualizado pela última vez em 15

de julho de 2015, aponta que a dívida de Estados e Municípios com a União chega a: R\$ 3.585.829.906.868,44.

1960-1970: Era de financiamentos, era de ditadura



O primeiro governador do RS durante a ditadura, Euclides Triches | Foto: Guilherme Santos/Reprodução Museu Hipólito José da Costa

Os anos de chumbo se fundaram através de financiamento no Brasil. Seis anos depois do golpe, na explosão do “milagre econômico”, os militares encontraram na dívida de títulos o principal meio de financiamento do governo, junto ao capital de terceiros. Os créditos, no entanto, eram contratados sem nenhuma transparência. “Os documentos omitem, na maioria das vezes, o agente credor e as condições dessas operações, como a taxa de juros incidente, as despesas operacionais, acréscimos e o número de parcelas da amortização”, explica a coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, em [entrevista ao site](#) do Senado.

No Rio Grande do Sul, nossas primeiras apólices de dívida, apareceram um pouco antes. No início dos anos 1950, o governo de Ernesto Dornelles recorreu a empréstimos para financiar obras de estradas. Seu sucessor, Leonel Brizola, criou títulos de baixo valor para financiar a construção das brizoletas – as escolas de madeira espalhadas pelo interior do Estado, no seu projeto de erradicação do analfabetismo. Porém, a dívida dessa época se manteve abaixo do valor arrecadado pelo Estado.

“Ocorre que até 1964, as operações de crédito não eram corrigidas e pesavam pouco sobre as finanças estaduais. O dinheiro arrecadado com impostos superava o valor dos papéis e, assim, não havia desequilíbrio no caixa”, explica Rachel Duarte em um texto publicado em seu [blog no Sul21](#). “Mas a Ditadura Militar, na onda do ‘milagre econômico’, afrouxou as restrições ao endividamento e estimulou os estados a buscarem empréstimos externos”. Foi aí, com o governo de Euclides Triches e a emissão de títulos públicos com correção monetária, que a dívida gaúcha passou a aumentar graças a um novo acompanhamento: os juros. No governo Triches a variação da dívida chegaria a 194.4%.

A instalação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), do governo de Castelo Branco, e a reforma tributária trazida por ele também deixaram estados ainda mais dependentes de outras formas de financiamento. No RS, o governo do Estado passou a usar a emissão de títulos como meio de rolagem para a dívida, chegando a 7% da arrecadação em 1967.

Para Luiz Augusto Faria, economista da Fundação de Economia e Estatística (FEE) e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é nesse momento que está a gênese da dívida pública gaúcha. “Na década de 70, diminui a arrecadação e há aumento dos gastos, por ser uma época de crescimento”. Ou seja, é neste período, que o governo passa a administrar com desequilíbrio no orçamento, o chamado déficit público. O RS fecha a década com média de inflação de 2,3% ao mês, investimentos públicos ocupando cerca de 30% da dívida e déficit público de 6%.



Foto: Guilherme Santos/Reprodução Museu Hipólito José da Costa

1980: A década perdida

A década de 1980 é chamada por muitos de “[década perdida](#)” na América Latina. Se por um lado, democracia e movimentos sociais floresceram no fim de ditaduras, para a

economia o quadro foi de devastação. Num cenário de hiperinflação e estagnação econômica, o Brasil chegou a ter 4 moedas naqueles dez anos: cruzeiro, cruzado, cruzado novo e cruzeiro novamente, em 1990.

No Rio Grande do Sul, não foi diferente. De 1979 a 1989, a dívida pública do Estado cresceu cerca de quatro vezes – passou de 4,3% para 17,2%. “A gente tem queda do crescimento, conseqüentemente uma queda da arrecadação. Isso fez a dívida continuar aumentando. Nesse período também começa a avolumar a Previdência, antes os funcionários eram jovens e esse problema não existia”, afirma Luiz Augusto Faria.

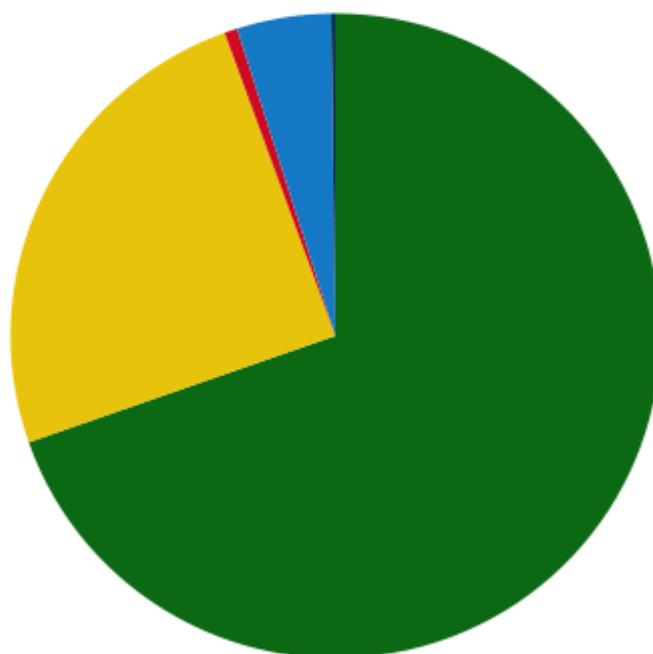
Em 1983, o Banco Central aplica uma resolução que impõe teto para operações de crédito realizadas com setor público prevendo sanções a quem desrespeitasse a regra. Isso aumentou o controle do governo federal sobre o nível de endividamento dos estados. É neste ano que começam as primeiras tentativas de renegociação entre a União e os Estados. As dívidas adquiridas pelo Rio Grande do Sul através do acordo deste período, só foram quitadas 25 anos depois, durante o governo de Yeda Crusius (PSDB). Com a redução para as operações de crédito, o governo de Pedro Simon (PMDB) opta por tirar dinheiro de investimentos no âmbito social para suportar a dívida.

“Eu fiquei dois anos no governo, não quis ficar mais porque a gente tinha preparado um plano técnico muito ambicioso para o governo e vi que aquele plano não iria a diante”, conta Cláudio Accurso, que ocupou a cadeira de secretário de Planejamento de Simon. A gestão do peemedebista ainda teve de suportar outro golpe: a isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) para exportações e importações de produtos primários, imposta pelo governo federal. “Para o Estado foi ruim porque diminuía os recursos que a gente imaginava que ia ter. Mas era uma tentativa de estímulo à economia”.

Paulo Garselaz, em um trabalho publicado na UFRGS – [**Dívida Pública: Uma abordagem teórica, um relato histórico e o caso do Rio Grande do Sul**](#) – aponta que com as rolagens consumindo quase todas as receitas da emissão de títulos e o crédito externo praticamente inacessível, o único caminho foi da dívida flutuante com altas taxas de juros e prazos reduzidos. “A relação Dívida Total/Receita Corrente Líquida, que no início da década era de 75,28% elevou-se gradativamente, até alcançar, no final da década, o índice de 356,52%, marca jamais alcançada até então”, escreve ele.

A Constituição de 1988 tentou aumentar a arrecadação incluindo serviços ao ICM, que passou a ser ICMS. “Não adiantou nada, porque a despesa continuou crescendo”, diz Faria.

OS GOVERNOS E A DÍVIDA



● Militares (Arena) ● PMDB ● PT ● PDT ● PSDB

Porcentagem de variação da dívida de acordo com partidos no governo.

Create infographics

Infogr.am

1990: Anos de renegociação e acordo

Nos anos 1990, a situação que já era de crise se agrava ainda mais. Em 1991, como [lembra Rachel Duarte](#), na tentativa de frear o crescente endividamento dos estados, o Congresso Nacional estabeleceu que os saldos devedores deveriam ser refinanciados com os agentes financeiros. Na prática isso significou que governos deveriam tomar novos

empréstimos junto a seus credores que cobrissem os anteriores. O governo federal proibiu ainda a emissão de novos títulos, o que desvalorizou aqueles já existentes e colocou os estados de vez nas mãos da política econômica da União.



Foto: Guilherme Santos/Reprodução Museu Hipólito José da Costa

Para o economista Darcy Santos, o acúmulo de anos em déficit primário, na média de 15% da receita corrente líquida estourou neste ponto. “Toda a década de 1990 os juros foram muito altos. O governo federal afrouxava os controles de desligamento. Resumindo: déficit primário, afrouxamento dos controles e juros altos. Isso explica até 1998 [o aumento da dívida]”, afirma. No entanto, até aqui, a inflação ajudava a mascarar os efeitos da dívida.

“Com a inflação, o governo conseguia encontrar financiamentos de mecanismo inflacionário: atrasava pagamentos de funcionários, dava um reajuste um pouco abaixo, conseguia empurrar com a barriga a situação fiscal”, explica o economista e ex-presidente da FEE, Adalmir Marquetti.

Em 1994, a criação do Plano Real elevou os juros ainda mais, como medida do governo para controlar a inflação e segurar a taxa de câmbio. As dívidas públicas chegaram a aumentar em até duas vezes, sem que governos assumissem novos empréstimos, os juros colocaram estados no prego. Isso é confirmado no relatório da CPI da Dívida Pública, da Câmara dos Deputados, que afirma: “O comportamento das dívidas estaduais, antes de sua assunção pelo governo federal, foi afetado de maneira decisiva pela política de juros reais elevados implantada após o Plano Real e tornou inevitável um novo programa de refinanciamento, desta vez em caráter definitivo”.

No Rio Grande do Sul, o governo de Antônio Britto (PMDB) se financiava quase inteiramente no setor privado, onde as taxas eram ainda mais elevadas, segundo o economista Adalmar Marquetti. “Tinha um governo querendo fazer uma série de coisas e mesmo privatizando a dívida aumentou bastante”, explica ele. “Outro problema é que o governo Britto, em 1995, deu um aumento salarial bastante elevado aos servidores. Deu aumento a partir de uma expectativa inflacionária que não se confirmou: a inflação foi muito mais baixa do que pensavam”. Sem que o Estado conseguisse bancar parte dos aumentos, os funcionários entraram na Justiça, com processos sendo cobrados até hoje pela chamada Lei Britto.

A situação era insustentável quando o governo federal de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) chegou com a “salvação”: o Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados. Um programa de federalização da dívida, conhecido como Acordo de 1998. Através dele, a União adquiriria a dívida mobiliária – títulos – dos estados por um contrato único, com juros de 6% ao ano a serem corrigidos através da tabela de IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna). O contrato vinha com mais condições. “Vários governos estaduais no processo de renegociação, se comprometeram a fazer determinadas privatizações. A renegociação envolveu outras questões que implicaram a redução do papel do Estado na economia”, explica Marquetti.

CONTAS PÚBLICAS

Estado negocia fundo para financiar dívida

O débito mobiliário do Rio Grande do Sul aumenta US\$ 5 milhões a cada dia e compromete o orçamento gaúcho

MARIA RAHEL HAMMERS

A principal negociação do governo gaúcho com a União no momento é uma adição a formação de um fundo de financiamento para a dívida mobiliária, débito formado por títulos públicos que o Estado oferece ao mercado para captar recursos e financiar os seus deficits. Com a redução da dívida mobiliária pública, cujo valor é de R\$ 4,2 bilhões, o orçamento do governo foi de R\$ 12 milhões no mês passado. Com esse R\$ 12 milhões, o Executivo poderia, por exemplo, em contraponto uma cota de 30 quilômetros. A dívida em títulos tem crescido US\$ 3 milhões por dia, em consequência das altas taxas de juros. "Queremos encontrar uma fórmula que possibilite a formação do fundo e nos libere da busca anual de recursos no mercado privado", anuncia o governador Antônio Britto.

A proposta, já apresentada e no momento em estudo pelas autoridades contábeis do governo federal, também tem o apoio do governo de Minas Gerais. Ainda não há um prazo para que a equipe econômica do Executivo federal responda ao pedido dos dois Estados. Para Britto, a dívida de R\$ 4,2 bilhões não é insustentável com a receita do Tesouro gaúcho, próximo em R\$ 4,9 bilhões, assim como as operações de crédito. "Quase mesmo é o lar do presidente buscar dinheiro para pagar a dívida no mercado a cada 90 dias", ressalta.

Esse fundo de cada Estado seria liberado pela União para a obtenção de recursos conforme as taxas de juros internacionais, não sendo memórias do que as cobrem pelo mercado financeiro nacional, classificadas de "previdência" por Britto. Em média, a redução seria de uma taxa de 25% a 28% ao ano para entre 6% e 10%. Para evitar o crescimento exagerado, o governo do Estado garantiria

a composição de outros títulos em no fundo. Uma das propostas seria o "resgate" de ações de companhias estatais dos Estados, com bom valor devido ao mercado.

Se o governo não tivesse conseguido a federalização da dívida mobiliária, em março deste ano, o desembolso do Estado seria ainda maior. A federalização é a troca de títulos estaduais por títulos federais e, com a medida, também o governo teve a dívida mobiliária fixa em R\$ 12 milhões mais barata. "Com a federalização, não seríamos investido nada no momento".

A redução da dívida em títulos consumiu R\$ 12 milhões em julho, agravando a situação do Tesouro do Estado

O investimento médio mensal do governo é de US\$ 10 milhões, com prioridade para a construção de estradas e projetos na área de saúde e de educação. O mês de julho, porém, foi "atípico", pois o governo conseguiu liberar um total de R\$ 24,3 milhões para diversas obras em andamento no Rio Grande do Sul, explica o governador. Mas a situação é muito grave. Computados todos os gastos com o serviço da dívida mobiliária, mais o global de R\$ 8 bilhões, o desembolso é maior do que o feito com o crédito de toda a máquina pública e os investimentos prioritários ao desenvolvimento do Estado.

No mês passado, o serviço da dívida consumiu R\$ 64,5 milhões da receita gaúcha que ficou em R\$ 31,8 milhões, incluindo as transferências recebidas da União. Com o pagamento de 322 mil municípios, o governo do Rio Grande do Sul tem consumido, em média, 83% de sua receita a cada mês.



Britto estuda uma fórmula para livrar o governo do busca de recursos no mercado

Britto divulga saldo da campanha

Enquanto não consegue criar o fundo de financiamento para a dívida mobiliária gaúcha, com o objetivo de diminuir a sangria de recursos do Tesouro, o governo letterica a adoção de medidas para aumentar a receita. A campanha Pagar, Querir Nota, uma das principais armas do Executivo para combater a arrecadação, será reforçada hoje, com a assinatura de um convênio entre o governo e os municípios gaúchos. O objetivo da campanha, iniciada em maio, é ampliar a arrecadação em cerca de R\$ 300 milhões até o final do ano, o equivalente a uma nova receita mensal. Até o momento, afirma o governador Antônio Britto, foi constatado um aumento médio de R\$ 13 milhões e R\$ 18 milhões, como resultado do convênio de arrecadação.

O ano de hoje será a implementação do Plano Básico de Ações de Minas Colaboração — Projeto Parceria entre a Secretaria da Fazenda e a Federação das Associações de Municípios do Estado (Famam). Dos 427 municípios gaúchos, 417 assinaram o termo de adesão ao programa

para combater a sonegação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O Projeto Parceria vai incentivar as atividades municipais de interesse comum, avaliar as condições e disciplinar a participação das cidades no crescimento da arrecadação por meio do ICMS. Participarão também visitantes no âmbito à sonegação, integrados por 800 agentes municipais, treinados pela Fazenda. As penalidades receberão, além da cota constitucional de 2% do ICMS, recursos originários de aumento de receita.

Uma segunda etapa da campanha Querir Nota será lançada até o final do mês a "parte mais popular" do programa, com o trabalho o governador, por meio de visitas e entrevistas, da área de saúde, educação e com a entrega de notas fiscais de produtos com a conscientização, tendo direito a rebates no futuro. "Não tenho dúvida de que, se a política, as dificuldades serão superadas", afirma Britto.

A Dívida Gaúcha	
O número que preocupa o governo	
Dívida global	R\$ 8 bilhões
Dívida mobiliária	R\$ 4,2 bilhões
Desembolso de julho com a dívida	R\$ 64,5 milhões
Desembolso mensal com a dívida mobiliária	R\$ 12 milhões

Fonte: Governo do Estado

Foto: Guilherme Santos/Reprodução Museu Hipólito José da Costa

Aqui, outras medidas acompanharam a renegociação assinada por Britto. O Programa de Demissões Voluntárias (PDV), por exemplo, foi implementado para diminuir a folha de pagamento do funcionalismo público. E as privatizações. "Vem a solução mágica das privatizações para resolver o problema e a dívida continuou crescendo. Cresceu muito no governo Britto porque é o período que caiu a inflação, caiu a receita. Como ele resolveu usar o dinheiro das privatizações em outras coisas – os incentivos fiscais da Ford e da GM vieram do dinheiro ganho com a CRT – a dívida foi aumentando", conta Faria.

Marquetti afirma que a renegociação deixou o Estado "administrável". "No momento ela foi importante, porque permitiu estabilizar a relação dívida-PIB. Naquele período deveria ser feito um acordo. A gente pode criticar os termos", diz ele.

A situação mudou apenas um ano depois da assinatura do acordo: o IGP-DI, que no contrato era indexador da dívida, se descolou e seguiu aumentando, enquanto as taxas de juros baixaram. "Foi concedida uma alternativa para os estados, mas isso deixou um saldo por fora. Os resíduos [porcentagem da dívida que Estado não conseguia pagar] ficaram

muito grandes e receberam de novo correção monetária e juros”, avalia Darcy Santos. “Ficava uma parcela de resíduos, esse resíduo ia para o saldo devedor, recebia de novo juros e reajuste pelo IGP-DI, que cresceu 38% da inflação. É por isso que se paga, se paga e não acaba nunca de pagar”, diz Santos.

O tema de uma nova renegociação ressurgiu. “Todo contrato tem que prever uma cláusula de equilíbrio econômico. Esse foi o problema”, defende o economista.

2000: A dívida cobra juros

Apesar de estabilizar a dívida, o acordo de 1998 significou corte de investimentos em áreas como saúde, educação e segurança. Quando Olívio Dutra (PT) assumiu o governo, o RS ainda tinha uma parte do acordo por cumprir: a venda do banco do Estado, o Banrisul. Como o governo decidiu não seguir com a privatização, foi submetido a multa pesada pelo governo federal: “Acima dos 15,4% que já estávamos pagando”, lembrou Olívio Dutra [em entrevista](#).

O governador passou então para a negociação com o Judiciário. “Fomos renegociar com o judiciário. Conseguimos unir os governadores de outros estados no Palácio Piratini e debatemos com o Ministério da Fazenda”, conta Olívio. O petista conseguiu manter o Banrisul e ainda reduziu a receita que era destinada para pagamento da dívida de 15,4% para 12,5%.

Governo gaúcho pode voltar ao Supremo

Olívio discute ação judicial com o STF



Governador tem encontro com o ministro Celso de Mello

O governador Olívio Dutra visita hoje, às 18h, o presidente do STF, Celso de Mello. Ele vai conversar sobre a ação judicial que tramita na corte e que, por intermédio de liminar, permitiu, no dia 15, o caucionamento, em juízo, de R\$ 31,2 milhões dos R\$ 57 milhões que devem ser pagos pelo Estado por conta da dívida com o governo federal.

estaria "inadimplente", provocando a suspensão por 60 dias da liberação de US\$ 322 milhões em financiamentos do Bird e BID.

Posse

Além de Flávio Koutzii e do governador, estará presente o procurador-geral do Estado, Paulo Torelly. Antes do

gociação pela administração passada (da ordem de R\$ 10 bilhões), pois o Estado vem sustentando que não tem condições de gastar cerca de R\$ 850 milhões com pagamentos à União este ano.

Antes disso, porém, o governo tem esperança de que o presidente Fernando Henrique Cardoso dê uma resposta po-

Foto: Guilherme Santos/Reprodução Museu Hipólito José da Costa

Quatro anos depois de Olívio sair do governo, Yeda Crusius (PSDB) se elegeu com a pauta de chegar ao "déficit zero" da dívida, o que de fato aconteceu. No segundo ano de seu mandato, no entanto, estourou a crise econômica mundial de 2008 e a meta foi abandonada.

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), sobre o acordo de 1998 dez anos depois, afirma que os estados do acordo que não promoveram ajuste fiscal, se tornaram reféns da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e do governo federal. O estudo aponta o Rio Grande do Sul como caso, afirmando que tem se mostrado “incapacidade de implantar administrações efetivas e eficientes”. “O Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, possui um elevado índice de autonomia fiscal, mas se mantém preso às limitações fiscais impostas pela LRF. É um caso típico de estado que não implantou um Programa de Ajuste Fiscal bem-sucedido e que sobrevive nos últimos 12 anos em crise financeira latente”, diz o [documento](#).

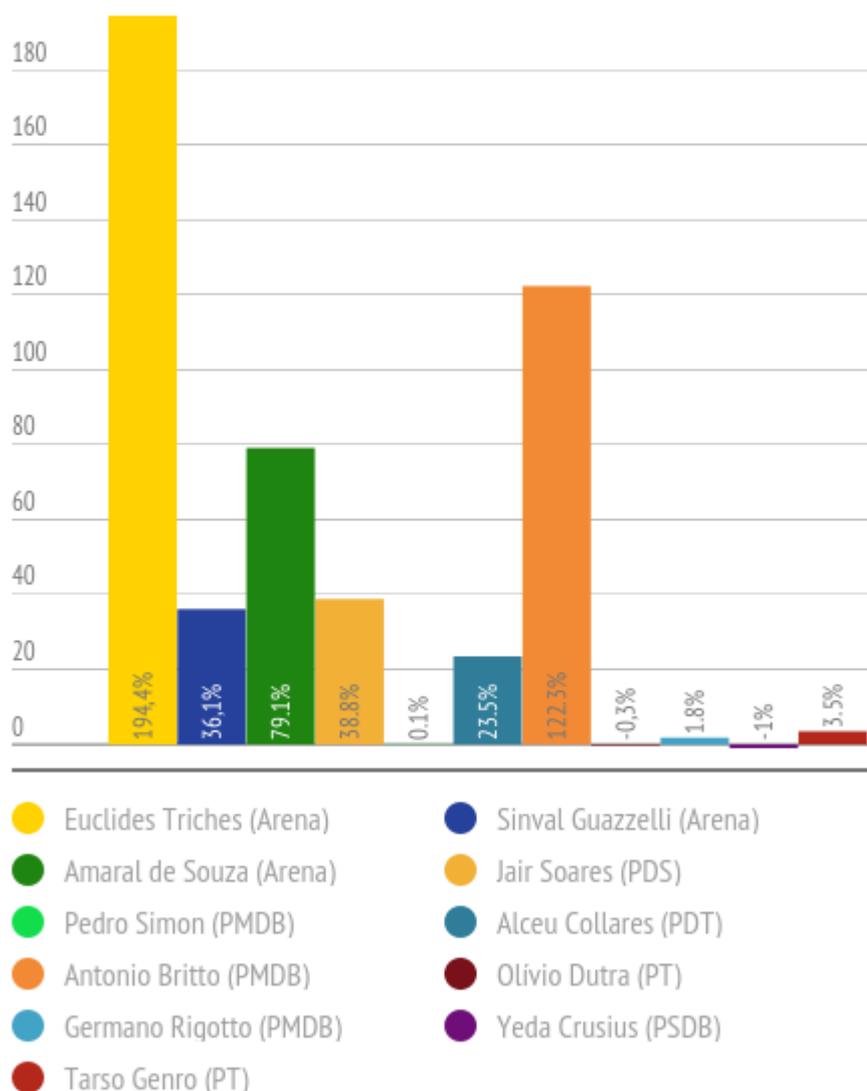
No ano passado, governadores e prefeitos, entre eles o então governador Tarso Genro (PT), conseguiram que o governo federal aceitasse renegociar a dívida. A proposta aprovada troca o IGP-DI, como indexador, para taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) ou IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), o que se mantiver menor no período, e baixa os juros de 6% para 4% ao ano. Na prática, isso permite que o Estado tenha crédito no mercado para novos empréstimos. Resta a renegociação ser reconhecida pelo Ministério da Fazenda.

Os prefeitos Eduardo Paes (PMDB) e Fernando Haddad (PT), respectivamente de Rio de Janeiro e São Paulo, entraram com processos na Justiça contra a União exigindo que seja reconhecido nova correção para contas dos municípios.

“Essa dívida é um acúmulo de déficits, aí começa toda a questão. Como é que a gente vai gastar mais do que recebe? Vai se endividando”, afirma Cláudio Accurso destacando que é difícil manejar 40 anos de déficits orçamentários. “O ideal seria regredir essa negociação até a assinatura do contrato. Mas o governo federal não vai aceitar, senão os outros estados que já pagaram vão querer algum outro favor”, coloca Darcy Santos.

Para Adalmir Marquetti, enquanto o Estado não tratar de questões estruturais, todo o resto será “perfumaria”. “Eu tenho que buscar um mecanismo para resolver o problema da dívida junto ao governo federal e encontrar alguma forma de resolver o problema do pagamento de aposentadorias de funcionários públicos. Sem resolver essas questões, todas as outras questões serão perfumarias. Porque a gente precisa de R\$ 10 bilhões por ano para fazer frente a esses pagamentos”, diz ele. “Se o governo resolve tocar alguma privatização que renda R\$ 20 bilhões, esse valor seria suficiente para apenas dois anos e depois a situação voltaria a ficar ruim. Pior”.

Governos e Variação da Dívida



Create infographics

Infogr.am

40 - Cronologia da política gaúcha recente

Postado por Juremir em 30 de agosto de 2015 -

<http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/?paged=3>

2014: deputados aprovam-se uma aposentadoria especial para escapar das agruras do INSS como o resto da plebe (nós).

2014: Assembleia Legislativa adota uma medida esquisita que estabiliza um grupo de assessores não concursados. Diz-se que não é um trezinho da alegria e que os beneficiados podem ser demitidos, mas não se compreende muito bem como.

2014: José Ivo Sartori é eleito governador do RS.

2014: elite do judiciário gaúcho garante-se, por isonomia com a magistratura nacional, o “direito” de receber auxílio-moradia de R\$ 4.700 reais. A medida generosa é extensiva ao Ministério Público.

2014: deputados aprovam aumento para parlamentares da legislatura seguinte.

2015: Sartori assume o governo diz que Estado está quebrado. Noticia-se que poderá haver atraso de salários.

2015: Sartori sanciona aumento de salários para si, para o vice-governador e para os seus secretários.

2015: criticado, Sartori abre mão do seu aumento. A boiada já passou.

2015: Sartori recusa-se a ir à justiça para pedir aplicação imediata da lei que renegociou a dívida com a União.

2015: Sartori parcela salários do funcionalismo. Linha de corte: R\$ 2 mil.

2015: enquanto a crise se alastra, sai no Diário Oficial lista de nomeação de novos CCs e de FGs.

2015: Oposição oferece a Sartori a possibilidade de aumentar o uso dos depósitos judiciais para pagar funcionalismo em dia.

2015: Sartori recusa pelo silêncio a oferta da oposição na Assembleia.

2015: aliados de Sartori na Assembleia, como o PP, pedem que o governador use os depósitos judiciais. Silêncio.

2015: judiciário abre mão de parte dos juros que lhe cabem sobre o uso dos depósitos judiciais e aceita enviar projeto à Assembleia Legislativa para sacramentar as mudanças. Sartori permanece em silêncio apesar da falta de dinheiro.

2015: Sartori envia à Assembleia projeto propondo aumento da alíquota do ICMS.

2015: Sartori vai ao STF contra o bloqueio das contas do Estado pelo não pagamento da parcela da dívida com a União.

2015: Sartori parcela salários pela segunda vez. Linha de corte: R\$ 500.

2015: a população pergunta-se: por que Sartori, tendo os depósitos judiciais, não quer usá-los?

2015: Sartori tem um problema de curto prazo: pagar o funcionalismo em dia; um problema de médio e longo prazo: mudar a estrutura do Estado. Solução de curto prazo: usar os depósitos judiciais. Sartori não quer. Solução de médio prazo: aumentar impostos. A população e até os aliados de Sartori, como o PP, não querem. Solução de longo prazo: reformas estruturais, mexer na previdência (tem quem se aposente sem contribuir e tem que se aposente cedo demais). Sartori quer. O funcionalismo, não. Privatizações: Sartori quer, a tal Agenda 2020 quer, a RBS quer. Será que a população quer? Precisa de plebiscito.

2015: Sartori usa a questão de curto prazo (não usar os depósitos judiciais e deixar o funcionalismo à míngua) como método para jogar a população contra os funcionários, na medida em que haverá paralisação de serviços, e forçar os deputados a aprovarem aumento de impostos. O Rio Grande do Sul pega fogo. As labaredas não param de crescer.

2015: Sartori faz a aposta da sua vida: vai mudar radicalmente o Rio Grande do Sul ou tornar-se o governador mais rapidamente odiado em todos os tempos pela população, inclusive parte da população que votou nele.

Tudo está em aberto.

A crise do RS e a solução Sartori

Postado por JuremirMachado - 29 de agosto de 2015 -

O Rio Grande do Sul está em crise. Inegável. Gasta mais do que arrecada.

Executivo, legislativo, judiciário e Ministério Público teriam de cortar na carne.

O legislativo tem gente demais ganhando acima do possível.

O judiciário, especialmente a magistratura, tem privilégios que se estendem ao MP.

Enquanto um professor do Estado está recebendo uma parcela de R\$ 500, um magistrado receberá só de auxílio-moradia mais de R\$ 4.600. Pode isso, Arnaldo? É justo, legítimo, moral? É apenas legal. Quem fixou essa legalidade? O judiciário.

Sartori tem razão: o Estado está quebrado e precisa de reformas estruturais.

Tem de mexer na Previdência. Ninguém pode receber aposentadoria sem ter contribuído. Mas isso existe.

O problema é que para moralizar precisa começar bem.

Sartori começou mal: sancionou aumentos para a turma dos camarotes: governador, vice, secretários.

Recuou no seu aumento. Já era tarde. Os deputados também garantiram o deles.

Por fim, Sartori faz um jogo político que não encontra justificativa moral: poderia usar o aumento dos depósitos judiciais para pagar em dia o funcionalismo. O dinheiro existe, a Assembleia Legislativa está disposta a aprovar e o judiciário abriu mão de parte dos juros. Por que o projeto ainda não foi enviado? Porque o governo só quer fazer isso depois de ter seus projetos mais amargos, como o aumento de impostos, aprovado. É pressão. Ou chantagem. Joga o funcionalismo contra a sociedade.

Tem dinheiro. Seria legal. Sartori não quer usar. Ainda.

Só existem duas maneiras de sair da crise: cortar despesas ou aumentar receita.

Ou os dois.

Como cortar receita sem diminuir serviços?

Pode vender estatais. Levaria uns dois anos. Precisa de plebiscito. Botaria dinheiro novo no caixa. Paga-se o jantar vendendo a louça do almoço. Algumas são dispensáveis mesmo. Mas não representaria solução de curto prazo. Nem se a União anulasse a dívida do Estado. Seria uma economia de R\$ 260 milhões. O governo diz que faltam R\$ 450 milhões a cada mês.

De onde sairiam os outros R\$ 190 milhões?

De novos impostos.

Mas se aumentar impostos e não mexer na estrutura o problema voltará.

O governo adotou um método: quanto pior, melhor. Está brincando com fogo.

Mais um capítulo da velha dicotomia gaúcha: britismo (Estado mínimo) X petismo (Estado máximo).

Atualização de maragatos e chimangos.

A população só desiste do Gre-Nal nas eleições. Vota na terceira via (Rigotto, Yeda, Sartori) por estar cansada de binarismo. Depois, descobre que a terceira via é apenas parte de uma das duas de sempre: britismo-yedismo-sartorismo.

O PT é o velho PRR. Todo petista é um castilhista involuntário. O PT já foi PTB.

Todo petista é, até sem querer, getulista, janguista e brizolista.

O britismo-yedismo-sartorismo é a última versão dos maragatos.

45.A Província na berlinda...

Paulo Timm-Ago.2015

“...o resultado da negociação da dívida com a União, foi o imposto por ela, com base numa relação de forças que praticamente constrangeu os Estados a aderirem aos seus termos. Um dos credores, portanto, é o mais importante causador da crise estrutural”

Tardo Genro in “As premissas da dívida e a solução conjuntural”

<http://www.sul21.com.br/jornal/as-premissas-da-divida-e-a-solucao-conjuntural/>

“Como produzir dinheiro novo?

Contando bem o que tem em caixa, usando os depósitos judiciais, pedindo novos empréstimos, combatendo a sonegação, revendo os incentivos fiscais, pressionando o governo federal a devolver o que tirou com a Lei Kandir, promovendo crescimento e fazendo política em Brasília para conseguir ajuda.”

Juremir Machado in .“O funcionalismo não é o vilão da crise gaúcha”-CP
<http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/?p=7391>

“Essa situação é consequência dos insuficientes e decrescentes ressarcimentos pelas perdas de receitas estaduais causadas pela legislação federal que desonera tributos estaduais para exportações, seja através do Fundo de Participação das Exportações, IPI-Exportações, da Lei Kandir, do chamado Auxílio Financeiro das Exportações e de outras formas instituídas ao longo do período.”

Equilíbrio fiscal e gestão: os desafios das áreas-meio. Rio Grande do Sul: A mudança se faz com todas as forças. Plano de Governo fogaça/Pompeu 2010-2014.

“As causas dessa crise estão tanto na receita como na despesa. Pelo lado da receita ela tem duas vertentes principais, que são a queda da participação dos estados na carga tributária nacional e o crescimento reduzido do PIB estadual, num ritmo menor que o nacional. A participação dos estados na receita disponível nacional baixou de 34% do PIB em 1960 para 24,6% em 2012. Isso não quer dizer que não cresceu em termos absolutos, porque passou de 5,9% para 9,1% no período, ou seja, mais de 50%.

Podemos citar, ainda, a reduzida participação no Fundo e Participação dos Estados, onde a Região Sul, com 80% da produção e 56% da população, fica com apenas 15%, tocando para o Rio Grande apenas 2,35%.”

Darcy Francisco Carvalho dos Santos* - 1/jul/2014 in **RS: economia e finanças públicas** - <http://www.sul21.com.br/jornal/rs-economia-e-financas-publicas/>

|

Os últimos dias foram agitados no Rio Grande e, particularmente, em Porto Alegre, depois que os servidores do Estado receberam apenas uma pequena parte de seus salários. Com efeito, como viver sem receber o que se tem direito pelo exercício do trabalho? Trabalhadores, enfim, gastam o que ganham e normalmente não dispõem de reservas de contingência...

O Governador Ivo Sartori, há sete meses (!) no exercício de suas funções, alegou falta de dinheiro em caixa. Se disse alarmado com a crise das finanças públicas no Estado, que desconhecia. Me pergunto como se candidatou sem ler os inúmeros livros e artigos, fora entrevistas de autoridades e técnicos regionais? Imperdoável.

Teria sido melhor agüentar o tranco do que confessar ingenuamente o despreparo. Aí vai Governador, uma bom roteiro para sua melhor “orientação”
:http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/Obras%20do%20Timm/150811105653Economia_RS_Financas_Publicas-2015.pdf

“Para se ter uma ideia da situação enfrentada pelo atual governo, o déficit deste ano (2015) está estimado em 13% do orçamento – ou seja, em valores nominais, o governo vai gastar R\$5,4 bilhões a mais do que arrecada. Boa parte pode ser explicada por uma característica peculiar do governo gaúcho: trata-se do único governo estadual que gasta mais com a herança de gestões passadas do que com políticas que visam o presente ou o futuro. Os gastos com previdência chegam a 29% do orçamento, as pensões estão em 7% e a **dívida em 14,7%.**”

Felippe Hermes - O governo gaúcho quebrou e isso deveria ensinar muito a todo o Brasil , cit

19/09/2014 - <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/economia/noticia/2014/09/em-2min40s-entenda-o-rombo-nas-financas-publicas-do-estado-4601270.html>



Foto: Arte / Zero Hora

Já na terça-feira, dia 11, porém, o Governador recuou, depositando o restante da folha. Alívio. Acalmaram-se os ânimos... Preferiu transferir o calote para os pagamentos devidos à União, com o conseqüente congelamento das contas estaduais pela Fazenda Nacional. Vergonha! A verdade é que o fato desencadeou uma série de debates na imprensa, uns defendendo as medidas do Governador, outros, sobretudo Juremir Machado, atribuindo ao parcelamento dos salários uma manobra política preparatória à apresentação de um Programa de Ajuste de inspiração neoliberal, calcado em privatizações desnecessárias, cortes de benefícios salariais injustificados e mudanças no sistema previdenciário dos servidores. E elas apareceram no curso da semana, tendo sido justificadas pelo Economista Liderau Marques, coordenador do Núcleo de Finanças Públicas, na Fundação de Economia e Estatística, FEE, em evento naquela instituição, no dia 12, à tarde.

O pacote de medidas encaminhado na última sexta-feira (7) pelo governador José Ivo Sartori (PMDB) à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul não apresenta propostas de curto prazo para resolver o problema do pagamento dos salários dos servidores públicos, concentrando-se em propor mudanças na Previdência dos novos servidores e a extinção de algumas estruturas do Estado. Entre as principais propostas da terceira fase do chamado "ajuste fiscal gaúcho", aparecem a criação da previdência complementar para os futuros servidores estaduais, a extinção das fundações Zoobotânica (FZB), de Produção e Pesquisa em Saúde (Fepps) e de Esporte em Lazer (Fundergs), e a retirada da necessidade de realização de plebiscito para a privatização da Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Cesa).

Do confronto de idéias, dois consensos:

1-Há mais de 20 anos o Governo se arrasta com uma situação deficitária, gastando mais do que arrecada, pelo critério de Caixa e enrolando-se com uma dívida impagável (?). Impagável, aliás, não pelo seu peso sobre o PIB Regional, mas pelo seu custo em juros escorchantes, maior parte junto à União. O Governador Rigotto obrigou-se a um tormentoso tarifaço para enfrentar o problema. Pagou caro. Não se reelegeu. Antes dele, o Governador Brito já havia fritado parte do patrimônio público do Estado, no frisson privatizante, sem qualquer resultado. Pelo contrário, foi o Governo

em que a dívida do Estado mais cresceu. Olívio Dutra, no rastro do republicanismo positivista foi mais contido e Yeda Crusius, tucana, empenhou-se pelo equilíbrio orçamentário. Teve algum êxito financeiro, mas politicamente afundou. Tarso Genro foi prático: Equilibrou-se na gestão do Caixa pelo recurso aos aques judiciais e batalhou pela repactuação da dívida junto ao Governo Federal, aprovada, mas congelada sob o cutelo do novo Ministro da Fazenda, que não tem qualquer pressa em regulamentar o novo marco. Contudo, mesmo ampliando a dívida, Tarso deixou para seu sucessor uma margem legal para a captação de um novo empréstimo no valor de R\$ 400 milhões, embora onerando a folha salarial com um generoso aumento a ser pago até 2018.

Evolução do estoque da dívida do RS

Governo	Ano	Dívida	Varição
Collares	1994	R\$ 22.23,5	
Britto	1998	R\$ 50.222 122,3	
Olívio	2002	R\$ 50.091	-0,3
	Rigotto	2006	R\$ 51.012 1,8
Yeda	2010	R\$ 50.507	-1,0
Tarso	2014	R\$ 54.795	8,5

Fonte: Balanço Geral do RS – Publicado por Juremirem O pulo do gato da dívida do RS

<http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/>

2- Há uma visível insuficiência na relação do ICMS no Estado em sua relação com a Receita Tributária e PIB, relativamente a outros Estados, ao tempo em que as transferências negociadas declinam em importância evidenciando o peso da extorsão fiscal da União sobre o Estado.

Dados de 2014 - Portal da Transparência

Estado	Arrecadação	Retorno	Diferença	% RETORNO
Paraná	R\$ 60.203.795.424,00	R\$ 13.260.892.964,20	-R\$ 46.942.902.459,80	22,03
Rio Grande do Sul	R\$ 60.996.214.707,00	R\$ 13.021.158.376,43	-R\$ 47.975.056.330,57	21,35
Santa Catarina	R\$ 45.413.873.374,00	R\$ 7.487.988.891,67	-R\$ 37.925.884.482,33	16,49
TOTAL	R\$ 166.613.883.505,00	R\$ 33.770.040.232,30	-R\$ 132.843.843.272,70	20,27

ESTADO	ANO BASE: 2014	ARRECADAÇÃO	RETORNO	DIFERENÇA
ACRE	facebook.com/separatismo	1.167.716.817,00	3.406.321.972,91	-2.238.605.155,91
ALAGOAS		3.541.288.515,00	7.837.239.794,24	-4.295.951.279,24
AMAPÁ		932.433.332,00	3.058.167.311,54	-2.125.733.979,54
AMAZONAS		13.716.630.719,00	6.226.352.280,49	7.490.278.438,51
BAHIA		24.509.029.580,00	25.992.068.528,12	-1.483.038.948,12
CEARÁ		16.943.364.434,00	16.132.519.601,65	810.844.832,35
DISTRITO FEDERAL		99.229.728.897,00	6.876.838.554,99	92.352.890.342,01
ESPÍRITO SANTO		18.761.656.707,00	7.150.241.361,45	11.611.415.345,55
GOIÁS		14.588.483.256,00	8.042.361.154,46	6.546.122.101,54
MARANHÃO		6.754.083.028,00	15.148.640.396,33	-8.394.557.368,33
MATO GROSSO		8.190.484.012,00	5.354.314.110,01	2.836.169.901,99
MATO GROSSO DO SUL		6.605.044.755,00	4.241.440.857,11	2.363.603.897,89
MINAS GERAIS		71.069.631.229,00	25.404.182.160,28	45.665.449.068,72
PARÁ		9.653.083.836,00	14.401.608.503,33	-4.748.524.667,33
PARAÍBA		5.483.244.535,00	8.712.517.555,56	-3.229.273.020,56
PARANÁ		60.203.795.424,00	13.260.892.964,20	46.942.902.459,80
PERNAMBUCO		21.615.543.215,00	16.181.895.539,73	5.433.647.675,27
PIAUI		3.256.022.261,00	7.979.437.041,04	-4.723.414.780,04
RIO DE JANEIRO		204.145.583.245,00	26.712.025.603,56	177.433.557.641,44
RIO GRANDE DO NORTE		4.956.989.150,00	7.519.857.312,73	-2.562.868.162,73
RIO GRANDE DO SUL		60.996.214.707,00	13.021.158.376,43	47.975.056.330,57
RONDÔNIA		2.733.383.009,00	3.565.930.651,66	-832.547.642,66
RORAIMA		906.666.062,00	2.395.412.358,43	-1.488.746.296,43
SANTA CATARINA		45.413.873.374,00	7.487.988.891,67	37.925.884.482,33
SÃO PAULO		477.162.215.570,00	35.240.298.150,08	441.921.917.419,92
SERGIPE		3.672.258.050,00	5.760.201.021,36	-2.087.942.971,36
TOCANTINS		1.734.064.774,00	5.040.351.954,74	-3.306.287.180,74
TOTAL		1.187.942.512.493,00	302.150.264.008,10	41.517.491.452,99
Total que os estados que menos arrecadam, receberam a mais			41.517.491.452,99	
Total destinado pelo Governo Federal em âmbito nacional em 2014 - Aplicações Diretas:			R\$ 1.737.431.789.276,04	
Órgão Superior MINISTERIO DA FAZENDA:			R\$ 997.103.946.534,24	
Órgão/Entidade Vinculada MINISTERIO DA FAZENDA:			R\$ 974.906.212.261,24	
Unidade Gestora 170600 - COORD.GERAL DE CONTROLE DA DIVIDA PUBLICA:			R\$ 939.797.660.638,18	



Visualizado o quadro das finanças estaduais pela ótica do principal tributo estadual, o ICMS, o que convém primeiramente alertar é que a evolução da receita, embora seja globalmente positiva, em especial nos últimos anos, apresenta vários períodos com taxas de crescimento real negativo, como ocorreu nos exercícios de 1999, 2002, 2003, 2004, prejudicados pelos efeitos das secas que reduziram agudamente o desempenho da economia estadual, assim como, mais recentemente, em 2009, em função da crise financeira internacional que, embora relativamente menos prejudicial ao Brasil e ao RS, trouxe prejuízos às atividades econômicas e, em consequência, às finanças públicas. Também é oportuno observar que se é verdade que a receita tributária gaúcha vem, gradativamente, aumentando a sua participação na receita total⁷, não é menos verdade que, na contra-mão, as receitas originadas

de transferências inter-governamentais da União tiveram sua participação nesse mesmo agregado reduzida. Em 2009 foram da ordem de R\$ 2.866 milhões participando em 13,1% das receitas, contra 15,84% em 2006.

Equilíbrio fiscal e gestão: os desafios das áreas-meio.

Programa Campanha PMDB 2010

II

Antes de 1994, era usual aos Estados, Rio Grande inclusive, financiar suas dívidas mediante recurso aos seus Bancos Estaduais jogando às altas taxas de inflação a amortização deste expediente. Com o Plano Real, isto ficou proibido. O Governo Federal fez uma amplas rigorosa negociação com os Estados, mediante a qual os Estados, se comprometiam aos rigores da responsabilidade fiscal sob o compromisso de pagamento de seus débitos em 30 anos. Em troca, reservavam 13% de sua arrecadação para liquidar a respectiva dívida. Esperava-se que, com a economia estabilizada e os débitos parcelados, a proclamada *gastança* se estancasse nas unidades federadas. Mas mesmo pagando rigorosamente o acordado em 1998, numa reedição interna similar ao caso grego, a dívida dos Estados, mercê dos juros devidos, saltara de R\$ 93,2 bilhões para R\$ 369 bilhões em 2014 e R\$ 423,4 bilhões em 2015?.

O Rio Grande é apenas um entre vários casos no cenário nacional, em difícil situação, agravada aqui por novos encargos derivados de vinculações legais, detalhadamente descritas pelo economista Darci Santos em seu livro “O Rio Grande tem saída?” e inúmeros artigos e por medidas tomadas arbitrariamente pela União, como a Lei Kandir, 1996, isentando ICMS das exportações, sem a devida compensação. Isto acabou erodindo a Receita do Estado levando-a a recorrentes déficits realimentadores, por sua vez, da dívida e virtual anulação da capacidade de novos investimentos. Esta situação tem conduzido à falsa ideia de que a economia riograndense estaria mergulhada numa grande crise, e que estaríamos inevitavelmente quebrados, tal como afirma o equivocado autor abaixo:

Por conta disso, o Rio Grande do Sul é o estado que menos investe no país, em relação a sua receita. A situação agrava ainda mais os problemas enfrentados pela própria economia gaúcha e faz do RS o estado que menos cresceu nos últimos 15 anos (dado também decorrente de secas e quebras de safra, já que a agricultura e a indústria ligada a ela correspondem por 1/3 do PIB estadual).

Felippe Hermes · InO governo gaúcho quebrou e isso deveria ensinar muito a todo o Brasil

<http://m.bercadopopular.org/2015/08/o-governo-gaucha-quebrou-e-isso-deveria-ensinar-muito-a-todo-o-brasil/>

O cenário da economia gaúcha, não é propriamente desalentador, nem a situação das finanças públicas no Estado é conseqüência de uma degradação generalizada ou inconstância fiscal deste ou aquele Governo, embora se deva condenar o último deles por algum excesso. Para compreendê-lo devemos recorrer à narrativa histórica do desenvolvimento recente do país. Temos perdido, realmente, uma ligeira participação no PIB Brasil, devido, porém, mais ao dinamismo da expansão do agro-business nas zonas pioneiras em Estados do Centro Oeste, do que à perda de produtividade nas nossas atividades. Quanto à situação deficitária do Governo, ela se situa no contexto da excessiva centralização das competências tributárias pela União, ao que se soma o custo elevado da renegociação das dívidas estaduais desde 1998 e na inoportuna intervenção do Governo Central sobre o processo tributário nos Estados. Só para se ter uma ideia da contração da participação dos Estados na Carga Fiscal:

A participação dos estados na receita disponível nacional baixou de 34% do PIB em 1960 para 24,6% em 2012. Isso não quer dizer que não cresceu em termos absolutos, porque passou de 5,9% para 9,1% no período, ou seja, mais de 50%.

Podemos citar, ainda, a reduzida participação no Fundo e Participação dos Estados, onde a Região Sul, com 80% da produção e 56% da população, fica com apenas 15%, tocando para o Rio Grande apenas 2,35%.”

Darcy Francisco Carvalho dos Santos - citado em epígrafe

Foi precisamente isto que levou, em 2013-4 à uma nova rodada nacional de negociações das dívidas estaduais junto à União,

substituindo-se, no intuito de aliviar o custo da dívida por um novo indexador.

Por quê? Quando se deu o acordo com a União, a partir de 1997, foi fixado um indexador de correção da dívida: o IGP-DI mais 6% a 9%. O IGP-DI é calculado a partir dos preços de matérias-primas agrícolas e industriais. Parecia um baita negócio.

Até 2012, contudo, o IGP-DI disparou 247%. Os devedores se ferraram. A União é a Angela Merkel dos seus Estados. Tirou a principal fonte de receita de Estados como o Rio Grande do Sul, com a Lei Kandir, e suga os recursos com os juros da dívida.

Juremir Machado - citado

III

Diante da situação deficitária do Estado, duas inspirações têm - e continuam-animado as forças políticas do Estado, as quais se têm alternado no Piratini, sem jamais reeleger um Governador. As forças mais conservadoras inspiram-se, grosso modo, no princípio da responsabilidade fiscal e preferem atuar no sentido da Reforma do Estado e do corte de despesas, não raro recorrendo às iniciativas de privatização. A esquerda, inspirada economicamente no modelo keynesiano que justifica, sob certas circunstâncias, o recurso ao déficit público como compensatório às lacunas de demanda efetiva, daí derivando uma função do Estado como promotor da cidadania e do desenvolvimento, prefere o caminho do fortalecimento de fontes de receita. Os casos paradigmáticos deste antagonismo podem ser vistos no confronto Yeda Crusius x Tarso Genro. Yeda perseguiu o equilíbrio das contas, via administração de gastos. Tarso, generoso, recorreu ao fundo dos depósitos judiciais, somado à busca de recursos contratuais ou de investimento federal. No primeiro caso, a dívida regional estabilizou-se; no segundo, deu um salto. Uma e outra destas alternativas encontra no mercado profissional sólidos argumentos de sustentação, aos quais não escapam, muitas vezes, incompreensões e até acusações recíprocas. Tarso recorreu ao saque, agora reclamado pela esquerda como alternativa ao Plano Sartori, do Fundo dos Depósitos Judiciais.

Em 2005, a Assembleia Estadual aprovou por ampla maioria a criação de uma lei que permitiria ao governo sacar até 70% dos depósitos judiciais – um fundo onde as partes de um processo depositam um valor que será devolvido quando o juiz decidir o mérito da questão. Em resumo, se você entra na justiça pedindo uma indenização de alguém, a outra parte do processo pode ser obrigada a depositar o valor neste fundo para garantir que você receberá se estiver certo, e o governo aprovou uma lei que o permite pegar parte desse dinheiro para ele.

Durante um período de 6 anos, o fundo servia como recurso de emergência, do qual sacaram-se R\$2 bilhões. No período seguinte, quando o petista Tarso Genro assumiu o governo, sacar o dinheiro alheio virou regra. Tarso sacou em 4 anos 270% mais do que os 2 governadores que o antecederam.

Tarso optou politicamente por “não gerar um déficit social”, investindo o dinheiro de empréstimos (junto a bancos como BNDES e BID), em aumentos salariais para funcionários públicos e gastos de custeio. O resultado dessa escolha é fácil de ser observado.

Os depósitos judiciais são remunerados de acordo com a taxa de juros do Banco Central, neste caso, os R\$ 7.7 bilhões sacados por Tarso dos depósitos, **possuem um custo aproximado de R\$ 1 bilhão anuais em juros.**

Para efeito de comparação, o custo que o saque de Tarso deixa ao governo atual é pouco menor do que o de todo o resto da dívida estadual com a União.

[Felippe Hermes](#) - O governo gaúcho quebrou e isso deveria ensinar muito a todo o Brasil , cit

Ambas inspirações teóricas têm virtudes e vícios. A visão da responsabilidade fiscal tem a vantagem de apontar para o princípio do equilíbrio fiscal, descuidando, porém, de situar o desequilíbrio numa narrativa mais ampla que a condiciona. A visão dita desenvolvimentista até faz esta narrativa, mas não sabe definir os limites do compromisso ético do Estado, resvalando não raro para a irresponsabilidade fiscal a que os detratores denominam como “populismo”. Triste e equivocada acusação que ignora as raízes conceituais e históricas do “populismo”, seja russo (narodnik), seja americano (folk), seja cubano. Florestan Fernandes, a propósito, numa obra de análise da Revolução Cubana, identifica Fidel Castro como o Paladino do populismo na América Latina. Em consequência dos limites de ambas inspirações seus defensores mais aguerridos aferram-se a prescrições substantivas categóricas e se esquecem de evidenciar algumas questões fundamentais do caso gaúcho. Na verdade, qualquer solução de longo prazo para as finanças públicas do Governo RS repousará, a curto prazo, tanto em medidas racionalizadoras de sua despesa, numa reorganização institucional do Estado com vistas à modernização da economia,

quanto em medidas de reforço de receitas, aliás, embutidas nesta reorganização. Aqui um destaque especial à percepção do Economista Alfredo Meneghetti quando enfatiza na raiz da perda de dinamismo do ICMS a desmontagem da máquina de fiscalização estadual, justamente quando é mais necessária. O Programa de Governo do PMDB de 2010, embora datado, deve, também, ser trazido à tona, no tocante à gestão pública, pela acuidade do diagnóstico, conectando o cenário histórico dos desajustes a seus elementos visíveis, ambos articulados ao amplo delineamento de políticas de ajuste. No prazo mais longo, porém, qualquer das medidas, sejam de controle de gastos ou reforço da receita, esbarrará em fatores legais e institucionais adversos, como, por exemplo o Pacto Federativo, que dá ao Rio Grande do Sul a ínfima participação de 2,15% no FPE, ou as Políticas de Isenção sobre exportações, justo num momento em que o Rio Grande reorienta sua economia agropecuária para o mercado externo e que tem grande parte de sua produção industrial voltada para o Mercosul.

Algumas indagações, entretanto, ainda persistem, apesar da abundância de informações na bibliografia disponível.

1-A economia riograndense vive uma crise estrutural, comparativamente à outras economias estaduais?

2-O tamanho do Estado na economia gaúcha é excessivo, , relativamente à outras economias regionais de porte semelhante?

3-O Rio Grande do Sul tem um número excessivo de servidores, relativamente à sua população, quando comparado com outros Estados da Federação e mesmo Brasil? Tem mais inativos sobre ativos do que outros Estados? Por que? A legislação aqui é mais flexível ou o estamos pagando, hoje, por algum tipo de gastos maiores que outros Estados no passado, como, por exemplo, educação?

4-O salário médio dos servidores públicos ativos e inativos no RS é mais alto do que em outras unidades do país? E com relação à categorias especiais como Professores e Policiais civis e militares?

5-Como se tem comportado a relação Receitas Próprias /Receitas de Transferências Constitucionais no Estado ao longo do tempo e relativamente a outros Estados da Federação?

6-Qual o balanço das transferências de renda entre Rio Grande do Sul e o resto do país nos últimos 10 anos, a título de extração fiscal e Investimentos Diretos da União, transferências pessoais e subsídios ao capital, bem como relação de preços de produtos dirigidos para fora do Estado e importados, e, finalmente, derivados da gestão cambial.

Quando tivermos, por fim, respostas a tais indagações de forma a identificar melhor as entranhas das nossas relações com a economia do resto do país, e formos capazes de vislumbrar um Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado com melhor definição aí da variável autônoma Estado, talvez consigamos visualizar um caminho mais seguro para o equilíbrio das finanças públicas neste processo. Por ora, fica o conselho de combinar medidas de controle de gastos simultâneas à captação de recursos no curto prazo.

41. Bruno Lima Rocha compartilhou a foto de Federação Anarquista Gaúcha - FAG.

SAÍDAS CLASSISTAS PARA O DESESPERO RIO-GRANDENSE
Compartilho a análise e o posicionamento da FAG a respeito do movimento grevista dos trabalhadores do serviço público do estado do Rio Grande do Sul. Quando afirmo ser mais que possível fazer a luta pela defesa e ampliação dos direitos coletivos e de classe sem cair em breches e armadilhas de acordos políticos com o andar de cima, este texto é uma pequena mostra disso. O desgoverno do RS atual quer gerar o caos e, sinceramente, não é o momento de lideranças recalcitrantes - como exemplificado no texto, "acelera pisando no freio" - e tampouco a confiança no aparato repressivo. Quem se lembra de 1997, quando o governo Britto fez manobra semelhante - vai lembrar que José Ivo Sartori era seu líder na Assembleia e operou para a privatização da CRT (contestada judicialmente), de partes da CEEE, da extinção da Caixa Estadual e de um amplo Programa de Demissões Voluntárias (PDVs). Agora é tudo de novo, mas com o caos através do corte e parcelamento de salários. É mais que urgente um sindicalismo desatrelado da política de sempre, e a reflexão abaixo - devidamente acompanhada de vigor e tenacidade militante - é uma bela prova disso. Bruno Lima Rocha



Federação Anarquista Gaúcha - FAG

NOTA DO SECRETARIADO DA FAG - 04/09/15

As últimas semanas tiveram um gosto amargo para os trabalhadores do funcionalismo público estadual, especialmente para os professores e funcionários de escola que conformam a categoria com os salários mais baixos e indignos frente a importância substancial da função que exercem. O governo Sartori (PMDB), dando consequência a sua política de sangrar o bolso dos trabalhadores para garantir o lucro dos ricos e em sintonia com o golpe do ajuste fiscal do governo federal de Dilma (PT), parcelou os salários e depositou na conta de milhares de trabalhadores a quantia irrisória de R\$ 600,00.

O desespero e a indignação dos trabalhadores frente a essa política de austeridade não tem encontrado eco e canais adequados para a promoção de uma luta sem trégua que altere a correlação de forças em seu favor. No caso do CPERS Sindicato, o que vemos é uma Direção Central que “acelera pisando no freio”. Essa é uma prática que está em sintonia com uma concepção de sindicalismo burocratizada e verticalizada, que não se movimenta no sentido de organizar e dar impulso a disposição de luta da base da categoria, mas, ao contrário, visa manter o controle e a “ordem” das ações. Em última instância, essa prática busca fazer base de apoio a politicagem de seus deputados na Assembléia Legislativa e deslegitimar e isolar as iniciativas combativas de setores de base da categoria. Ao contrário da burocracia da Direção Central do CPERS, que aposta numa “greve” unificada com os agentes da repressão, mantemos e reafirmamos o entendimento de que somente uma greve por tempo indeterminado dos trabalhadores em educação com a solidariedade e participação dos estudantes e das comunidades será capaz de dar uma resposta a altura dos desmandos desse governo que ataca descaradamente os direitos dos trabalhadores.

A declaração de que a “segurança” não iria continuar sua paralisação até o dia 11/09 (data em que ocorrerá a Assembléia Geral do Cpers) é mais um indicativo de quão dispostos e solidários são (e estão) esses “trabalhadores” que não titubeiam em cumprir a risca o papel que historicamente lhes é atribuído, ou seja, ser o “cão de guarda” das elites e de seus privilégios, bem como o braço armado e criminoso do Estado. Na última sexta feira (04/09) esses mesmos “trabalhadores da segurança” realizaram duas prisões na

capital durante uma Manifestação de trabalhadores da Educação vinculados ao Cpers. Além desse fato, cabe destacar a intimidação realizada pela “segurança” nos piquetes no Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF) e o assassinato, pelas costas, de um jovem negro no Morro Santa Tereza, em Porto Alegre. Esses são nítidos indícios de que a repressão nunca estará ao lado dos trabalhadores e dos de baixo e que seu papel é de repressão aos que lutam e de extermínio da juventude negra e pobre das periferias.

Foi legítima a revolta dos moradores do Santa Tereza que atearam fogo em três ônibus e uma lotação em resposta ao assassinato desse jovem e a intensa e vil repressão que sofreram. Repressão e perseguição que se tornaram lugar comum nas periferias do país e que, uma vez mais, estigmatiza os de baixo e a pobreza como “elementos perigosos”. Ao povo da periferia, toda a nossa solidariedade! Para reprimir e assassinar não há parcelamento de salário e “greve” que os impeça. Reafirmamos: nem com os que mandam por cima, nem com os que reprimem os de baixo!

Cobramos e exigimos, tanto da Direção Central, como dos Núcleos do CPERS, solidariedade e apoio jurídico aos membros dessa categoria que estão enfrentando situações de perseguição, repressão e prisão. O CPERS e os seus Núcleos não podem fazer corpo mole na hora de prestar solidariedade as e aos que lutam. Divergências políticas não podem ser desculpas para o silêncio. Rodear de solidariedade as e os que lutam deve ser sempre nossa consigna!

Dar continuidade, profundidade e consequência a organização das escolas pela base através das zonais, fazer dos comandos de mobilização dos Núcleos espaços em que os trabalhadores de base possam fazer sua experiência política, promover ações de força que coloquem o governo na parede e demonstrar toda a força dos trabalhadores em educação através de uma greve por tempo indeterminado são as tarefas que para nós estão na ordem do dia.

**AVANÇAR A GREVE ESTADUAL DOS SERVIDORES DO RS SEM ARREGO!
UNIDADE DOS TRABALHADORES PELA BASE E SEM REPRESSORES!
GREVE UNIDA PELA BASE, NA LUTA E NA AÇÃO DIRETA!**

Federação Anarquista Gaúcha - FAG

Benedito Tadeu César

Benedito Tadeu e a crise no estado do RS

Meu comentário, no Sul21, sobre a crise financeira do RS e a necessidade de serem enfrentadas questões estruturais

Visite o post para mais.

SUL21.COM.BR|POR JORNALSUL21

OPOSIÇÃO AFIRMA QUE SARTORI ESCONDEU VERBA

A oposição acusa o governador Ivo Sartori (PMDB) de esconder verba e assim não pagar o salário do funcionalismo público integralmente em agosto; governo tinha R\$ 266 milhões no caixa único, que foram transferidos para outra conta, de depósitos judiciais; "Havia recurso para pagar, mas o governo não quis", afirmou o líder da bancada petista, Luis Fernando Mainardi; Sartori disse que a situação financeira do Estado era de "calamidade" e que não havia verba disponível; governo também não pagou parcela da dívida com a União e teve suas contas bloqueadas

19 DE SETEMBRO DE 2015 ÀS 10:20

RS 247 - A oposição acusa o governador Ivo Sartori (PMDB) de esconder verba e assim não pagar o salário do funcionalismo público.

Matéria da Folha de S.Paulo mostra que vez de pagar apenas R\$ 600 do salário de agosto aos servidores públicos estaduais, Sartori poderia ter entregado mais que o dobro para cada um deles (R\$ 1.370).

O governo tinha R\$ 266 milhões no caixa único, que foram transferidos para outra conta, de depósitos judiciais.

"Havia recurso para pagar, mas o governo não quis", afirmou o líder da bancada petista, Luis Fernando Mainardi.

Sartori disse que a situação financeira do Estado era de "calamidade" e que não havia verba disponível. O governo também não pagou parcela da dívida com a União e teve suas contas bloqueadas.

"O governo poderia ter pagado os salários ou a dívida. Poderia ter feito uma coisa ou outra, mas não fez nenhuma", diz o deputado.

48. Projetos sugeridos por Tarso Genro salivariam a crise financeira no RS?

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/09/projetos-sugeridos-por-tarso-genro-aliviar-uma-crise-financiera-no-rs-4850036.html>

Ex-governador afirmou, em entrevista a ZH, que, caso reeleito, teria encaminhado projetos para arrecadar recursos junto ao governo federal

Por: **Débora Ely** - 17/09/2015 - 22h03min

O ex-governador Tarso Genro garantiu que, se tivesse sido reeleito, teria como **prioridade o pagamento do salários dos servidores estaduais** — que, desde julho, vem sendo **parcelado pela gestão de José Ivo Sartori**. Em entrevista a Zero Hora, Tarso disse que encaminharia, logo após as eleições, projetos que "têm liberação mais rápida" para arrecadar recursos junto ao governo federal.

— A complementação de reforma de estradas no Rio Grande do Sul é um dinheiro bastante fácil de ser trazido, basta apresentar projeto e, tendo espaço fiscal, eles liberam. Esse dinheiro iria para o caixa e, enquanto não fosse gasto nas estradas, sempre tem aquele espaço de giro de caixa. Estávamos preparando um conjunto de ações sobre o governo federal para obter as compensações previdenciárias. Iríamos demandar sobre o governo federal para receber recursos que são devidos para a CEEE — disse o ex-governador.

A violência no RS é similar a de outros Estados?

Seção confere declarações de José Ivo Sartori

Os recursos citados pelo ex-governador aliviarão a crise financeira do Estado e poderiam até ser usados para complementar o pagamento de salários do funcionalismo gaúcho. Mas **não é bem assim**, já que Tarso citou demandas antigas de governos gaúchos junto à União. Ainda mais em tempos de aperto econômico também na esfera federal, não há cenário e sequer previsão que indique o repasse desse dinheiro. Confira:



Complementação de reforma de estradas

A liberação de verba para reforma de estradas depende que o Estado tenha espaço fiscal para contratar novos financiamentos. Hoje, não tem: o **Rio Grande do Sul esgotou toda a sua capacidade de endividamento**. Um novo espaço fiscal pode se abrir quando a presidente Dilma Rousseff regulamentar a renegociação das dívidas dos Estados com a União. O que **não tem previsão para acontecer**.

Compensações previdenciárias

Quando um trabalhador da iniciativa privada se aposenta no serviço público, o Estado recebe de volta parte das contribuições ao INSS feitas por ele. Mas o governo federal paga em conta-gotas, conforme a liberação de cada processo pelo Instituto de Previdência do Estado (IPE). Em março, Sartori cobrou da União o pagamento imediato de R\$ 92 milhões referente às compensações previdenciárias. Até agosto, haviam sido repassados R\$ 4 milhões.

Segundo levantamento do especialista em finanças públicas Darcy Carvalho dos Santos, entre 2004 e 2014, a média de ressarcimento pelas compensações foi de R\$ 50 milhões por ano — valor que representa menos de 7% do valor que faltou para completar a folha salarial dos servidores estaduais em 31 de agosto.

Leia as últimas notícias

Recursos devidos à CEEE

Não é possível afirmar a qual recurso Tarso se referia, pois há mais de uma pendência do governo federal com a CEEE. Uma delas é uma ação, ingressada em dezembro de 2014, que pede o ressarcimento de gastos não reconhecidos na tarifa com o pagamento de funcionários ex-autárquicos: a chamada **Conta de Resultados a Compensar (CRC)**.

Também não se sabe quanto esse processo representa, já que o valor só será estipulado quando a Justiça reconhecer o direito da companhia em recebê-lo. Em 2012, no segundo ano do governo Tarso, a CRC rendeu cerca de R\$ 3

bilhões aos cofres da CEEE graças a um processo iniciado 19 anos antes, em 1993.

Tarso poderia, ainda, estar falando sobre recursos atrasados para todo o setor elétrico que a CEEE tem a receber da União. A companhia não divulga o valor.

Critérios de classificação

É verdade: a informação está correta e corresponde aos dados e estatísticas oficiais

Não é bem assim: parte da sentença está correta, mas há imprecisão no que está sendo dito

Não procede: a autoridade está equivocada no que diz

* *Zero Hora*

Tarso Genro escreve a Aloísio Mercadante e crítica Joaquim Levy sobre contas do Rio Grande do Sul

Postado por JuremirMachado em 18 de setembro de 2015 -

<http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/?p=7618>

Excelentíssimo Senhor Aloísio Mercadante

M.D. Ministro de Estado da Casa Civil do Governo Federal

(c/c Ministro da Fazenda)

Assunto: Apresentação do Ministro da Fazenda na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara de Deputados sobre a situação fiscal do Estado do Rio Grande do Sul

Senhor Ministro,

Em 01 de setembro do corrente o Sr. Ministro da Fazenda realizou uma apresentação na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados sobre a situação financeira dos Estados, particularmente do Rio Grande do Sul. O objetivo era informar aos Senhores Deputados a real situação das finanças públicas do RS, uma vez que o atual Governo do Estado tem atrasado os salários do funcionalismo público e não vem honrando seus compromissos com o Governo Federal.

Ao tomar conhecimento da apresentação do Ministro da Fazenda na Comissão acima referida, não nos restou alternativa senão expressar nossa estranheza pela abordagem escolhida pelo Senhor Ministro ao analisar as contas do Rio Grande do Sul. Fato grave, na medida em que tal apresentação foi dirigida à representação parlamentar do Estado no Congresso, podendo causar desinformação e/ou possibilitar conclusões fundadas em uma visão estreita e ideologizada da situação das contas públicas do Estado do Rio Grande do Sul.

Analisando o conteúdo de tal apresentação, não há como não considerá-la rasa e parcial, na medida em que tratou apenas do período 2011/2014, desconsiderando os passivos históricos, ignorando o cumprimento por parte do Estado dos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, das vinculações constitucionais e dos compromissos com a União, como o pagamento em dia dívida com a União, assim como com os demais credores. O Ministro, animado, chegou a incluir na sua apresentação telas sob o título, "Apontamentos do TCE/RS". Nem o Governador ou Secretário da Fazenda do período analisado foi comunicado ou avisado do evento do Ministro.

Abaixo discorreremos alguns aspectos da situação fiscal do Estado que foram solenemente ignorados pelo Sr. Ministro;

- O RS reduziu seu endividamento em relação à Receita Líquida Real de 2,39% para 2,30%, no período 2011/2014, apesar da inclusão de operações de créditos no período;

- O RS obteve espaço fiscal para novas operações de crédito em decorrência do cumprimento da trajetória da dívida prevista na Resolução 40, do Senado Federal que prevê limites decrescentes de endividamento até 2016, resultado que foi possível em função do aumento real da receita de ICMS alcançado no período 2010 a 2014, ano que a arrecadação na soma dos estados foi negativa. (4,8%, nominal, enquanto o RS cresceu 7,5%).

- A partir de 2014 o Estado iniciou o pagamento integral das parcelas contratadas, não mais utilizando o limite de 13%, começando a redução do chamado resíduo e, portanto, reduzindo o estoque, mesmo antes do efeito da LC 148/2014, pelo qual esse curso decrescente será acelerado. O estoque da dívida se manteve ascendente, apesar dos pagamentos de todas as parcelas, desde a edição da Lei 9.496/1997 até esta data.

- O Rio Grande do Sul cumpriu, portanto, a Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere ao endividamento e, quanto aos gastos de pessoal, esses

ficaram em 45,74% da RCL, abaixo do limite prudencial do Poder Executivo e do conjunto dos poderes;

- Quanto a capacidade de pagamento calculada pela STN, através de uma metodologia de classificação arbitrada pelo próprio órgão, os dados do Ministro mostram que além do RS, doze estados perderam uma posição, nove permaneceram iguais, dentre esses RJ e MG, (que estão abaixo do RS) e quatro estados melhoraram a sua classificação (PI, SE, MA e PA). Não parece estranho? Mundo estranho este do Sr. Ministro;

- O déficit orçamentário de 2014 foi de R\$ 1,266 bilhões, menor em relação ao ano anterior que foi de R\$ 1,394 bilhões;

- O resultado primário acompanhou a tendência do conjunto dos estados, conforme os dados apresentados pelo Sr. Ministro: redução drástica em 2014, saindo de R\$ 23 bilhões positivos em 2011 para R\$ 3 bilhões (negativos) em 2014:

- Em dezembro de 2010, os recursos aplicados em saúde eram da ordem de apenas R\$ 5,83 bilhões/ano, resultando em enorme e reconhecida precariedade destes serviços à população. Em dezembro de 2014 alcançamos R\$ 10,18 bilhões/ano aplicados, alcançando 12% da RLIT em saúde, instaurando uma importante trajetória de recuperação destes serviços oferecidos aos gaúchos;

- Também é tema de debate um suposto aumento descontrolado das despesas de pessoal. Visão estreita de quem enxerga a história em pedaços. Não levou em consideração as sucateadas estruturas dos serviços de educação e segurança que se encontrava no Estado ao final de 2010. Exemplos: em dezembro de 2010 o salário básico de um professor (20 horas) era de apenas R\$ 356,62 e de um soldado da Brigada Militar (dedicação exclusiva) R\$ 1.172,82. Salários aviltantes, resultantes de uma política de arrocho salarial, chamada de déficit zero, que colocava risco a qualidade do ensino e da segurança pública no Estado. Em dezembro de 2014 o salário dos professores era 76,68% maior (R\$ 630,10) e o dos soldados 104,5% maior (R\$ 2.398,27). Note-se que era tamanho o arrocho salarial no Estado, que medidas como as que tomamos apenas iniciaram um processo lento de recuperação;

- Uma análise criteriosa da situação fiscal do Estado não pode se limitar aos quatro anos da gestão sem ver os antecedentes que impactaram fortemente os resultados. Isso só a ideologia explica.

- Em 2014 o RS destinou 26 % da receita corrente líquida (RCL) para cobrir o déficit do sistema previdenciário que, somado ao pagamento das dívidas contratuais de aproximadamente 13% da RCL(União e outros), e aos precatórios (e RPVs), (decorrentes de uma lei salarial aprovada e não paga em 1995, conhecida como Lei Britto) muito comprometeu e ainda compromete as ações de governo e os resultados fiscais. Foi nesse, Governo que instituímos pela primeira vez, um Fundo previdenciário sustentável, inclusive com aumento de alíquota de 11% para 13,25%, com recursos apartados do Tesouro;

- As finanças públicas de um ente da federação e a economia de um estado são temas importantes e de alta complexidade que não devem ser tratados de maneira vulgar e mecânica, com conclusões apressadas e atrapalhadas com base em meia-dúzia de planilhas. Nunca é demais lembrar que a complexidade da economia – e da vida – não cabe numa planilha. Economia e matemática não são a mesma coisa. Trabalhar dessa forma é um desserviço ao país e ao Rio Grande.

Caro Ministro Aloísio Mercadante,

acreditamos que problemas graves se resolvem sempre com muito trabalho e muita dedicação, mas, acima de tudo, também com muita verdade. Sabemos bem as dificuldades que tivemos de enfrentar e o que fizemos para vencê-las; e carregamos conosco a convicção de que faríamos tudo de novo. Não atrasamos salários e nunca deixamos de cumprir nossos compromissos com o Governo Federal. Enfrentamos um a um todos os obstáculos de natureza financeira, sempre respeitando direitos e garantindo a transparência dos nossos atos.

A superação de problemas financeiros de natureza estrutural exige sempre lucidez e coragem dos governantes. Responsabilidade e ousadia. Bom exemplo disso é a iniciativa do Governo federal de recriar a CPMF, um tributo justo, de base ampla e de difícil sonegação. Esteja certo de que faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para auxiliar o governo a aprovar esta medida.

Por fim, ao lhe apresentar nossos cumprimentos, manifestamos nossa disposição de trabalhar e esclarecer tudo o que for necessário para auxiliar o Governo Federal a construir instrumentos eficazes para auxiliar o Rio Grande a superar a crise financeira que atravessa. Ao mesmo tempo pedimos sua atenção para que as manifestações do Ministério da Fazenda sejam, daqui para a frente, pautadas no profissionalismo e na responsabilidade..

Atenciosamente,

TARSO GENRO

Governador do RS período 2011/14

ODIR TONOLLIER

Secretário da Fazenda RS período 2011/14